

VIGILANTIS SEMPER – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP/PMRN)

Portaria de criação, DOE de 15/05/2021 - Edição N° 14.929, transcrita no BG n° 92, de 17/05/2021, PMRN
Periódico semestral eletrônico: <http://www.revista.pm.rn.gov.br>
Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte
Avenida Rodrigues Alves, s/n, Natal/RN, CEP 59.020-200 – Brasil
E-mail: revistaspublica@gmail.com

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Comandante-Geral: Alarico José Pessoa Azevedo Júnior, Cel QOPM

DIRETORIA DE ENSINO

Diretor: Manoel Kennedy Nunes do Nascimento, Cel QOPM

Vigilantis Semper - Revista Científica de Segurança Pública

Editor-Chefe: João Batista da Silva, TC QOPM

CONSELHO EXECUTIVO

(Equipe Editorial)

Editor Responsável

Doutor João Batista da Silva, TC PMRN

Editores Auxiliares

Doutor Leonardo Oliveira Freire – Cap PMRN

Mestre Flávio Valdez Martins da Silva Filho - Maj PMRN

Mestre Regivaldo Sena da Rocha – 2º Ten PMRN

Gestor de Tecnologia

Especialista Clausan Liano Dantas Santos - Cap PMRN

Assistente de Tecnologia

Especialista Alberto Alexandre Vieira da Silva - 3º Sgt PMRN -

Revisão de Texto

Mestre Mácio Patrício Cassemiro de Souza - 1º Sgt PMRN -

Especialista Antônio Germano Melo da Silva, 3º Sgt PMRN

Editoração

Bacharel Klyngher Emidio B. Cabral, 3º Sgt PMRN

Graduado Francisco Ferreira da Silva Neto - 3º Sgt PMRN

Portaria de designação, DOE de 22/05/2021 -Edição N° 14.934, transcrita no BG n° 97, de 24/05/2021, PMRN

P766pmrn

VIGILANTIS SEMPER – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Periódico semestral eletrônico: <http://www.revista.pm.rn.gov.br>, Natal: PMRN. Volume 3, número 5, ago/dez. 2023.

ISSN 2764-5908
E - ISSN: 276-43069

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião da **VIGILANTIS SEMPER - Revista Científica de Segurança Pública (RCSP/PMRN)**.

A reprodução total ou parcial dos artigos poderá ser feita, salvo disposição em contrário, desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

A *Vigilantis Semper* agradece a todas as pessoas que contribuíram com o desafio de manter uma revista científica sem quaisquer fontes de financiamento. Todos os trabalhos de editoração e emissão de pareceres é inteiramente voluntário. Nessa perspectiva, este periódico agradece ao Conselho Executivo (Equipe Editorial), ao Conselho Editorial, ao Comitê Científico e, em especial, os(as) pareceristas *ad hoc*, desta edição de número 5.

CONSELHO EDITORIAL

Me Lenildo Melo de Sena – Cel PMRN
Me Eduardo Franco Correia Cruz – TC PMRN
Dr João Batista da Silva - TC PMRN
Me Adriana Oliveira da Silva - Maj PMRN
Dr Leonardo Oliveira Freire – Maj PMRN
Me Flávio Valdez Martins da Silva Filho - Maj PMRN
Me José Francisco da Costa Neto - Cap PMRN
Me Regivaldo Sena da Rocha – 2º Ten PMRN

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Aldo Aloísio Dantas da Silva - UFRN	Profº Me Janilson Gomes da Fonseca - IFRN
Prof. Dr. Alípio de Sousa Filho – UFRN	Profº Dr. João Batista da Silva – PMRN/IBSP
Prof. Me. Antenor Neves de Oliveira Júnior - PMRN	Prof. Dr. José Carlos Leandro-PMPE/IBSP/SEGEN
Prof. Dr. Azor Lopes da Silva Júnior - UNESP/IBSP	Prof.ª Drª Lenina Lopes Soares Silva – IFRN
Prof.ª Drª Betânia Leite Ramalho – UFRN	Profº Dr. Leonardo Oliveira Freire – PMRN/UFRN
Prof.ª Drª Daniele de Sousa Alcântara - UNB	Prof. Dr. Marcos Aragão Fontoura - UA(POR)/PMRN
Prof. Dr. David de Medeiros Leite – UERN	Profº Me Miguel Ângelo Silveira - PMSC
Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Júnior – PMBA/IBSP	Prof. Dr. Miler Franco D´anjour, - IFRN
Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior - UFRN	Prof. Dr. Nazareno Marcineiro, PMSC/IBSP
Prof. Dr. Edson B. Rondon Filho – UFRGS /IBSP	Profº Me Olivaldi Alves Borges Azevedo - PMESP
Prof. Dr. Edson Rosa Gomes da Silva – PMSC/IBSP	Prof. Dr. Paulo Cesar de Araújo - UFRN
Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque - UFRN	Prof. Dr. Paulo Tiego Gomes de Oliveira - PMMG
Prof. Dr. Fábio Gomes de França – PMPB/FBSP	Prof. Dr. Reginaldo Canuto de Sousa – PMPI/IBSP
Prof. Dr. Francis A. Cotta Formiga – UFMG/PMMG	Prof. Dr. Rodrigo de Freitas Amorim - UFRN
Prof. Dr. Francisco Aracildo de Moura - UFRN	Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz – UNESA/PMESP
Prof. Dr. Gilberto Protásio dos Reis -PUCMG/PMMG	Prof.ª Drª Sonia Cristina de Oliveira – PMMT
Prof. Dr. Hélio Hiroshi Hamada - UFMG	Prof.ª Drª Tatiane Ferreira Vilarinho – UNB/PMDF
Prof.ª Drª Hilderline C. de Oliveira - UNIFACEX	Prof. Dr. Tiago Farias Braga - UNISINOS

AGRADECIMENTOS

(PARECERISTAS AD HOC)

Prof Dr. Luiz Inácio do Nascimento Neto
<http://lattes.cnpq.br/2621581504590286>
Especialista Maria Fátima de Souza
Profª Doutora Ionara Dantas Estevam
<http://lattes.cnpq.br/7985755641752061>
Profª Doutor Arandí Róbson Martins Câmara
<http://lattes.cnpq.br/6358759553111379>
Professora Doutora Alcinéia Rodrigues dos Santos
<http://lattes.cnpq.br/8553980821234163>
Márcio Antônio da Costa SANTOS
<http://lattes.cnpq.br/2495693433687542>

APRESENTAÇÃO

Em seu volume 3, número 5, a *Vigilantis Semper*, Revista Científica de Segurança Pública(RCSP), da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), mantém a inovação, o rigor científico e a performance alcançadas nas edições anteriores, priorizando pesquisas e produções que avançam e sedimentam no processo de profissionalização policial, a partir de novas teorias, bem como de experiências exitosas, visando se sedimentar cada vez mais como divisor de águas na corporação, coirmãs, universidades e sociedade, em geral, tendo como escopo principal o fomento e a difusão do conhecimento científico produzido por pesquisadores do campo das Ciências Policiais, mas também de Ciências afins, contribuindo para a consolidação desta comunidade científica.

A RCSP, criada institucionalmente pela Portaria Normativa nº 032/2021-GCG/PMRN, de 13 de maio de 2021, publicada no DOE de 15/05/2021 -Edição Nº 14.929, página 11, transcrita no Boletim Geral da PMRN nº92, de 17 de maio de 2021, tem como escopo produzir reflexões acerca do saber prático, técnico-profissional e o conhecimento científico envolvendo modelos gerenciais administrativos e operacionais, por meio da difusão de pesquisas e de boas práticas no âmbito da segurança pública e de defesa social, da valorização do profissional, da utilização de tecnologias da informação e comunicação e a da indissociabilidade da sustentabilidade e responsabilidade social.

O lema *Vigilantis Semper* foi utilizado originariamente na PMRN, em 1980, quando da criação do Brasão de Armas da corporação, pelos oficiais (tenentes, à época) Carlos Adel, Valdenor Félix e Paulo Frassatti (in memorian). Este último, em 1994, por ocasião da primeira participação de um integrante da PMRN na "Missão de Paz" da ONU, em Angola, elaborou a heráldica do referido brasão, cunhando nele o respectivo lema (*Vigilantis Semper*), que fora formalmente enviado às Nações Unidas, naquele ano.

Neste segundo semestre de 2023 a PMRN lança o exemplar de volume 3, número 5, da Revista *Vigilantis Semper*, agradecendo a todos(as) que contribuíram neste projeto, em especial, ao Conselho Executivo (Equipe Editorial), ao Conselho Editorial, ao Comitê Científico e, especialmente, aos autores(as) e pareceristas, que possibilitaram que a RCSP se mantenha ativa, como um instrumento de fomento, pesquisa e difusão de conhecimento das Ciências Policiais e Segurança Pública.

A todos(as), nossa mais respeitosa e efusiva admiração, agradecimento e continência!

Alarico José Pessoa Azevedo Júnior
Comandante-Geral da PMRN

EDITORIAL

Prezados leitores(as), renovamos nossa satisfação acadêmica e profissional ao lançarmos o número 5 da *Vigilantis Semper*, Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), cujas submissões agora são de fluxo contínuo, tendo recebido proposta de publicações de diversos estados brasileiros!!!!

No ano 3 da *Vigilantis Semper*, cada vez mais a Ciência Policial busca se sedimentar, sobretudo, a partir de produções interna *corporis*, por meio de pesquisas e artigos científicos produzidos nas academias de polícia, Brasil, afora. Muitas dessas produções são originárias de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), dos cursos profissionais das polícias, em especial, os cursos de Formação de Oficiais (CFO), em nível de Graduação, e as Especializações, lato sensu, equivalentes aos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e ao Curso Superior de Polícia (CSP), todos das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares.

Por outro lado, também é muito significativo para este campo do saber que haja intercâmbio acadêmico-institucional com a Comunidade Científica, como tem sido o interesse de pesquisadores civis para publicar suas pesquisas e produções neste periódico. Nesse contexto a *Vigilantis Semper* traz sete trabalhos que lançam luzes sobre diversas temáticas da segurança pública no país, sendo o primeiro o INCIDÊNCIA DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE, sendo um estudo realizado na Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE) O presente estudo procura verificar a incidência de lesões musculoesqueléticas ocorridas durante o Curso de Formação de Oficiais (CFO) da PMSE.

O segundo trabalho intitulado NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO NOS ESPAÇOS PRISIONAIS, é oriunda da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. O artigo tem por objeto de estudo as narrativas de vida como proposta de formação e (auto) formação com ênfase nas aprendizagens construídas pela educação na prisão.

O terceiro artigo denominado O EMPREGO DO CÃO EM OCORRÊNCIA DE ALTÍSSIMO RISCO COM REFÉM LOCALIZADO, versa sobre o emprego do Cão (*Canis familiaris*) em Ocorrência de Altíssimo Risco com Refém Localizado. O objetivo geral do trabalho foi demonstrar a viabilidade do emprego do cão, junto a equipe de assalto tático da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN).

O artigo quatro é intitulado ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS PARA MINIMIZAÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA O PATRIMÔNIO. O presente trabalho buscou apontar possibilidades de estratégias para minimizar a violência contra o patrimônio. Para sua consecução adotou o enfoque quanti-qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica e a etnografia.

O quinto artigo é denominado A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO ESPAÇO MILITAR, cujo objetivo foi analisar a percepção dos policiais militares do Estado do Rio Grande do Norte sobre a comunicação verbal no ambiente de trabalho. Os dados construídos vêm mostrar que a maioria dos profissionais entrevistados já passou por situações de comunicação violenta.

O sexto artigo intitulado CICLO COMPLETO POLICIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO MODELO POLICIAL BRASILEIRO visam compreender a relevância do Ciclo completo de polícia e sua possível aplicação no Brasil. Observou-se, a partir deste estudo, a necessidade de um planejamento criterioso, que objetive a estruturação dos órgãos e a preparação dos policiais para novas formas de atuação, que garanta maior efetividade e melhores resultados.

Esta edição da *Vigilantis Semper* é conclusa com dois relatos de experiência, seno o primeiro, A EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO EM ESPAÇOS PRISIONAIS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE MACAU/RN. O Relato ressalta a diferença

conceitual entre educação no cárcere, educação do cárcere, e espaço prisional, traçando considerações sobre as relações históricas entre sociedade, prisão, sistema carcerário brasileiro e educação. Assim, relatou-se acerca da educação proporcionada aos detentos pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos de fato se constitui como alternativa de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho e quais as implicações desse processo educativo.

Por seu turno o segundo Relato de Experiência é denominado A GESTÃO POR RESULTADOS NO GEOSAC DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, que versa sobre a experiência dos autores a partir de visita técnica ao Grupamento Especializado de Operações em Área de Caatinga (GEOsAC), da PMPB. A partir de uma pesquisa qualitativa de cunho documental, além de observação direta da sede do próprio Grupamento, com ênfase nos aspectos estruturais e ambientais. É descrito também o processo de gestão por resultados empreendido para a criação e consolidação do Grupamento.

Assim, desejando boa leitura, renovamos o desejo de boas pesquisas e produções em 2024, buscando cada vez mais sedimentar a profissionalização da segurança pública e das Ciências Policiais.

Boa leitura!

Natal (RN), 10 de junho de 2023.

Prof^o Dr João Batista da Silva¹, TC PMRN
Editor Chefe

¹ <http://lattes.cnpq.br/8617007915492517>. <https://orcid.org/0000-0002-3829-1822>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....p. 02

EDITORIAL.....p. 03

ARTIGOS

INCIDÊNCIA DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM ALUNOS DO CURSO DE
FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE
SERGIPE.....p. 07

Edvaldo Bezerra da Silva

Jymmys Lopes dos Santos

NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO NOS ESPAÇOS PRISIONAIS p. 17

Francisca Gomes da Silva

Simone Maria da Rocha

O EMPREGO DO CÃO EM OCORRÊNCIA DE ALTÍSSIMO RISCO COM REFÉM
LOCALIZADO.....p. 27

Jean Lima Carvalho

ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS PARA MINIMIZAÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA O
PATRIMÔNIOp.37

André Silva dos Santos

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO ESPAÇO MILITARp.46

Geazj Inácio dos Santos

CICLO COMPLETO POLICIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO MODELO POLICIAL
BRASILEIROp. 59

Hilderline Câmara de Oliveira

Marcus Rodrigues

RELATO DE EXPERIÊNCIA

EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO EM ESPAÇOS PRISIONAIS O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE
PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE MACAURNp.75

Alcinéia Rodrigues dos Santos

A GESTÃO POR RESULTADOS NO GEOSAC DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBAp.90

Fábio Gomes de França

Luiz Guedes

Ana Paula Maia

Mobanna Meireles

INCIDÊNCIA DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE

Edvaldo Bezerra da Silva²

Jymmys Lopes dos Santos³

Resumo: A Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE) teve seu Curso de Formação de Oficiais (CFO) com suas atividades interrompidas no ano de 1970. Em 2019 é retomado o CFO na PMSE. Estes militares participam de treinamentos regulares para melhorar suas habilidades físicas. A Educação Física Militar (EFM) é uma atividade essencial na formação dos oficiais militares, para desenvolver e manter a aptidão física necessária. O presente estudo procura verificar a incidência de lesões musculoesqueléticas ocorridas durante o Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar de Sergipe (PMSE). **Resultados:** O estudo foi composto de uma amostragem de 23 policiais militares de ambos os sexos, 78% (18) do sexo masculino e 22% (05) do sexo feminino. A média de idade foi de 33, mais ou menos 3,49 anos. Os cadetes possuíam uma excelente rotina de atividade física antes de se iniciar o curso de formação, 3 vezes por semana, 61% (14 deles). Durante o curso de formação, o número de lesões foi de 48% (11 destes), e 18% (2 destes) já haviam sofrido algum tipo de lesão antes de se iniciar o curso de formação. A Educação Física Militar (EFM) ficou com 55% (11) das lesões. Grande parte das lesões sofridas por militares ocorrem principalmente nos membros inferiores, sendo que 91% (10 dos lesionados) apresentaram lesões nos seguimentos dos membros inferiores. **Conclusão:** As lesões musculoesqueléticas possuem alta incidência e impacto nos cadetes em formação, acometendo principalmente os membros inferiores e sendo as de características musculares com maior prevalência.

Palavras-chave: Lesões. Polícia Militar. Treinamento. Educação Física. Incidência.

INCIDENCE OF MUSCULOSKELETAL INJURIES IN STUDENTS OF THE TRAINING COURSE OF OFFICERS OF THE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE

Abstract: The Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE) had its Officer Training Course (OTC) with its activities interrupted in the year 1970. In 2019, the OTC at PMSE is resumed. These soldiers participate in regular training to improve their physical skills. Military Physical Education (MPE) is an essential activity in the training of military officers, in order to develop and maintain the necessary physical fitness. The present study aims to verify the incidence of musculoskeletal injuries occurred during the Officer Training Course (OTC) of the Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE). Results: The study consisted of a sample of 23 military police officers of both sexes, 78% (18) male and 22% (05) female. The mean age was 33 plus or minus 3.49 years. Cadets had an excellent physical activity routine before starting the training course, 3 times a week, 61% (14 of them). During the training course, the number of injuries was 48% (11 of these), and 18% (2 of these) had already suffered some type of injury before starting the training course. The Military Physical Education (MPE) was responsible for 55% (11) of the injuries. Most of the injuries suffered by military personnel occur mainly in the lower limbs, with 91% (10 of those injured) having injuries in the segments of the lower limbs. Conclusion: Musculoskeletal injuries have a high incidence and impact on cadets in training, affecting mainly the lower limbs and being those with muscular characteristics with the highest prevalence.

Keywords: Injuries; Military police; Training; Physical education; Incidence

Recebido em 09 de setembro de 2022

Aprovado em 10 de julho de 2023

2 Policial Militar do Estado de Sergipe, Graduado em Educação Física, Atua em treinamento físico militar na condição de instrutor do Centro de Ensino e Instrução/Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMSE, , <https://orcid.org/0000-0002-7220-7161>, <http://lattes.cnpq.br/9300110929083319>, Email: edlbe@hotmail.com

3 Universidade Federal de Sergipe, Doutor em biotecnologia, Atualmente é Docente Colaborador e Orientador no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF/UFS), <https://orcid.org/0000-0003-1433-2041>, <http://lattes.cnpq.br/6017992247968972>, Email: jymmyslopes@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Em Sergipe, a Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE) teve seu Curso de Formação de Oficiais (CFO) com suas atividades interrompidas no ano de 1970, o que obrigava a instituição realizar a formação de seus oficiais em outros Estados, nas coirmãs que ofertavam vagas para o aludido curso. Em 2019 é retomado o CFO na PMSE, realizado no Centro de Ensino e Instrução (CEI).

Para que estes militares sejam capazes de defender os interesses do Estado e da população, eles participam de treinamentos regulares para melhorar suas habilidades físicas, bem como adquirir destreza em relação a novas técnicas, objetivando sua sobrevivência e o cumprimento da missão que lhes são peculiares.

A Educação Física Militar (EFM) é uma atividade essencial na formação dos oficiais militares, para desenvolver e manter a aptidão física necessária para o desempenho profissional e manutenção da saúde (BRASIL, 2021). O EFM inclui exercícios de resistência cardiorrespiratória, resistência muscular de tronco, membros inferiores e superiores, força muscular, flexibilidade e agilidade. Porém, muitas das vezes tais exercícios acabam sobrecarregando o corpo devido à alta carga de volume, necessária para se atingir índices mínimos para obtenção das notas na disciplina, como estabelecido na Instrução Normativa n.º 001/2020-GCG publicado no Boletim Geral Ostensivo (BGO) n.º 025 de 5 de fevereiro de 2020.

Pesquisas realizadas com militares brasileiros apontam uma considerável presença de lesões musculoesqueléticas, afetando principalmente os membros inferiores (MELLONI, 2012; FERREIRA, 2018; LACERDA, 2019; PLATCHECK; TINOCO, 2020; BRASIL NETO, 2021). Diante deste fato, há a necessidade de se estudar as incidências de lesões musculoesqueléticas, identificando as condições predisponentes e as lesões mais frequentes, a fim de

que sejam adotadas medidas que possam prevenir o surgimento de lesões (SILVA, 2022).

O presente estudo visa verificar a incidência de lesões musculoesqueléticas ocorridas durante o Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar de Sergipe (PMSE) turma 2019/2021, assim como identificar as lesões mais frequentes e a disciplina prática que mais ocorreram as lesões, bem como o tempo de recuperação.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva, transversal e com abordagem quantitativa, no qual se dispuseram a participar deste, policiais militares matriculados no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da PMSE ambos os sexos.

AMOSTRA

Participaram do estudo um total de 23 (vinte e três) indivíduos de um universo de 28 policiais militares no CFO. A validação da amostragem teve como critério de inclusão estar devidamente matriculado no CFO, possuir idade igual ou superior a 18 anos, responder o questionário por completo e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O critério de exclusão foi não ter respondido o questionário por completo ou de forma correta.

PROCEDIMENTOS

Para composição da amostra foi disponibilizado um questionário na plataforma do Google, sendo este um modelo modificado do proposto por HESPANHOL JUNIOR et al. (2012) o qual busca investigar informações relacionadas ao histórico da prática de corrida e de lesões musculoesquelética, abordando prática de corrida de rua, características de treinamento e lesões.

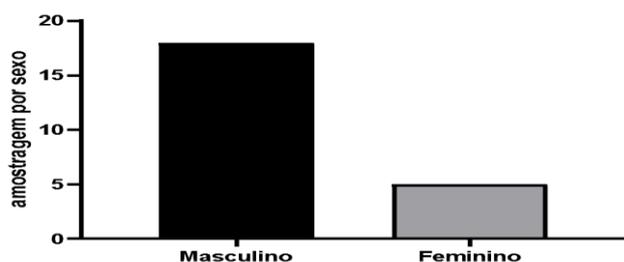
ANÁLISE

Para a categorização dos resultados utilizamos a estatística descritiva, com apresentação dos dados em tabelas e gráficos. Os dados apresentados foram processados no programa Excel Microsoft 365.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

O estudo foi composto de uma amostragem de 23 policiais militares de ambos os sexos, dos quais 78% (18) do sexo masculino e 22% (05) do sexo feminino (gráfico 1). A média de idade foi de 33, mais ou menos 3,49 anos, sendo o mais novo com 27 anos e o mais velho com 39 anos. O sexo masculino apresentou uma média de idade de 32,78 mais ou menos 3,62 anos, sendo o mais novo com 27 anos e o mais velho com 39 anos e o sexo feminino a média de idade foi de 31,4 mais ou menos 3,05 anos, sendo a mais nova com 28 anos e a mais velha com 35 anos (tabela 1).

Gráfico 1: amostragem por sexo



Esta amostragem representa 82,14% de um total de 28 cadetes que concluíram o curso de formação com sucesso, como consta na portaria de n.º 064/2021-PM/1, publicado no Boletim Geral Ostensivo (BGO) n.º 199 de 21 de outubro de 2021.

Ressaltamos que, apesar da amostragem do sexo feminino demonstrar-se pequena em relação ao masculino, ela se enquadra no solicitado pelo edital do concurso em 2018, em que 20% das 30 vagas eram destinadas aos candidatos deste sexo (EDITAL 05/2018).

Tabela 1: distribuição da amostragem e comparativo das idades.

	Masculino	Feminino	Total
Amostragem	78% (18)	22% (05)	100% (23)
Média de idade	32,78±3,62	31,4±3,05	33±3,49
Mais novo	27	28	
Mais velho	39	35	

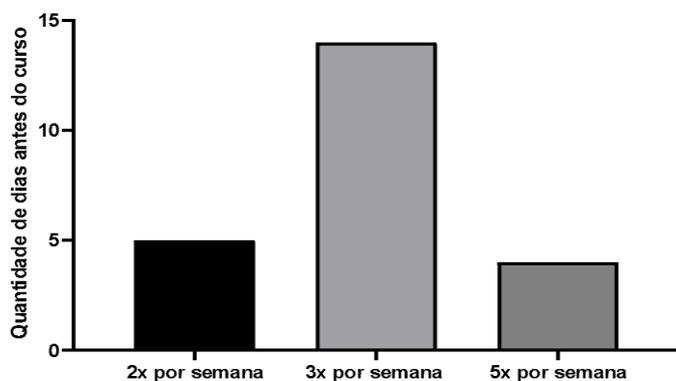
As idades encontradas no estudo aproximam-se dos achados por Platcheck e Tinoco (2020) e Brasil Neto (2021), no qual estes apresentaram médias de idades de 30,3 e 29,5 respectivamente. A idade trata-se de um fator importante para a possível incidência de lesões musculoesqueléticas, a qual também influencia no processo de recuperação.

Segundo Liebenson (2017), as incidências de lesões aumentam com a idade devido a alterações degenerativas que afetam a força, flexibilidade e estabilidade muscular, porém, embora a idade não seja modificável, alguns fatores associados com o envelhecimento podem ser modificáveis. Desta forma, o trabalho de manutenção de força, flexibilidade, o trabalho de propriocepção motora podem ser modificáveis e assim diminuir a possibilidade de incidência de lesões musculoesqueléticas com o aumento da idade.

Os resultados deste estudo mostram que os cadetes possuíam uma rotina regular de atividade física antes de se iniciar o curso de formação, sendo esta com uma frequência semanal de 3 vezes por semana, 61% (14), até 5 vezes na semana, um total de 17% (3) e até 2 vezes na semana, 22% (5), não sendo apresentado indivíduos sedentários, o que se demonstra que os cadetes poderiam possuir uma boa condição física para suportar o curso de formação, tendo em vista a intensidade em suas atividades práticas (gráfico 2). Dentro destes dias de atividade física destaque para a musculação que apresentou-se com 61% (14) dos entrevistados com esta prática, e a corrida em segundo, com 30% (7)

e, quanto a outras modalidades, essa ficou com 9% (2).

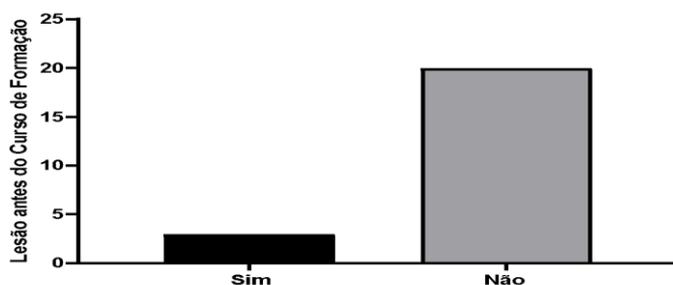
Gráfico 2: atividade física antes do curso de formação.



Destaca-se que, para adultos saudáveis entre 18 e 65 anos, o Colégio Americano de Medicina Esportiva (ACSM) e a Associação Americana do Coração (AHA), recomendam a prática de atividade física com um tempo médio de 150 a 300 minutos por semana, sendo de intensidade moderada por pelo menos 5 dias na semana e de intensidade vigorosa por pelo menos 3 dias na semana (ACSM, 2016).

Quanto às lesões, pelo menos 13% (3) relataram ter sofrido algum tipo de lesão antes de se iniciar o curso de formação (gráfico 3). As lesões são geralmente causadas por algum treinamento excessivo ou má distribuição das cargas de treino, promovendo um aumento na carga biomecânica mais alta que a tolerância estrutural, ocorrendo em sua maioria no sistema musculoesquelético (FUNZIKI, 2012; LIEBENSON, 2017).

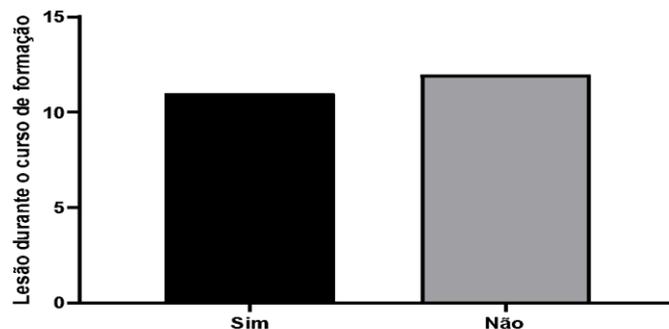
Gráfico 3: lesões prévias ao curso.



Durante o curso de formação, o número de lesões foi de 48% (11) (gráfico 4) e, destes, 18% (2) já haviam sofrido algum tipo de lesão antes de se iniciar o curso de formação. Na presente pesquisa,

não se buscou saber em qual modalidade esportiva ocorreu a lesão antes do curso, apenas verificar as ocorridas durante o curso de formação e em quais disciplinas práticas houve a maior incidência.

Gráfico 4: lesões durante o curso.



Para Silva *et al.* (2013), possuir ou não uma lesão é definida pelas demandas que o exercício físico impõe associadas às capacidades físicas que o indivíduo possui para lidar com essas demandas. Devendo, desta forma, o sistema musculoesquelético ter a capacidade para gerar, transferir e dissipar energia (SILVA *et al.* 2013)

Estudos mostram que as lesões causadas durante o treinamento dos militares desenvolvem-se por falta de medidas preventivas, podendo estar associadas a um tempo insuficiente de adaptação musculoesquelética ou à progressão de carga inadequada (MARTI *et al.* 1998; VAN GENT *et al.* 2007; ANDERSEN *et al.* 2016; FERREIRA *et al.* 2018; TOMES *et al.* 2020), e Hua *et al.* (2018) destacam que alta prevalência das lesões musculoesqueléticas ocorrem no início dos cursos de formação.

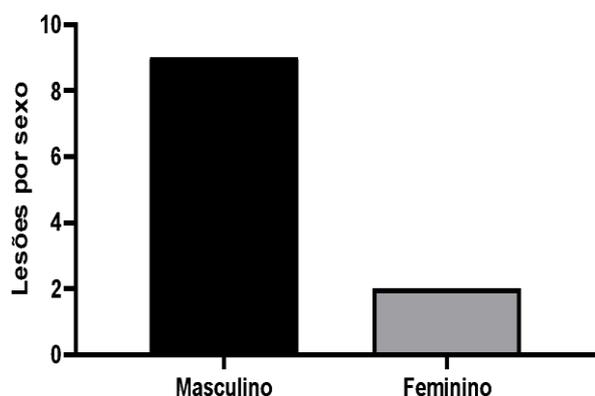
Prevenir lesões é um dos maiores desafios para profissionais de saúde. Deve-se ser antecipada e priorizada em relação à reabilitação, devendo ser implementadas ações que busquem diminuir ou minimizar suas ocorrências, uma vez que os processos de afastamento, reabilitação e retorno tornam-se onerosos para a instituição (SILVA *et al.* 2013).

Quanto ao sexo mais afetado, os cadetes do sexo masculino foram os mais acometidos por algum tipo de lesão, com um total de 82% (9)

contra 18% (2) dos cadetes femininas (gráfico 5). É fato que qualquer indivíduo que se submeta à prática de exercício físico possa sofrer com algum tipo de lesão, principalmente quando esta não é bem planejada.

Destacamos atenção especial para com as mulheres, uma vez que estudos apontam que as diferenças biomecânicas, devido a diferentes padrões de ativação muscular durante o gesto motor esportivo, fazem com que as mulheres sejam mais propensas a lesões, isso por conta do comprimento dos músculos do quadril, promovendo desarranjo biomecânico, fazendo com que a energia seja dissipada de forma irregular durante o gesto motor esportivo da modalidade, além também da possibilidade do baixo nível de condicionamento físico (DOMINGUES *et al.* 2005; BALDON *et al.* 2011; MELLONI, 2012; CHASKEL *et al.* 2013; PEREIRA, 2019).

Gráfico 5: lesões por sexo.

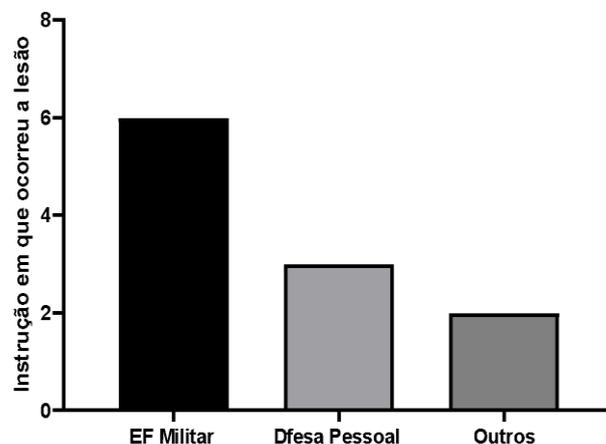


O estudo buscou descobrir em quais instruções práticas houve a maior incidência de lesões musculoesqueléticas nos Cadetes, e destas a Educação Física Militar (EFM) ficou com 55% (11), seguido de Defesa Pessoal com 27% (3) (gráfico 6). Portanto, ao analisarmos o quadro de trabalho semanal de todo o curso, verificamos que pouco houve a sequência de disciplinas práticas ocorridas no mesmo dia e horário seguidos.

As disciplinas do Curso de Formação de Oficiais possuíram carga horária entre 20 horas e 240 horas aulas, como previsto no plano de realização do curso, publicado no BGO n.º 198, de

20 de outubro de 2021. A Educação Física Militar foi uma das disciplinas práticas que acompanhou os cadetes do início ao fim do curso e essa obteve uma carga horária de 240h dividida em quatro semestres.

Gráfico 6: instrução em que ocorreu a lesão.



A Educação Física Militar atrelada ao Treinamento Militar Operacional é inerente a profissão do policial militar e deve fazer parte do dia a dia e das obrigações do início da carreira até o término (Melloni, 2012).

Melloni (2012), Ferreira *et al.* (2018) e Lacerda (2019) apontaram que grande parte das lesões sofridas por militares ocorrem principalmente nos membros inferiores, o que condiz com o apresentado por este estudo, sendo que 91% (10) dos lesionados apresentaram lesões nos seguimentos dos membros inferiores e 9% (1) nos membros superiores. Havenetidis *et al.* (2011), Weineck (2013), Robinson *et al.* (2016) destacam que mais de 80% das lesões ocorrem nos membros inferiores.

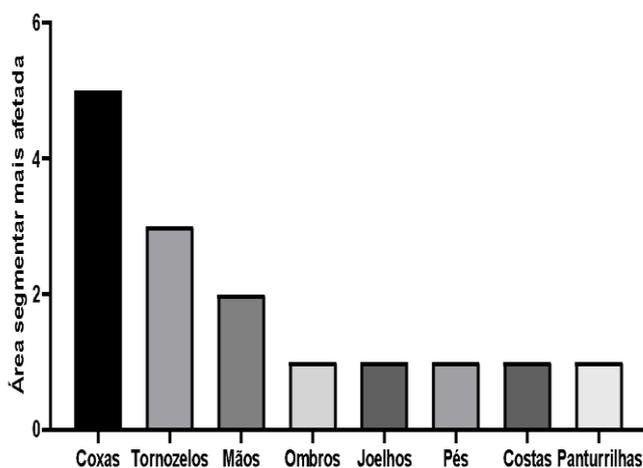
Por outro lado, este estudo se resumiu somente em identificar apenas em qual disciplina prática do curso se deu a lesão, sem se levar em conta a modalidade esportiva específica para tal, uma vez que o índice de lesionados ocorreu em sua maioria durante a Educação Física Militar, como visto no gráfico 8.

Analisando estudo de Lacerda (2019) e Platchek; Tinoco (2020), estes demonstraram que a maioria das lesões sofridas por militares durante o treinamento físico militar ocorreram durante a

prática da corrida, o que provavelmente pode ter sido o mesmo responsável pelas lesões dos militares participantes deste estudo durante as instruções de Educação Física Militar, uma vez que a corrida é um exercício bastante presente nesta instrução como artifício de melhora do condicionamento físico.

Quanto à área segmentar mais afetada, o estudo apresentou que 45% (5) dos avaliados apresentaram lesão na coxa, seguido por tornozelo com 27% (3) e mãos com 18% (2) (gráfico 7). Vale destacar ainda que dois dos avaliados apresentaram lesões em mais de uma área segmentar. Desta forma, percebemos que estes resultados apresentaram-se diferentes dos de Lacerda (2019), que em seu estudo, destacou que a área segmentar mais afetada foi o joelho, com 29% das ocorrências, enquanto neste estudo este resultado foi de apenas 9% (1). Platchek & Tinoco (2020) obteve resultados idênticos para joelho e perna, ambos com 32%. Já Brasil Neto (2021) apresentou em seu estudo como área segmentar mais afetada a perna, área essa não destacada por este estudo.

Gráfico 7: área segmentar mais afetada.



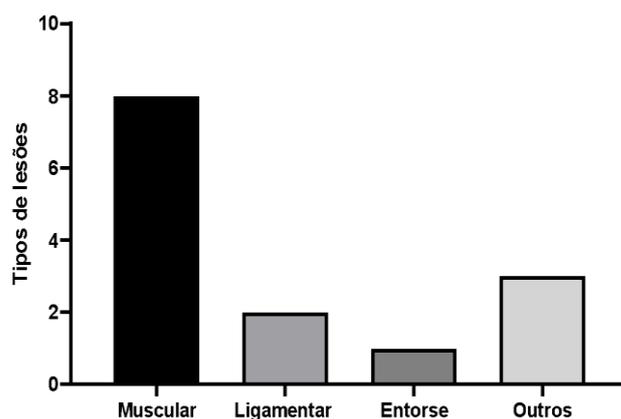
Quanto aos tipos de lesões, as de características musculares foram as de maior incidência na população estudada, sendo esta com uma prevalência de 73% (8), seguida de outras não

especificadas com 27% (3) e ligamentar com 18% (2), como apresentado no gráfico 11.

Alguns estudos analisados demonstraram uma maior prevalência de lesões do tipo tendinite, como Lacerda (2019) que identificou uma prevalência de 44%, e o estudo de Platchek e Tinoco (2020) que identificou uma incidência de 32% para a mesma lesão. Já os estudos de Melloni (2012) e Brasil Neto (2021) apresentaram uma incidência de lesão muscular de 24% e 28%, respectivamente.

Menke *apud* Weineck (2013) ressalta que as lesões musculares nos membros inferiores acometem em até 60% a região da coxa em relação a outras lesões do tipo muscular.

Gráfico 8: tipos de lesões.



Em relação ao tempo de recuperação dos cadetes, 36% (4) informaram que tiveram um período de recuperação entre 08 e 15 dias, 27% (3) tiveram uma recuperação de até 8 dias e 18% (2) relataram um período de recuperação entre 15 e 30 dias. No estudo de Brasil Neto (2021), o período de recuperação foi 21 dias e sendo este, 29% dos militares estudados. Lacerda (2019) e Platchek; Tinoco (2020) apresentaram um período de recuperação superior a 30 dias, sendo seus resultados respectivamente 47% e 43% de suas amostragens, estando desta forma os resultados apresentados por este estudo abaixo dos achados pelos pesquisados.

Um período superior a 28 dias de afastamento é classificado como grave (Pazin *et al.* 2008). Por outro lado, Liebenson (2017) destaca

que o corpo necessita de tempo para adaptação ao estresse, sendo necessário sobrecarga lenta e gradual, buscando adaptações necessárias. Caso contrário, a lesão tende a surgir. Portanto, a prevenção reduz custos, afastamentos e processos de reabilitação, evitando, desta forma, problemas para o desempenho da realização do TAF, bem como para outras disciplinas práticas. Outra informação importante quanto aos lesionados foi que 9% (1) destes não apresentaram melhora até o término deste estudo, dado este similar ao apresentado por Platcheck & Tinoco (2020) com 9% e inferior aos achados por Lacerda (2019) com 17%.

Os procedimentos de recuperação relatados com maior incidência foram o repouso e a medicamentosa, ambos 36% (4), enquanto 18% (2) tiveram como procedimento de recuperação a fisioterapia.

É de conhecimento que um dos principais focos da prática da Educação Física Militar é a manutenção da saúde, porém, durante o curso de formação, seu planejamento é objetivando o Teste de Aptidão Física (TAF), para que os militares atinjam índices estabelecidos para obtenção de notas que influenciam na média geral e consequentemente na classificação do curso de formação do policial militar. Portanto, a implantação de programas preventivos para lesões musculoesqueléticas deve ser cada vez mais voltada para os fatores individuais relacionadas à capacidade do policial militar e às demandas específicas da função (SILVA, 2013)

Portanto, é fundamental que todos os militares da Unidade Militar, e não somente os profissionais envolvidos com a prescrição dos exercícios físicos, tenham conhecimento dos fatores causais que elevam os riscos de ocorrência, agravamento ou recidiva das lesões (BRASIL, 2021).

4 CONCLUSÃO

Concluimos que conforme o observado, as lesões musculoesqueléticas possuem alta incidência

e impacto nos cadetes em formação, acometendo principalmente os membros inferiores e sendo as de características musculares com maior prevalência. As lesões musculoesqueléticas devem ser tratadas com preocupação, devendo ser solucionadas buscando compreender os casos específicos e analisar as atividades práticas empregadas, principalmente durante o início do curso de formação.

Ainda assim, diante dos resultados, a elaboração de uma base de dados das lesões musculoesqueléticas que acometem os cadetes durante o curso de formação, buscando um planejamento, execução, monitoramento e aperfeiçoamento de programas de prevenção de lesões, se faz necessário para podermos entender melhor os mecanismos destas lesões musculoesqueléticas durante o curso de formação, e assim podermos reduzir a presença dos policiais militares na Formação Sanitária e consequentemente nos centros médicos e de fisioterapia, estando estes acometidos por algum tipo de lesão.

5 REFERÊNCIAS:

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. **Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição**. Tradução: Dilza Balheiro Pereira de Campos. 9ª ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. ISBN: 9788527725156

ANDERSEN, KA; GRIMSHAW, PN; KELSO, RM; BENTLEY, BJ. Musculoskeletal

Lower Limb Injury Risk in Army Populations. **Sports Med - Open** 2, 22 (2016). DOI: <https://doi.org/10.1186/s40798-016-0046-z>

ATA DE ENCERRAMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO 2019).

Polícia Militar de Sergipe. **Boletim Geral Ostensivo**, nº 198 de 20 de outubro de 2021. Aracaju/SE.

BALDON, RM; FERREIRA, DFM; CARVALHO, LP; WUN, PYL.; SERRÃO, FV.

Diferenças biomecânicas entre os gêneros e sua importância nas lesões de joelho. **Fisioterapia e Movimento**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 157-166, Jan/Mar 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-51502011000100018>

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.375 - Manual de Campanha: Treinamento Físico Militar**. 5ª Edição. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9759>

BRASIL NETO, CG. **Prevalência de lesões ortopédicas incapacitantes dos alunos do curso de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército**. Orientador: Flávio Roberto Campos Maia. 29 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação, Curso de formação de oficiais) - Escola de Saúde do Exército, Exército Brasileiro, Ministério da Defesa, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9698>

BUNN, PS; TERRA, BS; RODRIGUES, AI; MIRANDA, MEK; ALVES, DS. Fatores de

riscos de lesões musculoesqueléticas em militares. **Arquivos de Ciências do Esporte**, v. 6, nº 2, p. 56-59, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/aces.v6n2.3262>

CHASKEL, CF.; PREIS, C; BERTASSONI NETO, L. Propriocepção na prevenção e tratamento de lesões nos esportes. **Revista Ciência e Saúde**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 67-76, Jan/Abr 2013. DOI: <https://doi.org/10.15448/1983652X.2013.1.12714>

DOMINGUES, SPT; CONTE, M; MÁS, EF. et al. Implicações do nível de aptidão física na gênese de lesões desportivas. **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.** 2005;7(2):29-35. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/3794/3237>

EDITAL Nº 05/2018, de 04 de abril de 2018. Concurso público – soldado PM- 3ª classe (combatente). **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, nº 27915, 2018 abr. 04. Aracaju/SE. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/1716/#e:1716>

FERREIRA, FS; GALVÃO JUNIOR, JR; SILVA, LP; SOUZA, CS. Epidemiologia das

lesões musculoesqueléticas dos militares do Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército Brasileiro do estado de Alagoas. **Interfaces Científicas – Saúde e Ambiente**, Aracaju/SE, v. 6, nº 3, p. 85-92, julho 2018. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3798.2018v6n3p85-92>

FUZIKI, MK. **Corrida de rua: fisiologia, treinamentos e lesões.** São Paulo: Phorte, 2012. ISBN 9788576553588.

HAVENETIDIS, K; KARDARIS, D; PAXINOS, T. Profiles of musculoskeletal injuries among greek army officer cadets during basic combat training. **Military Medicine.** 176:297-303, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7205/MILMED-D-10-00196>.

HESPANHOL JUNIOR, LC.; COSTA, LOP.; CARVALHO, ACA; LOPES, AD. Perfil das características do treinamento e associação com lesões musculoesqueléticas prévias em corredores recreacionais: um estudo transversal. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 46-53, Jan/Fev 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552012000100009>

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 001/2022-GCG, de 29 de janeiro de 2020. Polícia Militar de Sergipe. **Boletim Geral Ostensivo**, nº 025 de 05 de fevereiro de 2020. Aracaju/SE.

LACERDA, IB. **Incidência de lesões musculoesquelética nos alunos do curso de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército em 2019.** 24 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação, Curso de formação de oficiais) - Escola de Saúde do Exército, Exército Brasileiro, Ministério da Defesa, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5205>

LIEBENSON, C. **Treinamento funcional na prática desportiva e reabilitação neuromuscular.** Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN: 9788582713822

MARTI B; VADER JP; MINDER CE; ABELIN T. On the epidemiology of running injuries. The 1984 Bern Grand -Prix study. **Am. J. Sports Med.**;16(3):285 – 294, 1988. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/036354658801600316>

MELLONI, MAS. **Prevalência de lesões musculoesqueléticas numa população de jovens estudantes de uma escola militar do Brasil.** Orientador: Ibsen Belline Coimbra. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Ciências Médicas. Campinas/SP. 67 p. 2012.

PAZIN J; DUARTE MF; POETA LS; GOMES MA. Corredores de rua: características demográficas, treinamento e prevalência de lesões. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum** 2008;10(3):277-82. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-0037.2008v10n3p277>

PEREIRA, FJC. **Lesões musculoesqueléticas em militares do Exército Brasileiro: epidemiologia e prevenção.** Orientador: Adriano Fernando Mendes Junior. 2019. 22 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação, Curso de formação de oficiais) - Escola de Saúde do Exército, Exército Brasileiro, Ministério da Defesa, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5500>

PLATCHECK, M; TINOCO, RFG. **Estudo epidemiológico das lesões ortopédicas mais comuns entre alunos do curso de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército Brasileiro no ano de 2020.** 13p. 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7634>

PORTARIA nº 064/2021-PM/1, de 21 de outubro de 2021. Polícia Militar de Sergipe. **Boletim Geral Ostensivo**, nº 199 de 21 de outubro de 2021. Aracaju/SE.

ROBINSON, M; SIDDALL, A; BILZON, J. *et al.* Low fitness, low body mass and prior injury predict injury risk during military recruit training: a prospective cohort study in the British Army. **BMJ Open Sport & Exercise Medicine** 2016;2:e000100. DOI: <http://dx.doi.org/10.1136/bmjsem-2015-000100>

SILVA, AA; MENDONÇA, LDM; BITTENCOURT, NFN; AMARAL, GM. **Prevenção de lesões esportivas**. In: SAMULSKI, D; MENZEL, HJ; PRADO, LS. Treinamento esportivo. Barueri, SP: Manole, 2013 (316-335). ISBN: 9788520434338

SILVA, EB. Prevalência de lesões musculoesqueléticas em corredores de rua da cidade de Aracaju/SE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 1675–1685, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.5167>

TOMES, CD; SAWYER, S; ORR, R; SCHRAM, B. Ability of fitness testing to predict injury risk during initial tactical training: a systematic review and meta-analysis. **Injury Prevention**. 2020;**26**(1), 67-81. DOI: <https://doi.org/10.1136/injuryprev-2019-043245>

VAN GENT BR; SIEM DD; VAN MIDDELKOOP M; VAN OS TA; BIERMA -ZEINSTRAS; KOES BB. Incidence and determinants of lower extremity running injuries in long distance runners: a systematic review. **British J. Sports Med**. p. 469-480. 2007. DOI: <https://bjsm.bmj.com/content/41/8/469>

NARRATIVAS DE VIDA E FORMAÇÃO NOS ESPAÇOS PRISIONAIS

Francisca Gomes da Silva⁴

Simone Maria da Rocha⁵

RESUMO: A investigação possui por objeto de estudo as narrativas de vida como proposta de formação e (auto) formação com ênfase nas aprendizagens construídas pela educação na prisão. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa, estado da arte, é mapear pesquisas que tenham relação com esse objeto de estudo. A problemática condiz em questionar sobre os saberes envolvidos nas narrativas de vida dos alunos apenados e como estes saberes interagem com a educação de jovens e adultos ofertadas na prisão. Metodologicamente a pesquisa embasou-se na abordagem qualitativa pautada em pesquisa narrativa, sendo os pressupostos teóricos acerca da investigação sobre o sistema prisional: Foucault (2010), Goffman (1996), Freire (2014), Onofre (2002, 2007), Maeyer (2013), Julião (2003), Josso (2010) e Dominicé (2014). Os resultados desse estudo nos levam a constatação de que a educação na prisão não é universalizada no sistema penitenciário brasileiro. Constatou-se também que são poucas as instituições penais que garantem esse direito, e as que ofertam apresentam deficiência no processo educacional, formação docente e propostas metodológicas de formação e (auto) formação.

Palavras-chave: Formação e (auto) formação. Educação prisional. Narrativas e saberes.

Recebido em 09 de setembro de 2022	Aprovado em 29 de setembro de 2023
------------------------------------	------------------------------------

4 Mestranda em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) linha de pesquisa 1, da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: francys_gomes@hotmail.com

5 Graduada em Pedagogia (2007) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde cursou Mestrado (2012) e Doutorado (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). simone.rocha@ufersa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A inserção das escritas autobiográficas no contexto da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e nesta no que se refere à privação de liberdade, justifica-se nas dimensões da formação e da autoformação, dialética que se opera nas práticas de ensino e aprendizagem entre educandos e educadores. Dessa forma, em relação à dimensão da formação, Freire (2014) nos ensina que as escritas autobiográficas apresentam os sentidos dos educandos, pois, esses como sujeitos da história, escrevem suas vidas, vivências, existências e materializações. Ou seja, através da escrita de si, os educandos têm a oportunidade de se reconhecerem como sujeitos autônomos dentro do contexto em que estão inseridos. No caso dos educandos apenados, espera-se que esse autorreconhecimento possa minimizar, por exemplo, os danos pessoais e sociais decorrentes do processo de encarceramento, uma vez que os regramentos institucionais intervêm nas subjetividades dessa população de maneira danosa, como bem discute Goffman (1996), quando denuncia a “mortificação do eu”, que ocorre em instituições totalitárias. No caso dos apenados, esse fenômeno caracteriza-se pelo “despojamento” dos papéis por eles anteriormente assumidos na vida civil, ao isolá-los e enquadrá-los a normas de conduta e controle de ações.

A dimensão da autoformação, remete às aprendizagens dos educadores, Josso (2010, p. 27), nos ensina que o trabalho com as histórias de vida possibilita aos educadores “uma sensibilidade à história dos aprendentes e da sua relação com o saber”, o que possibilita o desenvolvimento de um olhar que ultrapassa as concepções da formação escolar tradicional, com os educadores compreendendo que os alunos são portadores de experiências, das quais eles tiram lições, aprendem coisas e dão sentido aos conteúdos disciplinares.

Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral mapear e discutir as dissertações de

mestrados sobre histórias de vida e educação na prisão entre os anos 2011 a 2019, a partir de coleta no “Catálogo de Teses e Dissertações da Capes”, portal de busca que permite identificar teses e dissertações existentes no país. Em relação aos objetivos específicos, elencamos: examinar os temas abordados nas dissertações e quais programas estudaram história de vida e educação na prisão, identificar objetivos, autores, metodologias de pesquisas e resultados apresentados nas dissertações e que tenham relação com a temática histórias de vida e educação na prisão.

Nesse contexto, tais objetivos oportunizaram a construção do estado da arte, o que se torna importante tanto para selecionar e aprofundar a temática de interesse do pesquisador, como também para encontrar lacunas, restrições e expansão do campo de pesquisa.

Quanto ao percurso metodológico, a busca no portal da Capes foi realizada no dia 30 de junho do ano de 2022, as onze horas. Inicialmente, utilizamos o descritor educação na prisão, entre aspas, sendo aplicado o filtro tipo de documento: dissertação e teses, ano que o trabalho foi defendido: 2011-2019. Foram encontrados um total de 16 dissertações e uma tese, das quais apenas 08 foram analisadas, as demais não foram possíveis de visualizações, tendo em vista não terem autorização para divulgação ou não está disponível na plataforma Sucupira.

A seleção das dissertações se deu pela relação entre a temática escolhida e a classificação da análise foi feita baseando-se no tema “Educação na prisão”. Como forma de facilitar as análises, foi construída uma tabela dividida em 08 colunas. Cada coluna foi categorizada da seguinte forma: na primeira coluna foram colocados o nome do autor e o ano que o trabalho foi defendido. Na segunda coluna o título da dissertação ou tese, na terceira coluna problema da pesquisa. Na quarta coluna objetivos da pesquisa. Na quinta coluna, teóricos que fundamentaram a pesquisa dos autores e na sexta coluna os aspectos metodológicos da

pesquisa, já na última coluna elencamos os resultados e/ou conclusões das pesquisas.

Quanto à organização desse trabalho, além desta introdução, está estruturado da seguinte forma: uma seção de desenvolvimento que correspondem aos dados dos trabalhos mapeados e selecionados que vão desde a titulação dos autores e questões geográficas institucionais até o detalhamento e as sínteses de cada tese e dissertações selecionadas. Por fim, na terceira seção encontram-se as conclusões e reflexões levantadas sobre o estudo e o aprendizado adquirido na construção desse texto.

Assim, acreditamos que o desenvolvimento de um olhar para si e para outro no âmbito da educação prisional possa se realizar através da inscrição do gênero autobiográfico nesses contextos de formação, uma experiência a ser analisada à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos dessa abordagem socioeducacional, a fim de compreender as características pedagógicas especialmente das narrativas de vida e os efeitos que elas provocam na formação escolar que se realiza na ambiência prisional.

2 EDUCAÇÃO PRISIONAL: MAPEAMENTO DE ASPECTOS INSTITUCIONAIS E GEOGRÁFICOS A PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO.

Nesta seção apresentamos os dados qualitativos e suas especificidades em relação às instituições de ensino em que os trabalhos selecionados foram desenvolvidos e as temáticas abordadas, considerando o conjunto das dissertações e tese selecionadas na Capes.

Quanto a titulação dos autores dos trabalhos, sete são mestres e um doutor, e em suas publicações discutiram sobre educação na prisão. Desse conjunto de estudiosos, apresentamos inicialmente o título do trabalho, ano de conclusão e nome do autor. O primeiro trabalho encontrado foi denominado “Educação Escolar na

Penitenciária de Dourados”, de autoria de Ariane Martins Aragão do Programa de pós-graduação em Educação-, mestrado em educação, cuja apresentação conclusão se deu em 2020.

O segundo trabalho trata-se de uma dissertação que foi apresentada e concluída em 28 de julho de dois mil e quatorze na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, sendo a autora Leandra Salustiana da Silva. A pesquisa foi intitulada “Educação Prisional: um estudo do processo educativo dos presos do regime semiaberto”.

A terceira dissertação, foi concluída em 16 de março de dois mil e dezessete e tem como autor Luciana Mara de Oliveira Bratiliere. Foi defendida na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSD), com o título: “Uma sala de aula na prisão: o sentido desta experiência”.

A quarta dissertação, foi apresentada e defendida em 14 de junho de 2019, do programa de pós-graduação do Departamento de Educação da PUC-Rio, com o tema: “A mão estendida ou o dedo apontado? Concepções de docentes sobre a escola na prisão”, do autor Gabriel Santos da Silva.

A quinta dissertação, defendida em 29 de junho de 2015 tem autoria de Débora Maria Proença Lopes, com o título “Remição pela Leitura: o letramento literário ressignificando a educação na prisão”, pelo programa mestrado profissional em ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da instituição de ensino Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

O sexto trabalho encontrado diz respeito a uma tese de doutorado em Política social da universidade de Brasília, com autoria de Araújo (2020), defendida em 17 de dezembro de 2020, cujo título: “Política de educação e a educação na prisão: a realidade do Estado do Tocantins”.

O sétimo trabalho, trata-se de uma dissertação de mestrado profissional em Tecnologia da Escola Superior de São Leopoldo defendida em 29 de fevereiro de 2019, intitulada de “Direito a educação na prisão: um estudo sobre a oferta e o

exercício do direito a educação no presídio estadual de São Luiz Gonzaga/RS”, da autora Burin (2019).

O oitavo trabalho selecionado diz respeito a uma dissertação de mestrado profissional em Tecnologia da instituição de ensino Escola Superior de Tecnologia de São Leopoldo, defendida em 15 de outubro de 2015, de autoria de Márcia Cristina Rocha de Sousa Vieira, tematizada de “Professores encarcerados: a educação na prisão de jovens e adultos na perspectiva das professoras que vivenciam o perigo em um ambiente de subjugação e resistência no exercício da docência no presídio de Valença/BA”.

No tocante a espacialização geográfica dos trabalhos selecionado, identificamos que 04 produções são oriundas de universidades do Rio Grande do Sul, sendo uma estadual e as demais federais. Outro foi realizado na Universidade Federal de Minas Gerais; 01 em instituição de ensino superior privado do Rio de Janeiro; 01 na Universidade Tecnológica do Paraná e 01 em universidade pública de Brasília.

Esses dados evidenciam que o Estado do Rio Grande do Sul apresenta um número significativo de pesquisas sobre educação em prisões. Além disso, observa-se também que as produções acadêmicas foram desenvolvidas em sua maioria em instituições públicas de ensino superior (IES). Os dados evidenciam a atenção dada à educação em prisões no Estado do Rio Grande do Sul, bem como o papel das instituições de ensino superior públicas na produção de conhecimento e na busca por soluções nesse contexto. No tocante, a problemática da pesquisa nas dissertações e tese analisadas em relação aos seus objetivos, autores que fundamentaram as pesquisas, metodologias e resultados, foram constatadas diferentes perspectivas e que destacamos a seguir, a partir do recorte de cada um dos pesquisadores apresentados anteriormente.

Na Dissertação de Aragão (2020), encontra-se uma pesquisa investigativa a partir da problemática de como a escolarização funciona no

sistema prisional e como esta afeta os internos que dela participa ou como os alunos privados de liberdade foram transformados em meios às práticas e discursos educacional. A autora estabeleceu como objetivos analisar o processo de educação escolar e compreender como a educação escolar funciona, seu papel na constituição das subjetividades dos internos que acessam a escola, e como esses internos tomam para si a experiência escolar.

Metodologicamente o trabalho consistiu em uma pesquisa de análise documental, a partir de documentos da realização de resultado de projetos interdisciplinares desenvolvidos no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), na extensão da PED em 2018. Além disso, realizou pesquisa bibliográfica a autores como: Foucault, Carvalho, Nóvoa; Finger.

Os resultados obtidos da pesquisa apontaram que a educação escolar afeta de diferentes modos os internos que a ela têm acesso, mas o trabalho dentro do espaço-tempo prisional também tem parcela importante na construção das subjetividades dos sujeitos em situação de privação de liberdade. A pesquisa apontou ainda a insuficiência do atendimento ao aspecto escolar, pois, não atende à demanda necessária.

Quanto à dissertação de Silva (2014), trata-se de um estudo que tem como objetivo analisar a importância que o preso dá à educação enquanto instrumento de formação e ressocialização. A investigação verificou também se o privado de liberdade dá continuidade ao processo educativo extramuros, ou seja, se eles continuarão ou não estudando quando progredirem do regime fechado para o semiaberto, buscando entender os motivos pela continuidade ou não dos estudos. A metodologia adotada foi baseada no método dedutivo recorrendo ao questionário, que foi aplicado a vinte presos do regime fechado, matriculados na escola do EPPar e em onze presos do regime semiaberto no EPRSAAAPar. Em relação aos teóricos a autora se fundamentou em

Foucault (2010), Goffman (2010; 2003), Durkheim (2010) e Freire (2011; 1996; 1987; 1983). Os dados da investigação mostraram que educação no âmbito dos Estabelecimentos Penais não tem cumprido com o seu papel de formação e ressocialização, e que a sua implementação tem sido revestida de outras finalidades, como a de adaptação do homem ao meio e como mecanismo de remição de pena, haja vista que, o preso, ao passar para o regime de semiliberdade, acaba abandonando o processo de formação escolar.

A dissertação de Bratiliere (2017), buscou entender o sentido da sala de aula para os diretores, agentes penitenciários, professores e alunos na prisão. Metodologicamente a pesquisa é de cunho qualitativo, pois, busca-se evidenciar o sentido da experiência vivida. Além disso, a autora utilizou como estratégia a perspectiva fenomenológica e a coleta dos dados se deu a partir de entrevistas e participação da mesma. Para embasar as discussões a autora utilizou os seguintes teóricos: Foucault (2010), Goffman (1987), Thompson (1976), Onofre (2002, 2007), Português (2001), Leme (2007), Maeyer (2013). Os resultados e/ou conclusões constatou-se que há necessidades de políticas públicas destinadas à modalidade de ensino adotada, a educação de Jovens e Adultos (EJA), e alterações na Política Penitenciária Brasileira que pouco investe em educação dentro dos estabelecimentos prisionais.

A dissertação com o título “A mão estendida ou o dedo apontado?” Concepções de docentes sobre a escola da prisão, do autor Silva (2019), problematiza sobre o tipo de educação que está sendo ofertada. Como forma de responder a tal problema o autor estabeleceu como objetivo geral compreender concepções sobre a educação em espaços de privação de liberdade de professores que atuam no sistema prisional e as que se apresentam nos marcos legais que institui essa categoria de ensino. Esse objetivo geral foi desmembrado em dois específicos que foram: analisar quais concepções estão presentes nos marcos legais que garante a educação de jovens e

adultos privados de liberdade e concepções sobre escola na prisão tem sobre currículo. Os aspectos metodológicos desenvolvido pelo autor insere-se numa abordagem qualitativa e tem como campo de pesquisa o Estado do Rio de Janeiro juntamente com as políticas voltada para essa modalidade educacional. Os dados foram coletados por meio de documentos e entrevistas semiestruturadas. Quanto aos autores que fundamentaram essa pesquisa, Silva aponta os teóricos Boiago (2013), Paiva (2005), Julião (2003), Maeyer (2013), Onofre (2013), Vieira (2013), Leme (2007), Scarfó (2009). Os resultados da pesquisa apontam que a prisão controla e exerce poder sobre a escola a partir de uma série de práticas e a escola, segundo os docentes, coloca-se como opositora desse sistema. A escola também exerce uma forma de poder disciplinar sobre os apenados. Esta forma de poder disciplinar também se expressa através de algumas concepções sobre currículo, Projeto Político-Pedagógico e Educação para os Direitos Humanos.

Já Lopes (2015), ao discutir sobre a Remição pela leitura, estabeleceu como objetivos conhecer o perfil dos discentes do Projeto Remição pela Leitura, analisar o diálogo entre o letramento literário e a humanização pela literatura, identificar as dificuldades e os desafios na educação prisional durante a implantação do projeto e aplicar o produto educacional desenvolvido para o programa de Pós-graduação em ensino de Ciências e da natureza. Em relação a metodologia valeu-se da pesquisa descritiva, exploratória, documental, bibliográfica e qualitativa. Quanto aos teóricos a autora adotou: Candido (2000); Kleiman (2002, 2005); Street (2003,2014); Cosson (2012); Soares (2012). A pesquisa aponta como resultados a importância de serem adotadas práticas pedagógicas que tenham como principal fundamento um trabalho mais flexível com as práticas sociais da leitura e da escrita, no que tange as produções textuais, revelando uma infinidade de possibilidades no processo de ensino e aprendizagem da linguagem.

O trabalho de tese de doutorado da autora Araújo (2020), intitulada Política de Educação e a Educação na Prisão: a realidade do Estado do Tocantins. Destacou como problema a questão sobre a Política de Educação no sistema prisional, sendo vista como direito social fundamental para a população encarcerada. Diante dessa problemática a autora estabeleceu como objetivo geral analisar a trajetória da política educacional no sistema prisional tocantinense.

E, como desdobramento desse objetivo a autora definiu como objetivos específicos: contextualizar a implementação da Política de Educação e políticas educacionais no sistema prisional brasileiro e tocantinense; analisar a relação entre o Estado Capitalista, a política educacional no sistema prisional e as mudanças no mundo do trabalho; investigar ações e projetos institucionais da política educacional no sistema prisional tocantinense; discutir o desdobramento atual da Política de Educação no Sistema Prisional tocantinense na formação técnico profissionalizante da pessoa privada de liberdade para o mercado de trabalho e retorno a sociedade.

O percurso metodológico proposto configurou-se como pesquisa qualitativa, com natureza descritiva e bibliográfica. Apesar de ser uma pesquisa qualitativa a autora aborda dados quantitativos para apresentar indicadores sociais do perfil de encarceramento para os sujeitos da pesquisa (homens e mulheres encarcerados) e buscou embasamento teórico na pesquisa documental (legislações sociais e jurídicas) e bibliográfica de autores e pesquisadores da tradição marxista, a fim de desvelar as categorias que compreendessem o objeto de pesquisa.

A título de resultado a autora aponta a necessidade de lutas sociais constantes, dos próprios educandos, de suas famílias e da sociedade civil organizada, principalmente por se tratar de grupos sociais estigmatizados como as pessoas privadas de liberdade. Outra questão constatada diz respeito às salas de aula adaptadas e transformadas em celas devido à superpopulação carcerária e são

poucas as instituições prisionais que possuem oferta constante de modalidades que contemplem as necessidades educacionais da população carcerária tocantinense.

A dissertação de Burin (2019), problematizou o direito a educação do ponto de vista da oferta (Estado) e do ponto de vista dos que dela participam (privados de liberdade). Nessa perspectiva a autora traçou como objetivo geral analisar como é a oferta do direito à educação no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga, e como o direito à educação é exercido pelas pessoas privadas de liberdade nessa mesma instituição.

Para isso, buscou também, discorrer sobre as atividades de educação não formal ofertadas pelo presídio; analisar a estrutura da escola, explorando informações sobre as salas de aula, a biblioteca, a sala de professores, a sala de direção e o laboratório de informática; pesquisar sobre o efetivo profissional; analisar a quantidade de pessoas matriculadas (de maneira geral, por gênero e por modalidade de ensino), com a finalidade de compreender se houve demanda escolar satisfatória nos anos de 2016, 2017 e 2018; examinar a quantidade de pessoas que avançaram de totalidade, permaneceram na mesma totalidade e cancelaram a matrícula (de maneira geral, por gênero e por modalidade de ensino), com o propósito de entender se houve um aproveitamento escolar satisfatório nos anos de 2016, 2017 e 2018. A pesquisa é de cunho qualitativo, com objetivo exploratório e descritivo, e com o exame de material documental e audiovisual, oriundos do Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga/RS, sobretudo, da escola do presídio, denominada Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Promotor Jorge Vicente Pacheco. Quanto aos resultados a pesquisa evidencia falta de educação profissional e envolvimento das pessoas privadas de liberdade na participação nas atividades educacionais no turno noturno, ausência de espaço

físico para acomodar toda a população carcerária nas salas de aula.

A última dissertação a ser mencionada nesse estudo, é de autoria de Vieira (2015). Adotou-se como problema de pesquisa a atuação docente no Conjunto Penal de Valença – CPV, e como estes desenvolveram práticas pedagógicas de forma autônoma em um ambiente de subjugação e resistência. Quanto aos objetivos a autora procurou identificar, nos registros de suas vozes, as experiências e os saberes que são significativos para a sua atuação na docência na EJA em presídios, bem como identificar os entraves enfrentados por essa educação.

Os autores envolvidos como referencial teórico são Miguel Arroyo, Paulo Freire, Michael Foucault, Moacir Gadotti, Sérgio Haddad Elionaldo Fernandes Julião, Leôncio José Gomes Soares e Márcia Vieira. Quanto aos resultados a autora constata que os educadores são incontestes tendo em vista não receberem atenção dos órgãos responsáveis.

Outro resultado é em relação a ponderação dos professores frente suas metodologias pedagógicas, uma vez que aspectos da EJA atentando para as questões e resgate da consciência procurando conhecer quem são os seus alunos, como esses alunos dimensionam o seu tempo, seus interesses, percepção de sua realidade, reais necessidades, e principalmente com esses alunos assimilam as informações e constrói conhecimentos. É importante ressaltar que essas preocupações dos docentes ocorrem de forma autônoma, sem formação e suporte para tais atitudes. Todos os professores reconhecem a necessidade de uma formação que os prepare para docente na prisão.

Outros educadores não se identificam e adotam posturas descompromissada exercendo sua função de forma mecânicas com intuito apenas de cumprir sua carga horária sem uso de metodologias que almeje inovação sem atingir as mentes e corações dos alunos. Outros entraves foram constatados na pesquisa como a violência

institucional imposta aos encarcerados, a falta de estrutura física, o não comprometimento de alguns professores e a falta de convicção íntima dos apenados são alguns deles.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa baseada na pesquisa narrativa. A pesquisa narrativa é escolhida devido à sua capacidade de explorar profundamente as histórias de vida dos detentos e sua relação com a formação e autoformação no contexto prisional. Esta abordagem permite uma compreensão aprofundada dos significados e experiências dos participantes, bem como a análise de narrativas pessoais como fonte de dados valiosa.

A coleta de dados foi realizada por meio do "Catálogo de Teses e Dissertações da Capes", com foco nas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2011 e 2019 relacionadas às histórias de vida e educação no contexto prisional. Esta fonte de dados é escolhida devido à sua acessibilidade e à disponibilidade de pesquisas acadêmicas relevantes.

Para a seleção da amostra, foram identificadas 16 dissertações e uma tese relacionadas à temática "Educação na prisão". A partir desse conjunto, oito trabalhos foram selecionados para análise. A seleção é baseada na relevância direta para a pesquisa, considerando a relação entre as narrativas de vida, formação e autoformação no contexto prisional.

A coleta de dados envolve a obtenção de informações contidas nas dissertações e na tese selecionadas. Os dados são extraídos por meio de uma análise detalhada dos documentos, enfocando os seguintes aspectos: nome do autor e ano de conclusão, título da dissertação ou tese, problema de pesquisa, objetivos da pesquisa, teóricos que fundamentaram a pesquisa, aspectos metodológicos da pesquisa, resultados e/ou conclusões das pesquisas e Análise de Dados.

A análise de dados foi realizada de forma qualitativa, com foco na identificação de padrões, tendências e insights relevantes, incluindo a categorização dos dados de acordo com os aspectos mencionados na coleta de dados. São exploradas as

relações entre as narrativas de vida dos detentos, a formação e autoformação, bem como os desafios e lacunas identificados nas pesquisas selecionadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises desses 08 estudos observou-se que os autores mais citados para fundamentações teóricas das teses e dissertações, Foucault (2010), Goffman (2010; 2003), Freire (2011; 1996; 1987; 1983), Onofre (2002, 2007), Maeyer (2013), Julião (2003), foram recorrentes nessa tese e dissertações analisadas.

As pesquisas examinadas indicaram a recorrência da falta de salas de aula nas análises dos estudos. Isso resulta em uma situação onde a demanda necessária não é devidamente atendida, o que levanta questões sobre as implicações diretas ou indiretas desse cenário. Aqueles alunos apenados que participam da escola, em uma das dissertações analisadas, apresenta que a educação tem afetado os privados de liberdade de diferentes formas, inclusive na constituição subjetiva, porém não fica claro as circunstâncias pedagógicas que isso acontece. Apesar da educação impactar positivamente nesses aspectos subjetivos do aluno apenado, a educação não atinge seus objetivos que lhes são propostos, ou seja, não esclarece quais objetivos a educação na prisão precisa alcançar.

Em outra dissertação constata-se que a educação não cumpre o papel de formação e ressocialização e sim de adaptação o aluno ao ambiente prisional e com interesse na remição de pena⁶. Além disso, o aluno quando progride de regime abandona o processo de formação escolar. Outras necessidades foram destacadas no âmbito da EJA prisional, tais como: necessidade de políticas públicas e alterações na Política Penitenciária Brasileira, visto que há pouco investimento nessa modalidade de ensino.

A prisão em si impõe controle e disciplina sobre os apenados. A escola, nesse contexto, recebe

fortes influências do poder disciplinar da instituição penal. Esse disciplinamento dos corpos, também reflete, negativamente sobre a escola, sendo a escola obrigada a exercer uma forma de poder disciplinar sobre os alunos. E, em caso de desobediência as regras disciplinares, os alunos perdem o direito a educação, ou seja, a escola é utilizada com fator de punição. Os docentes nesse contexto se opõem a essa forma de poder disciplinar, mas também são obrigados a obedecer senão são entregues a secretaria de educação. A pesquisa também evidenciou que algumas concepções sobre currículo, Projeto Político-Pedagógico e Educação para os Direitos Humanos, também são influenciados por esse poder disciplinar das instituições penais.

As flexibilidades as práticas pedagógicas sociais de leitura e de escrita, foi outro ponto de preocupação para que o ensino torne mais flexível, implicando num processo de ensino e aprendizagem mais significativos para o desenvolvimento da linguagem.

É comum na maioria das prisões brasileiras se deparar com às salas de aula adaptadas e transformadas em celas devido à superpopulação carcerária. A educação na prisão, apesar de ser um direito humano e assegurado em vários dispositivos legais, ainda é desprezada pelos gestores de secretarias de administração penitenciária, diretores de unidades prisionais e policiais penais, pois, a educação dentro dos presídios é vista como fator de insegurança, e por esse e outros motivos não almejam uma educação universalizada. As pesquisas indicam que apenas um número reduzido de estabelecimentos penais efetivamente oferecem educação constante para jovens e adultos detidos.

As metodologias de ensino tradicionais caracterizada por uma educação bancária jamais é questionada na educação prisional, pois, é entendida como práticas instigadora de movimentos e, conseqüentemente, perda de controle e disciplina dentro das prisões.

Através da análise de evidências observadas, estudos prévios e observações anteriores, foi

6 A cada 12 horas de frequência escolar, diminui um dia de pena.

constatado que a carência de envolvimento e dedicação por parte dos estudantes em privação de liberdade desempenha um papel significativo na qualidade geral da educação que é proporcionada a eles. Embora as pesquisas tragam à tona inúmeros problemas da oferta da educação na prisão, não foram propostos nenhuma intervenção numa perspectiva de formação e autoformação, tanto para o aluno apenado como para os professores.

A questão da formação dos professores que lecionam nas unidades prisionais também é desanimadora, mas foi constatado que apesar da ausência de formação docente alguns professores

estão atendo as questões de que é importante conhecer seus alunos, como esses alunos dimensionam o seu tempo, seus interesses, percepção de sua realidade, reais necessidades, e principalmente de como eles assimilam as informações e constrói conhecimentos. Subentende-se, nesse estudo, a necessidade de formar professores a partir de suas histórias de vida e das histórias de vida dos seus alunos.

5 REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Ariane Martins. **Educação escolar na Penitenciária de Dourados-MS: projetos de ensino e atividades educacionais**. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2020.
- ARAUJO, Josenice Ferreira dos Santos. **Política de Educação e a Educação na Prisão: a realidade do Estado do Tocantins**. 240 f. Doutorado em Política Social. Universidade de Brasília: UnB, 2020.
- BRATILIERE, Luciana Mara de Oliveira. **Uma sala de aula na prisão: o sentido desta experiência'**. 98 f. Mestrado em Processos socioeducativos e práticas escolares. Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei: UFSJ.
- BURIN, Marizete. **O direito à educação na prisão: um estudo sobre a oferta e o exercício do direito à educação no presídio estadual de São Luiz Gonzaga/RS'**. 138 f. Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo: UFFS.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. 3ª ed. São Paulo: PAULUS, 2010.
- LOPES, Debora Maria Proenca. **Remição pela leitura: o letramento literário ressignificando a educação na prisão**. 157 f. Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina: Biblioteca do Campus Londrina, 2015.
- OLIVEIRA, Leandra Salustiana da Silva. **Educação prisional: um estudo do processo educativo dos presos do regime semiaberto'**. 123 f. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba. UEMS - CDD – 365.66
- ROMANOWSKI, J.P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.6, n.19, p. 37-50 set./dez., 2006.
- SILVA, Gabriel Santos da. **A mão estendida ou o dedo apontado? Concepções de docentes sobre a escola da prisão'**. 125 f. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- VIEIRA, Márcia Cristina Rocha de Souza. **Professoras encarceradas: a educação na prisão de Jovens e Adultos na Perspectiva das professoras que vivenciam o perigo em um ambiente de subjugação e resistência no exercício da docência no presídio de Valença/BA**. 70 f. Mestrado Profissional em Teologia. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo. Faculdades EST, 2015.

O EMPREGO DO CÃO EM OCORRÊNCIA DE ALTÍSSIMO RISCO COM REFÉM LOCALIZADO

Jean Lima Carvalho

RESUMO: Este artigo trata do Emprego do Cão (*Canis familiaris*) em Ocorrência de Altíssimo Risco com Refém Localizado. Para este estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o uso do cão pelas unidades policiais brasileiras, como solução tática em ocorrência crítica, no auxílio do trabalho da Polícia Militar. O objetivo deste artigo é demonstrar a viabilidade do emprego do cão, junto a equipe de assalto tático da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), assegurando o direito constitucional da vida do refém e do provocador do evento crítico. Espera-se fomentar no meio acadêmico policial militar potiguar a valorização da cultura de trabalho com cães pela PMRN em consoante com a doutrina de gerenciamento de crise no Brasil.

Palavras-chave: Cão. Gerenciamento de Crise. Polícia Militar.

ABSTRACT: This article deals with the Use of the Dog (*Canis familiaris*) in Very High Risk Occurrence with a Localized Hostage. For this study, a literature search was carried out on the use of dogs by Brazilian police units, as a tactical solution in critical occurrences, to aid the work of the Military Police. The objective of this article is to demonstrate the feasibility of the use of the dog, together with the tactical assault team of the Military Police of the State of Rio Grande do Norte (PMRN), ensuring the constitutional right to life of the hostage and the provocateur of the critical event. It is expected to foster in the military police academic environment of Rio Grande do Norte the appreciation of the culture of work with dogs by the PMRN in accordance with the doctrine of crisis management in Brazil.

Keywords: Dogs. Crisis Management. Police Military.

Recebido em 09 de outubro de 2022	Aprovado em 30 de outubro de 2023
-----------------------------------	-----------------------------------

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da viabilidade do uso do cão (*Canis familiaris*) como mais uma alternativa tática para a solução policial, quando a decisão do assalto tático é irreversível e aumenta o risco de vida para todos os envolvidos. Conforme a doutrina brasileira de gerenciamento de crise, as garantias constitucionais no Brasil e a política de direitos humanos no país, deve-se assegurar a vida do refém. Esta alternativa permite, consoante o uso seletivo da força, preservar também a vida do tomador de refém. O método empregado neste trabalho científico é o dedutivo por meio de pesquisa teórica, que do ponto de vista acadêmico, cumpre o seu papel ao produzir conhecimento cinotécnico a partir da doutrina brasileira do uso de cães na resolução de ocorrências críticas desenvolvida pelo Major Vitor Batista do Valle⁷ da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

O Brasil tem desenvolvido uma doutrina de uso do cão como ferramenta para resolução de ocorrências críticas. No entanto, essa prática ainda é pouco conhecida pelos Oficiais da Polícia Militar Potiguar.

É um tema de relevância social, pois conforme a doutrina da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), é competência da Polícia Militar o gerenciamento de crise com refém localizado. Não pretendo esgotar o tema, haja vista, o objetivo é abordá-lo de forma sucinta, por meio da pesquisa bibliográfica de modo a informar em linhas gerais a viabilidade, segurança e precisão, digamos até cirúrgica, do uso do cão que deve permanecer de forma equilibrada e sob controle total do policial.

2 O USO DO CÃO EM OCORRÊNCIA DE ALTÍSSIMO RISCO COM REFÉM LOCALIZADO NO PAÍS

⁷http://www.policiasysociedad.org/userfiles/vitor_batista.pdf

Preliminarmente, em toda extensão do presente estudo, o cão será empregado em uma ocorrência local, cujo estado de normalidade foi interrompido, onde obrigatoriamente há a presença do elemento provocador do evento crítico (criminoso) e o refém que teve sua liberdade cerceada com risco de morte iminente em uma área delimitada, para assegurar a vida do tomador de refém devido à presença da Polícia. Diante disso, ocorre a ocorrência policial: crise⁸. Sucintamente, diante do exposto, a crise é um evento norteado pela imprevisibilidade, ruptura das coisas como são, intensa reação emocional entre os envolvidos pela crise, compressão de tempo conforme o causador do evento crítico (limite entre a solução negociável e a solução tática), ameaça a vida seja de terceiros, refém, tomador de refém e equipe de gerenciamento de crise, digamos assim.

Neste diapasão, o cão apresenta-se como um nível de resposta adequado para última solução tática, já que no Brasil, a solução negociada é prioritária nas ocorrências críticas com refém localizado. Vale ressaltar que mais de 90% das crises são negociadas através do atendimento das exigências da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 5⁹, que sejam razoáveis consoante o desenrolar da negociação, de concessões para ambos os lados para fluir até a solução definitiva do evento, minimizando o trauma para o refém.

Independente do seu emprego, o cão é uma opção vantajosa por proteger o time tático, ou a guarnição policial, pois é o cão que inicia a varredura da edificação ou do veículo, bem como denuncia a presença de um agressor em uma busca na mata, podendo localizá-lo e imobilizá-lo (CONSTANZA, 2008, p. 44).

⁸ Crise ou evento crítico segundo a doutrina do FBI (Federation Bureau Investigation) é "Um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da Polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável".

⁹ Proposta de Emenda à Constituição – PEC 5, que afeta o MP (Ministério Público) e o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que fiscaliza a atuação de promotores e procuradores no país neutralizando o papel fiscalizador dos órgãos encarregados pela Constituição de defender a democracia e a ordem jurídica.

Quando delimitamos a ocorrência com refém localizado com o tomador de refém devemos acrescentar problemas psíquicos, falta de perspectiva e capacidade reduzida de atentar aos fatos e intransigência nos primeiros quarenta e cinco minutos de crise¹⁰. Depois, ocorrerá a acomodação do evento.

A partir do lapso de tempo inicial, trata-se de um incidente negociável em que há a vontade de viver por parte do causador da crise, ressalte-se isso. A presença do cão no teatro de operações já potencializa a demonstração de força por parte das autoridades que gerenciam a crise devido ao alto poder de intimidação.

Na ocorrência conhecida como o "Ônibus 499" (figura 1), um incidente doméstico sucedido em um coletivo na Via Dutra na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, o NuCin foi empregado junto à UIT, como fator psicológico inibitório ao PEC na entrada tática e na condução do PEC à viatura (VALLE, 2009, p. 13).

Atrevo-me a falar que é um meio persuasivo, pela sua ostensividade, já que o homem tem inserido nos seus genes um temor ancestral por este semovente, fruto da milenar evolução humana que está relacionado ao instinto primata de sobrevivência da espécie.

A técnica empregada neste treinamento foi elaborada com vistas a colaborar no método do uso progressivo da força, visto que os cães atuam como força de inibição e neutralização. A força de inibição resulta do fato de que a presença dos cães policiais favorece a rendição do PEC, à medida que este receia ser mordido (VALLE, 2009, p. 13).

É oportuno destacar que a aplicabilidade do semovente canino é limitada contra apenas um causador da crise por time tático e por perímetro, fundamentalmente, "por sinal" é a sua única limitação.

Assim, mesmo no assalto tático, que constitui a alternativa de maior grau de letalidade, os cães permitem que o PEC seja neutralizado, sendo uma grande alternativa para ser dispensado o uso de arma de fogo (VALLE, 2009, p.13 e 14).

O cão não apresenta desvantagem diversa do time tático formado apenas por operadores humanos, já que:

Num mundo incerto, não há fórmulas claras de sequência de passos que garantam resultados positivos, razão pela qual não se pode afirmar que os cães jamais falharão no desempenho de suas missões, pois somente com a demonstração das falhas, é possível que tudo se aperfeiçoe (VALLE, 2009, p. 19).

De tal modo, isso só comprova a segurança em operar com cães em ocorrências críticas. A ocorrência de crise é literalmente uma ocorrência que oscila entre o alto e o altíssimo grau de risco, mas pela posse do refém como garantia pelo provocador do evento crítico (criminoso) desconsideramos a diferença entre o calibre das armas de fogo envolvidas na ocorrência.

Entende-se como tomadores de refém (criminosos) surpreendidos pela Polícia em flagrante na prática deste delito. Ressalte-se que a limitação é apenas em razão da elaboração desta obra.

Em consonância com a SENASP (2008), o objetivo principal da Polícia Militar quando se depara com uma ocorrência de crise é negociar para preservar a vida dos abrangidos pelo evento crítico e posteriormente, aplicar a lei ao tomador de refém. Para isso, os procedimentos basilares são isolar, conter, acionar a Unidade Especializada e negociar uma solução para o fim da ocorrência.

3 O CÃO DE INTERVENÇÃO TÁTICA

O cão de intervenção tática é um cão especial, equilibrado ou com alto drive (impulso) de caça quando "ligado" e um drive de luta normal. Assim, um cão com alto drive de caça está associado a possessividade, de modo que

¹⁰<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/articel/viewFile/4557/3909>

devidamente adestrado, para canalizar corretamente essa obsessão, obstinação para uma missão específica, ficará concentrado nela até cumpri-la mesmo com o risco da própria vida.

Com os cães não poderia ser diferente, atentando para a possibilidade de haver alguma baixa policial, despertou a necessidade dos cães não serem dependentes de seus condutores, devendo focar suas energias na missão de localizar e neutralizar o PEC, mesmo que tenha que sacrificar a sua vida. Esse espírito de lutar e persistir, mesmo sabendo que seu condutor não mais está no GRR, é fundamental para que não haja solução de continuidade da missão, pois seu interesse maior deve ser sempre o PEC e não o seu condutor. Com isso, o cão poderá operar em qualquer crise e ser conduzido por qualquer integrante do NuCin, o que é extremamente desejável em razão da imprevisibilidade de um evento de alto risco (VALLE, 2009, p. 17).

Enquanto um cão com alto drive de luta poderá instintivamente ser "acionado" no momento errado, pois é um cão muito agressivo, que normalmente é um cão instável e inadequado para Operações Especiais com refém cujo risco de acidente por mordedura em pessoas diferentes do PEC é previsível.

Assim, a escolha de um Cão para Invasão Tática deve estar em consonância com o trecho transcrito acima, recaindo sobre aqueles, digamos, cães Alfa¹¹, já que são animais independentes dos demais membros da matilha, incluído o homem. O Alfa da ninhada é um animal estável, de bons nervos, duro, de caráter, desinibido, que requer apenas uma socialização para o trabalho policial que for adestrado.

A descrição física do Cão de Assalto Tático padrão é um semovente assemelhado a cães da raça pastor-alemão que tem 40 kg e altura de 65 cm de cernelha, em virtude da invasão do ambiente confinado de conforme as técnicas de CQB¹² (Close Quarter Battle) que se lança sobre o PEC a

curta distância potencializando o peso, para obter maior impacto no momento da mordida, o que ocasiona inevitavelmente, a queda do elemento causador da crise. É um cão pesado (forte) quanto a musculatura e ossatura, próprias para incapacitar o tomador de refém em um combate policial em ambiente fechado.

Quanto ao poder de ataque do Cão de Assalto, sua entrada tática no recinto através do ataque lançado em que o cão se projeta contra o alvo não será distante, pois não pode ser um cão leve para não perder a potência de entrada da mordida, por exemplo, no braço do PEC e na mordida propriamente dita.

É um cão de bom tamanho ósseo e muscular da mandíbula, como já descrito anteriormente, para frear uma reação do causador da crise com força suficiente para neutralizá-lo e não poderá mastigar a parte selecionada do corpo do alvo, por exemplo, o braço ou a perna, ou seja, não poderá ser um cão que não tem pressão na mordida e que morde em qualquer lugar. A mordedura deve ser forte e estável, concentrada em uma única região do corpo do PEC para não haver a possibilidade de soltar o agressor durante o confronto até a prisão do agente causador da crise pelo time tático.

O uso de cães em ocorrências críticas se torna numa importante ferramenta, pois podem ser aproveitadas e aplicadas, em razão das inúmeras vantagens que os atributos naturais dos cães proporcionam quando bem lapidadas em prol das forças policiais. Tais atributos proporcionam diversas vantagens táticas ao GRR, sendo as principais: redução do tempo de reação; precisão na localização dos sujeitos; amplitude de ações; redução de riscos; fator psicológico inibitório e de confiança; capacidade de neutralização; ausência de desvios de conduta; e distração dos PEC (VALLE, 2009, p. 16).

É importante ressaltar, mais uma vez, que o Cão de Assalto Tático, independente de raça, é um animal equilibrado tanto em estrutura física quanto em temperamento, principalmente o temperamento, pois será empregado na maioria das

11 São cães dotados pela natureza de atributos físicos e comportamentais para serem líderes de matilha.

12 Disciplina de Gerenciamento de Crise do Curso de Formação de Oficiais da PMRN.

vezes, nos mais diferentes locais, em ambiente confinado, gaseado e barulho em excesso. Partindo desse pressuposto, Constanza (2008) citando Schwabacher & Gray (1986) diz que

o implicante emprego dos cães, e não se pode deixar de falar da raça que marcou as participações nesses episódios vividos, em especial essa raça, teve papel relevante em missões de guerra que lhe foram confiadas: o Pastor alemão tem merecido as maiores atenções do mundo cinotécnico, pela performance alcançada à sua evolução físico-estrutural como cão de trabalho e principalmente seu nível de caráter, temperamento e obediência, virtudes que o distinguem e o qualificam como a principal raça canina do século XX. Sua exuberância e aplicação no trabalho conjunto "homem-cão" geram uma eficiência e eficácia insuperáveis, e permitiram que ao longo dos tempos fossem escritas, talvez, as mais belas páginas deste mutualismo histórico entre estas duas espécies" (CONSTANZA, 2008, p. 23).

Atualmente, o pastor-alemão, em razão da popularidade da raça no Brasil, na década de setenta, apresenta uma série de problemas congênitos como displasia coxofemoral, histórico de problemas na coluna vertebral que aparecem cada vez mais cedo decorrentes de cruzamentos indiscriminados e em mais exemplares, o que requer cautela na escolha dos animais porque poucos criadores se preocupam com isso.

Agora, praticamente trinta anos depois, ainda é difícil encontrarmos cães que preencham os requisitos de um exemplar típico da raça nos quesitos saúde e comportamental, pois é comum, animais letárgicos, medrosos, tímidos cuja transmissão é genética. Infelizmente, hoje, são raras as linhas de sangue no Brasil que estão imunes a esses problemas ou que foram controladas ou amenizadas através do cruzamento seletivo de cães. A maioria são linhagens da antiga Alemanha Oriental que ficaram preservadas pela barreira física do muro de Berlim que acabaram sendo importadas recentemente, para o nosso país.

4 A DOCTRINA BRASILEIRA DE EMPREGO DO CÃO PELA POLÍCIA

MILITAR COMO SOLUÇÃO TÁTICA EM OCORRÊNCIA CRÍTICA

Apesar das polícias militares no Brasil empregarem cães no serviço policial há quase meio século, foi a menos de uma década que o cão policial passou a ser usado junto ao time tático em ocorrências críticas no estado do Rio de Janeiro.

Após sua domesticação, o cão se transformou em um importante auxiliar do homem em todos os seus trabalhos, e em setores tão diversos quanto a caça, na função de guarda, na vigilância de rebanhos, no salvamento de vidas humanas, sejam em avalanches, escombros, no salvamento no mar ou no resgate de reféns. Diante das experiências de emprego de cães, principalmente em missões policiais, verifica-se que praticamente não existe limite para que esses animais possam auxiliar o ser humano, sendo uma verdadeira ferramenta, às vezes essencial, na execução de inúmeras missões. Os cães podem, se treinados para tal, atuar em qualquer meio, desde um policiamento em praça pública, passando por uma operação de transposição de curso d'água e até operações em altura, como escalada e paraquedismo" (VALLE, 2009, p. 18).

Quanto às ocorrências policiais, é fato notório presente nos noticiários que o RJ é um estado ímpar em relação ao restante do país em decorrência dos altos índices de criminalidade, que ocasiona o aumento da violência, provocado pela presença do crime organizado remunerado por um mercado consumidor de drogas em expansão, o que fomenta o tráfico internacional de drogas para atender a demanda interna e o comércio paralelo de armas de fogo.

Isso desencadeou o crescimento vertiginoso da criminalidade aquisitiva¹³ que atinge todo o tecido social carioca. Esse exército marginalizado de viciados que enveredam pelo mundo do crime e que provocam, quando surpreendidos pela Polícia Militar em flagrante delito, um incidente de crise com a tomada de refém.

¹³ Criminalidade aquisitiva é o conjunto de crimes para aquisição de pequenas quantias de dinheiro, produtos de roubo ou furto que podem rapidamente ser vendidos ou trocados para a aquisição de drogas.

Ademais, há aqueles cidadãos comuns que desequilibrados emocionalmente pelo efeito de drogas, que até mesmo em um momento de fraqueza, muitas vezes, apenas de instabilidade emocional, fazem alguém próximo do seu convívio social de refém, o que necessita de uma resposta proporcional a ameaça, pautada no uso diferenciado da força, da legalidade dos meios de repressão conforme os com os princípios constitucionais. A Polícia Militar Carioca desenvolveu uma doutrina tupiniquim do uso do cão como arma menos letal contra o causador da crise. A referida doutrina brasileira é empregada com sucesso no RJ desde 2006; se difere das demais pelo mundo em razão do cão entrar no mesmo ambiente que o PEC¹⁴ e os reféns.

A doutrina que possibilitou o uso de cães como ferramenta para resolução de ocorrências críticas é inédita no Brasil e foi criada na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), tendo como uma das inspirações a técnica empregada pelo Le RAID (Recherche, Assistance, Intervention et Dissuasion), Unidade de elite da Polícia Nacional da França. O destaque da doutrina é a técnica desenvolvida na CIPM Cães, que proporciona aos cães a nítida percepção da(s) pessoa(s) que devem ser neutralizada(s), proporcionando uma maior segurança aos envolvidos na crise. Em razão da sua importância, esta nova doutrina desenvolvida já começou a ser difundida para algumas Polícias Militares do Brasil e outras polícias internacionais, podendo citar a Polícia de Segurança Pública de Portugal (PSP) e o próprio Le RAID da França (VALLE, 2009, p. 11).

É importante frisar que essa doutrina é aplicável a qualquer crise com refém em qualquer ambiente, resguardado a devida cautela de aplicação como opção tática conforme o planejamento operacional do grupo tático, sempre visando o cumprimento da missão com o maior número de reféns resgatados com vida preferencialmente, todos e secundariamente a prisão do PEC.

Para que tal técnica fosse desenvolvida, foi necessária a criação de uma doutrina própria de adestramento dos cães da PMERJ, assim como a adaptação da tática de resgate e retomada, largamente conhecida como a quarta alternativa tática, ou simplesmente, assalto tático, para introdução deste novo elemento. Nessa atuação, ratificou-se a utilização de cães altamente adestrados para operar em eventos críticos, uma vez que a introdução desta ferramenta tem como objetivo principal a diminuição do risco operacional voltado para os envolvidos na crise, em virtude da distração causada pela presença de cães no provocador do evento crítico (PEC). Esse procedimento gera vantagem no tempo de reação para que o time tático possa neutralizá-lo; pelo fator psicológico de intimidação do PEC frente aos cães e da confiança que estes semoventes caninos conferem ao grupo de resgate e retomada; e, sobretudo, pela característica da não letalidade dos cães em referência à utilização de arma de fogo, nas entradas táticas" (VALLE, 2009, p. 13).

Uma característica doutrinária para neutralizar o tomador de refém é o emprego sempre que possível de dois cães de assalto que trabalham em conjunto no intuito de expor a cabeça e o tórax do causador da crise caso haja a necessidade iminente de neutralização definitiva pelo time tático.

Já a força de neutralização diz respeito à capacidade dos cães em atrapalhar a injusta agressão possivelmente efetuada pelo PEC, uma vez que a mordida de um cão incida na mão que empunha uma arma, por exemplo. Ademais, o outro cão altera o ponto de equilíbrio do PEC, levando-o ao chão, uma vez que a mordida incida na perna do PEC" (VALLE, 2009, p. 18).

Neste ínterim em que há um único tomador de refém, a doutrina nacional do emprego do cão de intervenção tática como solução de ocorrência de crise apresenta-se como a melhor alternativa tática para neutralizar temporariamente o PEC.

5 A VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO CÃO DE ASSALTO TÁTICO NA PMRN

No ano de 2008, foram registradas 16 (dezesesseis) ocorrências policiais de sequestro/cárcere privado, especificamente 06

14 Idem. ibidem (nota de rodapé nº 6).

(seis) na Grande Natal e 10 (dez) no interior do Estado (PMRN, 2008).

Vale ressaltar que uma parte das ocorrências críticas com refém localizado, é registrada diversamente como sequestro ou cárcere privado, o que necessita de uma análise mais apurada do histórico das ocorrências. Grande parte dos eventos críticos não aparecem na estatística de ocorrência, por se entender ser uma consequência de outra ocorrência policial. Então é registrada como ocorrências distintas e não um desdobramento da primeira. Se não fosse isso, o número de eventos críticos com refém seria bem maior.

A PMERJ foi pioneira ao inserir o cão de assalto tático como alternativa menos letal de resolução de uma ocorrência policial de altíssimo risco com refém localizado. Assim, a presença do cão na equipe tática se apresenta como uma modalidade de policiamento com cães que coaduna com a doutrina de operações especiais da PMRN como coirmã da PMERJ:

O emprego da equipe tática pode ser utilizado em rebeliões de estabelecimentos prisionais, edificações com presença de agressor, com refém ou não. Em relação à abordagem de veículos, a doutrina utiliza o cão de forma a buscar o agressor no veículo, caso apresente comportamento agressivo ou resistente e que se tenha informações de seu grau de periculosidade, bem como seja um fugitivo, enfim, qualquer característica que denota a configuração de uma ocorrência de alto risco (CONSTANZA, 2008. p. 7).

Por isso, é viável que o cão atue junto da equipe tática da COE em tempo hábil em todo o Rio Grande do Norte, em ocorrências policiais com tomador de refém, ainda na fase de acomodação da crise, com possibilidade de deslocamento aerotransportado da Unidade Especializada, da sede do BOPE em Natal-RN, para qualquer cidade potiguar em até uma hora, pois o município mais longe da capital potiguar não ultrapassa a distância de quinhentos quilômetros.

No entanto, é cediço que há uma subutilização do potencial operativo do Canil, e digamos um bairrismo, ao restringir tacitamente o emprego dos cães policiais na Capital. A falta de uma cultura de trabalho com cães no Estado, frustra até uma divagação do emprego do cão junto ao time tático da COE (Companhia de Operações Especiais).

Uma tradução dessa valorização seria o estabelecimento de uma doutrina operacional que normatize o emprego do canil tanto isoladamente como em conjunto com outras frações de tropa especializada como o Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), Choque, Cavalaria e Rádio-patrolha (RP) (FRANKIE. 2005, p. 38).

Um entrave para a criação de um apêndice do Canil na COE chamado de Núcleo Cinófilo (Nucin) é o desconhecimento da doutrina carioca de Operações Especiais com Cães. O que metaforicamente cega nossos Operadores de Operações Especiais para o uso do cão pela unidade de intervenção tática como mais uma alternativa para resolução de ocorrências policiais de altíssimo risco com refém localizado.

Há ainda o descrédito pelos gestores da Polícia Militar do emprego do cão em praticamente todas as modalidades de policiamento, conforme a Teoria Geral do Policiamento Ostensivo, de forma ordinária, pontual, suplementar; ficando restrito às operações do BOPE, de modo extraordinário e reativo.

Um dos maiores problemas encontrados por quem comanda o pelotão de cães é estar, por vezes, diretamente subordinado a algum comandante que não tenha afinidade alguma com cães, ou que não dá autonomia para, sequer, decidir ou opinar sobre um emprego do pelotão ou até mesmo uma mudança de ração, mesmo que isto esteja amparado em uma avaliação médica-veterinária (FRANKIE.2005, p. 20).

Além do que, os efetivos da Companhia de Policiamento com Cães (CPCães) tanto canino quanto humano, estão aquém numericamente, para a nova missão da referida companhia, mesmo com

Oficiais e Praças potiguares cursados em Estados referência no Brasil em operações policiais com cães, inclusive internacional como a Companhia Independente de Polícia Militar com Cães (CIPM Cães) da PMERJ.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se neste trabalho acadêmico, proporcionar de forma muito sintética e objetiva o conhecimento da doutrina brasileira de uso de cães como ferramenta de resolução de ocorrências críticas. Não houve a pretensão de esgotar o tema, mas descortiná-lo para o operador de segurança pública, principalmente as vantagens do Cão de Assalto Tático e que não se deve subestimar a capacidade de aprendizado do cão para atividades tão complexas. Para satisfazer este objetivo, optou-se por uma breve descrição do uso do cão em ocorrência de crise com refém localizado conforme a doutrina da SENASP, do Cão de Assalto Tático padrão, da dificuldade em pormenorizar a definição de ocorrência de sequestro que está disposto de forma geral sem as devidas derivações que originam a ocorrência de crise com refém localizado e que registram de forma genérica como continuação da primeira ocorrência consignada e do uso do Cão de Intervenção na PMRN de forma genérica.

Hoje, estatisticamente, menos de 10% dos eventos críticos no Brasil (VALLE, 2009) culminam com o assalto tático, apesar de ser a opção tática mais treinada. É quando a decisão de invasão tática é irreversível, aumentou o risco de morte para todos os envolvidos, a solução da crise será com a neutralização do tomador de refém apesar do trauma para todos os envolvidos, principalmente, o refém, mas quando é o assalto tático com cães no Brasil fica restrito ao Rio de Janeiro apesar do policiamento com cães ser uma modalidade de policiamento ostensivo presente em todos os Estados brasileiros. Neste diapasão a resistência às mudanças é na maioria das vezes sutil e implícita das Autoridades em Segurança Pública. Assim, é um problema difícil de ser enfrentado que

pode compreendido como natural do ser humano o medo do desconhecido.

Outro empecilho para a utilização de Cães de Assalto na PMRN é a probabilidade de um acidente por mordedura no refém.

Acidente por mordedura [...] demonstrou ser a desvantagem de maior gravidade para os envolvidos no evento crítico, pois, como dito anteriormente, não se pode afirmar que um cão jamais morderá alguém por acidente. Talvez, por isso, nenhuma outra polícia no mundo utiliza cães em ocorrências críticas, submetendo se necessário todos os envolvidos na crise ao contato com os cães (VALLE, 2009, p. 14).

Mesmo assim, se tal fato ocorrer durante um evento crítico, não deve ser motivo de reprovação para essa importante ferramenta, se compararmos com os inúmeros erros que aconteceram durante a história das ocorrências críticas no Brasil sem o uso de cães, como podemos observar em alguns episódios lúgubres que envolvem reféns, tais como no GATE com Adriana Caringi, no ano de 1990, e com a jovem Eloá Pimentel, no caso do BOPE na ocorrência conhecida como "ônibus 174", no ano de 2000; e no caso do GOE da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso, no ano de 2007.

Nenhum dano por mordedura dos cães será maior que um tiro errôneo, pois, pelos danos e locais onde os cães foram treinados a morder, não levaria nenhuma pessoa ao óbito. Mesmo assim, não se tolera acidentes por mordedura na doutrina desenvolvida (VALLE, 2009, p. 19).

O resultado obtido a partir deste estudo foi a viabilidade do uso de cães na PMRN junto ao time de assalto tático porque é inexistente o resultado morte para os envolvidos na ocorrência policial em relação ao uso de armas de fogo contra o perpetrador da crise.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Elson Mesquita de. **A Inaplicabilidade da Lei de Execução Penal e seus reflexos sociais: o caso da rebelião de presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, na visão da imprensa.** Imperatriz, 2016. *E-book*.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1940]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009.** Regulamenta a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima ou a sua transferência para aqueles estabelecimentos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6877.htm. Acesso em: 03 mai. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11348.htm#art4. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BRASIL. Governo do Brasil. **Conheça o Sistema Penitenciário Federal**, 8 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2019/12/conheca-o-sistema-penitenciario-federal>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Brasília, DF: Presidência da República, [1994]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 09 mai. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.792.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008.** Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11671.htm. Acesso em: 03 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.** Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.

Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 718, de 28 de agosto de 2017.** Regulamenta a visita íntima no interior das Penitenciárias Federais. Disponível

em: <https://www.direitohd.com/portaria718mjsp>. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 157, de 12 de fevereiro 2019.** Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências. Disponível em: <https://www.direitohd.com/portaria157-2019>. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 288, de 23 de janeiro 2023.**

Regulamenta a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública e detalha o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos e das Funções Comissionadas Executivas do Anexo II ao Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mjsp-n-288-de-23-de-janeiro-de-2023-459687649>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL, **Secretaria Nacional de Políticas Penais.** Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/SPF>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GUIMARÃES, Mariana. Execução Penal: o que diz a Lei? Qual sua finalidade? **IDP on line**, 2020.

Disponível em: <https://online.idp.edu.br/blog/direito-penal/execucao-penal/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PCC lidera motim em 29 presídios de SP. **Memorial da Democracia**, 18 fev. 2001. Disponível em:

<http://memorialdademocracia.com.br/card/pcc-lidera-motim-em-29-presidios-de-sp>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PRADO, Rodrigo Murad do. **Temas de execução penal.** Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. *E-book*.

PRESÍDIOS brasileiros são “escolas de crime”, diz ministra. **IstoÉ**, 21 jan. 2016. Brasil. Disponível em:

https://istoe.com.br/404596_PRESIDIOS+BRASILEIROS+SAO+ESCOLAS+DE+CRIME+DIZ+MINISTRA/. Acesso em: 10 mai. 2021.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Execução Penal no Sistema Penitenciário Federal.** Natal: OWL Editora Jurídica, 2020. *E-book*.

SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**, 6 out. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_Penitenciar%3Ario_Federal. Acesso em: 30 abr. 2021.

UNODC: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela).** Disponível em:

https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 04 mai. 2021.

VELASCO, Ignácio Maria Poveda. Ordenações do reino de Portugal. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, 1994, vol. 89, p. 11-67.

ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS PARA MINIMIZAÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA O PATRIMÔNIO

André Silva dos Santos¹⁵

RESUMO: A presente pesquisa se insere no contexto de estudos voltados as problemáticas sociais contemporâneas, tendo como objeto de pesquisa, a segurança patrimonial. Diante do crescente sentimento de insegurança no que se refere a segurança da população e seus bens. Objetiva-se: apontar possibilidades de estratégias para minimizar a violência contra o patrimônio. Para tanto, com um enfoque quanti-qualitativo, adotou-se a pesquisa bibliográfica e a netnografia para coletar e argumentar os dados aqui tratados. Como principais achados, se destaca a articulação de estratégias como CPTED (*Crime prevention through environmental design*) de Portugal (2013), os *Hot spots* de Sampaio (2007) e outras estratégias de prevenção ao crime que vem sendo estudadas por pesquisadores com foco em segurança privada em todo o mundo, que alinhados a segurança pública podem apresentar relevantes contribuições à sociedade.

Palavras-chave: Segurança Pública. Segurança patrimonial. Estratégias de segurança. Direitos humanos

POSSIBLE STRATEGIES FOR MINIMIZING AND COMBATING VIOLENCE AGAINST PROPERTY

ABSTRACT: This research is part of the context of studies focused on contemporary social issues, with the object of research being property security. Given the growing feeling of insecurity regarding the safety of the population and their property. The aim is to To point out possibilities for strategies to minimize violence against property. To this end, with a quantitative and qualitative approach, bibliographical research and netnography were used to collect and discuss the data dealt with here. The main findings include the articulation of strategies such as CPTED (Crime prevention through environmental design) by Portugal (2013), hot spots by Sampaio (2007) and other crime prevention strategies that have been studied by researchers focusing on private security around the world, which, when aligned with public security, can make relevant contributions to society.

Keywords: Public security. Property security. Security strategies. Human rights

Recebido em 15 de novembro de 2022

Aprovado em 24 de outubro de 2023

15 exer_anddress@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo em que a sociedade está inserida, uma série de desafios complexos são enfrentados, abrangendo desde dilemas éticos de convivência até obstáculos relacionados à garantia dos direitos humanos fundamentais, como liberdade, segurança, educação e condições dignas de vida. Diante desse cenário, emerge a discussão sobre a importância de serviços complementares ao setor público, incluindo a segurança privada, que desempenha um papel crucial no combate à violência e na busca por soluções para tais desafios. Ao colaborarem para a proteção e o bem-estar da sociedade, esses serviços se tornam aliados na promoção de uma vida digna para todos, em meio a um contexto repleto de complexidades e necessidades crescentes, sobretudo, no que se refere ao aumento da violência.

No âmbito da discussão sobre violência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2021) aborda uma série de categorias, como violência contra a mulher, de gênero, doméstica, familiar, física, institucional, intrafamiliar/violência doméstica, moral, psicológica, sexual e patrimonial. Dentre essas categorias, destaca-se a violência contra o patrimônio, que constitui o foco central do presente estudo. Esta forma de violência, que envolve danos ou destruição de propriedades, não apenas compromete a integridade material, mas também tem implicações sociais e psicológicas significativas para as vítimas. A análise e compreensão da violência patrimonial são essenciais para a formulação de estratégias de prevenção e intervenção, visando garantir a segurança e bem-estar das pessoas afetadas por tais situações. A violência contra o patrimônio representa um desafio abrangente que impacta a sociedade em diversos níveis. Muitas vezes, apenas se reconhece a sua gravidade quando ela afeta diretamente ou quando se começa a observar padrões de ocorrências ao redor. Compreender o significado da violência patrimonial é crucial para

conscientizar sobre suas manifestações, que vão desde roubo e vandalismo até a destruição deliberada de propriedade, sendo a violência patrimonial, o “ato de violência que implique em dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores” (IMP *apud* KARPINSKI, 2016, p. 175).

Nesse contexto, evidencia-se que, quando uma pessoa se encontra na posição de vítima da violência patrimonial, ela experiencia um aumento significativo do sentimento de insegurança. Isso acontece devido à percepção de que seus direitos fundamentais e suas necessidades como cidadão estão sendo comprometidos. Essa tomada de consciência sobre a violação de seus direitos, resulta em uma redução da qualidade de vida, visto que, a segurança é um dos pilares primordiais das necessidades humanas. A falta desse componente de segurança não apenas afeta o bem-estar material, mas também desencadeia impactos emocionais e psicológicos que podem ter consequências duradouras.

Nesse sentido, de acordo com a teoria sobre a hierarquia das necessidades, de Maslow (1970), fica evidente que as necessidades humanas desempenham um papel central, por representarem fonte de energia e vitalidade. O autor propõe, com base em suas investigações, uma estrutura hierárquica de cinco níveis de necessidades. Entre esses níveis, destaca-se a segurança, que representa um elemento crucial. A necessidade de segurança abrange a busca pela garantia de proteção contra danos e perdas, tanto emocionais quanto físicas. A satisfação dessa necessidade proporciona um sentimento de estabilidade e conforto, permitindo que os indivíduos se concentrem em outras áreas de crescimento pessoal e autorrealização. A teoria de Maslow, ressalta a importância de atender às necessidades básicas para criar um alicerce sólido que possibilite o desenvolvimento pleno e saudável das pessoas.

Assim, reiteram-se os desafios que podem ser causados pela violência patrimonial, que também pode ser percebida como um fenômeno

social em constante aumento. Esse crescimento pode ser atribuído ao histórico de expansão populacional e geográfica, muitas vezes desprovida de um planejamento urbano adequado, o que resulta no surgimento de diversas problemáticas, conforme descreve a matéria veiculada no jornal da USP (2019): “Grandes cidades como São Paulo continuam a crescer e a expandir seu território de maneira desigual e desordenada. Com isso, diversos problemas surgem em consequência dos vários anos de falta de planejamento [...]”.

Dentre as problemáticas contemporâneas, a insegurança nas cidades é uma das principais, fato que afeta diretamente a vida e o bem-estar social. Nesse contexto, crescem também as demandas por soluções e alternativas. Partindo dessas considerações o presente estudo objetiva: Apontar possibilidades de estratégias para minimizar a violência contra o patrimônio.

No que se refere a estruturação do presente artigo, apresentam-se cinco seções: a introdução, na qual destacam-se a relevância do estudo, o objeto a ser estudo e o objetivo geral que norteia as discussões; na sequência em inserção temática e metodologia de pesquisa, encontram-se a contextualização da pesquisa, apresentação da natureza e abordagem do estudo; nas abordagens sobre o ato criminoso, encontram-se a fundamentação do estudo a luz de aportes teóricos nacionais e internacionais; nas possibilidades e estratégias, estão organizados os dados coletados e os analisamos à luz dos referenciais selecionados e o estudo termina nas considerações finais, em que estão amarradas as discussões e destacados os principais achados.

2 INSERÇÃO TEMÁTICA E METODOLOGIA DE PESQUISA

Pesquisas em âmbito nacional e internacional apontam para a crescente sensação de insegurança entre a população. Os critérios aqui tratados sobre segurança, se referem aos aspectos

relacionados as condições de vulnerabilidade frente aos atos de violência.

No contexto internacional, é possível observar que a referida sensação e temor não é algo recente, uma vez que já se notava em dados da pesquisa encomendada pelo Fórum Econômico Mundial, citada por Rossi (2004, p. 1), na qual,

Foram ouvidas 43 mil pessoas de 51 países que, segundo o Gallup Internacional, representam a opinião de 1,1 bilhão de seres humanos (cerca de um sexto do total). Deles, 48% acham que o mundo será menos seguro para a próxima geração, contra 25% que acham que será mais seguro.

Se observa que em 2004, a percepção de insegurança já estava presente e a prospecção do seu aumento para futuras gerações já era cogitada. Nessa perspectiva, em âmbito nacional, em um estudo de Faria (2018, p. 1), pode-se observar que: “A sensação de insegurança, somada ao medo, está presente na vida de grande parte da sociedade civil brasileira, principalmente nos grandes centros urbanos”.

Este fato, resulta de diversos fatores, como destaca o Observatório de Segurança Pública;

Os problemas relacionados com o aumento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, sobretudo nos grandes centros urbanos, a degradação do espaço público, as dificuldades **relacionadas à reforma das instituições da administração da justiça criminal**, a violência policial, **a ineficiência preventiva de nossas instituições**, a superpopulação nos presídios, rebeliões, fugas, degradação das condições de internação de jovens em conflito com a lei, corrupção, **aumento dos custos operacionais do sistema**, problema relacionados à eficiência da investigação criminal e das **perícias policiais e morosidade judicial**, entre tantos outros, representam desafios para o sucesso do processo de consolidação política da democracia no Brasil (OBSERVATORIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Grifos dos autores).

A somativa de todos os fatores citados, representa um grande desafio para segurança pública, embora seja possível a identificação de órgãos com esse fim específico, como podemos ver

no Art.144 da Constituição, na redação dada pela Ementa Constitucional nº 104, de 2019,

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

Como foi possível observar no estudo do Observatório de Segurança Pública, são diversos os fatores que contribuem para a obstrução de ações mais eficazes em segurança pública. Nessa perspectiva, se destaca a contribuição do setor de segurança privada, como setor auxiliar para minimizar a sensação de insegurança de cidadãos em especial no se refere a segurança patrimonial.

Para abordar e discutir a temática, na presente pesquisa de enfoque quanti-qualitativo, operou-se com contribuições de autores e dados estatísticos retirados de sites e pesquisas por meio recursos eletrônicos, portando, selecionou-se a metodologia da análise bibliográfica e a Netnografia proposta por Kozinets (2014), como aliadas na pesquisa. A Netnografia se caracteriza como potente metodologia nessa perspectiva, por orientar pesquisas de compreensão por meios digitais, dentre as contribuições da metodologia, se destaca a possibilidade de “obter uma ideia das correlações entre diversos valores, tais como dados demográficos, atitudes e uso de comunidade online [...]” (KOZINETTS, 2014, p. 48).

3 ABORDAGENS SOBRE O ATO CRIMINOSO

Para dar sequência, se faz necessário entender sobre as razões que geram os atos criminosos, para que assim, seja possível a identificação de estratégias para combate por meio da prevenção, “pois a prevenção é o melhor combate” (KARPINSKI, 2016, p. 57).

No que se refere as abordagens do crime, Sampaio (2007, p. 24) aclara que é possível “dividir as abordagens casuais do crime em biológicas, psicológicas, sociológicas e situacionais”. Ainda segundo o referido autor, “as teorias sociológicas do crime surgem para romper com a ideia de que o crime “nasce” com a pessoa, marcando claramente a passagem do individualismo às causas sociais do crime” (SAMPAIO, 2007, p. 24).

Com posse dessas informações é possível enfatizar o fator situacional, pois nele se concentram as maiores possibilidades para execução de atos criminosos. Considerando que, o indivíduo que intenta cometer o ato, aguarda apenas uma oportunidade para executar, essa “oportunidade”, ocorre levando em consideração, a vulnerabilidade do local, espaço e tempo para praticar o ato ilícito.

Buscando alcançar o objetivo que se propôs no presente estudo, articularam-se teorias que viessem ao encontro dos desafios que focalizados, nesse sentido ao observarem-se fatores situacionais, destacam-se as teorias de Jacobs (2000) iniciadas em 1960, que trazem assuntos atuais, em sua obra Morte e vida de grandes cidades, na qual descreve que a segurança do espaço público depende mais da vigilância involuntária dos seus usuários do que da presença de órgãos do Estado.

Segundo Jacobs (2011), a segurança do espaço público depende mais da vigilância e proteção involuntária dos seus utentes, do que da presença da polícia, sendo para isto necessárias cinco condições: (I) uma clara demarcação entre espaço privado e espaço público; (II) uma utilização contínua e permanente do espaço público pela população; (III) uma tendência de vigilância natural do espaço público pelos utentes dos edifícios que o envolvem; (IV) um sentimento de posse do espaço público por parte da população; e (V) uma consciência comunitária que permita a

formação desse sentimento de posse e transmita uma sensação de confiança, assegurando a existência de um apoio em caso de perigo (SAMPAIO, 2007, p. 28).

O autor defende a ideia de que o ato criminoso não está vinculado apenas as particularidades das pessoas que o praticam, mas antes, as características do local, fazendo com que se crie uma forma de medir a criminalidade. Contudo, não se descarta que os fatores psicológicos e sociais atuam diretamente na tomada de decisão de quem opera em um ato criminoso. Porém, a abordagem do autor ao enfatizar as características, se efetiva por considerar que os fatores operam conjuntamente influenciando as tomadas de decisões nas abordagens casuais do crime, sejam: biológicas, psicológicas, sociológicas ou situacionais.

4 POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS

Ao se considerar a interligação dos fatores que atuam na efetivação do ato criminoso, se destaca o *design* do ambiente. Este tem grande representatividade, uma vez que, sua estruturação tem o poder de aumentar ou diminuir as possibilidades da ação criminosa.

Para que se estabeleça um espaço defensável, de acordo com Sampaio (2007, p. 30) pelo menos quatro elementos cruciais podem ser elencados:

[...] “espaço defensável” que atuam individualmente ou em conjunto na criação de um espaço seguro. Primeiramente, o espaço físico que pode determinar zonas de influência territorial, que transmitem uma noção de posse e, por isso, uma preocupação de propriedade entre os residentes. Seguidamente, o desenho urbano que pode ser utilizado para desenvolver oportunidades de vigilância para os residentes e os seus agentes. Em terceiro lugar, o Design que pode influenciar a percepção de um projeto, melhorando a imagem global em termos de isolamento e estigma. E, finalmente, o espaço envolvente que pode ser severamente influente e afetar a segurança das iniciativas locais (Newman, 1972) (SAMPAIO, 2007 p. 30).

Ao serem observadas as características que constituem um espaço defensável, conclui-se que muitos dos ambientes atuais, sejam eles urbanos ou no campo, ainda apresentam muitas lacunas na estruturação.

Ao considerar o primordial fator para estabelecer um ambiente seguro, que se relaciona com a demarcação clara entre as áreas públicas e privadas no espaço físico, uma tática eficaz que frequentemente é utilizada, envolve a implementação de cercas, muros e barricadas. Através dessa abordagem, os indivíduos que circulam na região passam a desenvolver uma percepção mais nítida da distinção entre as zonas de acesso público e aquelas reservadas à esfera privada.

No que se refere ao segundo aspecto, o desenho urbano, se beneficia consideravelmente da instauração da vigilância involuntária por parte de seus habitantes e intervenientes. De fato, um desenho urbano bem concebido promove uma segurança inadvertida, que emerge devido ao aumento da atividade nas vias públicas. Em outras palavras, à medida que os transeuntes ocupam mais as calçadas e as ruas adjacentes, os residentes das proximidades passam a direcionar seus olhares com mais frequência pelas janelas e varandas, com o propósito de monitorar a movimentação na região.

Esse fato se dá por conta do desenho urbano, uma vez que, um espaço tomado, por exemplo, por vegetação ou ruas e calçadas inapropriadas, se torna pouco convidativo para movimento ou apreciação. Assim, com o desenho urbano adequado se cria involuntariamente o que Jacobs (2000) descreve como vigilância natural, pois, quando o criminoso percebe que está sendo vigiado se torna menos provável que cometa o delito, pois teme ser interceptado e/ou identificado.

Na sequência, o terceiro ponto se refere a estrutura do local, pois uma vez que deixe visualmente perceptível sua segurança contra invasores, passa a transmitir às pessoas que transitam aos arredores uma noção de isolamento do local, o que por sua vez, faz com que aquele

indivíduo que arquiteta a ação criminosa repense a violação, considerando que terá que empregar um esforço além do normal, o que por vezes o fará desistir do ato.

O quarto elemento, se refere ao espaço envolvente, que diz respeito ao cuidado com o aspecto de manutenção do local. Pois, um local com manutenção constante, elimina a sensação de abandono, criando a percepção de atenção e vigilância.

Em complemento aos quatro elementos necessários para criação de um espaço defensável descritos por Sampaio (2007, p. 30), complementarmente, apresenta-se a teoria da criminologia ambiental:

[...] a criminologia ambiental, termo que apesar de ter sido inicialmente cunhado por Jeffery em 1971, foi desenvolvido por Brantingham e Brantingham que procuraram dar mais ênfase ao ambiente e aos fatores a ele inerente. De acordo com Brantingham e Brantingham (1981; 1991), o evento criminal comporta quatro elementos essenciais (ou dimensões), sendo eles o ofensor, o seu alvo (vítima), a lei e o local [...] (VALENTE, 2015, p. 12).

Essa teoria chama a atenção para o fato de que, em algumas situações, ao considerarmos um ato criminoso, se tende a focalizar o agente ofensor e a vítima, negligenciando os aspectos situacionais, como é o caso do local onde o evento ocorreu,

Os defensores da criminologia ambiental enalteciam o fato de que o crime não é distribuído de forma uniforme por toda a cidade, existindo locais de maior incidência do crime e outros com total ausência de tais atos (Herbert & Hyde, 1985) (SAMPAIO, 2007, p. 32).

Nessa perspectiva, se destacam ainda, os “*Hot spots*”, que se referem a,

Estas áreas de maior incidência [...] Apesar de não existir uma definição precisa de “*hot spots*”, Sherman (1995) define-os como pequenos locais em que a ocorrência de crimes é tão frequente que os tornam previsíveis (SAMPAIO, 2007, p. 32-33).

Hot spots ou pontos quentes é uma expressão criada pelos ingleses no sentido de dar ênfase para os lugares onde mais se concentram os atos criminosos.

Em todo o mundo, 10% dos infratores estão envolvidos em 50% dos crimes e 10% dos lugares conformam o ambiente para cerca de 60% das ocorrências infracionais. Nas estratégias de prevenção, por isso mesmo, deve-se dar uma especial atenção aos lugares onde o crime se concentra [...] (BRASIL, 2005, p. 19).

Dada a sua relevância, é imperativo incluir uma exploração dos “*hot spots*” nesta pesquisa. Essa abordagem auxilia na compreensão de que a recorrência de crimes em áreas específicas demanda uma atenção ampliada, não somente ao ato criminoso em si, mas sobretudo, aos fatores contextuais envolvidos. Isso ressalta a necessidade crucial de dedicar uma atenção mais ampla aos espaços físicos e à sua influência. Em outras palavras, é essencial empregar métodos e intervenções direcionados aos locais para atenuar a ocorrência de atividades criminosas.

Conforme abordado até o momento, fica em evidência que, um dos principais métodos para que se minimize a violência contra o patrimônio é a observância e aplicação de todos os pontos tratados até aqui, bem como: criação de um espaço seguro, desenho urbano, estrutura local, espaço envolvente e atenção aos espaços situacionais.

Arelado a estes, se faz necessário destacar o conceito sobre os princípios do CPTED (*Crime prevention through environmental design*), sigla americana para a prevenção de crimes através do *Design Ambiental*. Sua aplicação dá ênfase a efetiva capacidade de influenciar as decisões dos criminosos que antecedem aos atos delituosos. Teoria ainda pouco estudada e aplicada no Brasil, mas que possui relevante conceito em âmbito internacional.

A referida teoria, contribui com estratégias que podem ser empregues para mitigar a violência contra o patrimônio no Brasil. Pois, o uso de alguns princípios como por exemplo, o planejamento de

uma fundação residencial simples até o planejamento de uma cidade, poderia de forma significativa diminuir a violência contra o patrimônio público ou privado nos locais em que fossem aplicados. É possível notar até aqui que, com uma análise adequada do local, é possível além de diminuir a violência contra o patrimônio, proporcionar e/ou resgatar ao cidadão uma maior sensação de segurança.

Embora, a segurança seja um requisito fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos, em algumas ocasiões, possuir ou manter essa segurança representa um desafio significativo. Nesse sentido, é possível citar a mencionada estratégia CPTED como aliada na superação. De acordo com o Guia de boas práticas do CPTED (PORTUGAL, 2013), há quatro princípios bases na estratégia, a saber:

Primeiro a vigilância natural – que se assemelha a “vigilância involuntária”, citada anteriormente, a vigilância natural aumenta a sensação de insegurança para o infrator, considerando que este por sua vez percebe que está sob olhares voltados aos seus atos. Algumas estratégias podem ser desenvolvidas para otimizar este princípio, como:

[...] intensidade da utilização dos espaços pelas atividades económicas ou lúdicas, gerando um aumento do controlo do espaço (através de um maior número de observadores) junto de potenciais áreas de crime ou insegurança. O recurso aos materiais transparentes, o aumento do número de janelas, uma boa iluminação, e a remoção de obstruções visuais podem ser opções que melhoram o campo de observação a partir dos edifícios (PORTUGAL, 2013, p. 2).

O segundo princípio se refere ao controle natural de acessos. Este por sua vez, diz respeito às sinalizações na estrutura e organização física do local que delimitam a área, criando efeito de barreira, por exemplo o uso de portões, portas, cadeados, arbustos, cercas dentre outros, que informam visualmente que a permanência dentro da área privada deve se dá por meio de autorização para tal,

Uma vez que o controlo de acessos é mais difícil nas ruas ou nos espaços que são inteiramente abertos ao público, existem técnicas adicionais para estes contextos. Por exemplo, barreiras não físicas ou “psicológicas” podem ser utilizadas para atingir estes objetivos. Estas podem assumir a forma de sinalética de diferentes texturas de pavimento de sebes ou outro tipo de vegetação ou estruturas físicas que transmitam a ideia de integridade e singularidade de um determinado espaço (PORTUGAL, 2013, p. 2).

Em terceiro lugar, reforço territorial, esse é relativo ao reforço das estratégias mencionadas no princípio anterior, com uma atenção reforçada as fronteiras bem definidas,

O reforço territorial pode ser alcançado quando um determinado espaço, pela sua legibilidade, transparência e clara definição, desencoraja potenciais delinquentes devido à familiaridade que os utilizadores legítimos do local estabelecem entre si e com o meio (PORTUGAL, 2013, p. 3).

Em quarto lugar, a manutenção e gestão. Este princípio bem se relaciona com o princípio acima e articula ainda com o ponto “espaço envolvente”, mencionado na teoria anterior, trazendo um destaque para o cuidado com o local, seja por parte dos gestores ou demais utilizadores do espaço, “A manutenção e a imagem de um lugar podem ter um impacto significativo na forma como será escolhido para desenvolver atividades não desejadas” (PORTUGAL, 2013, p. 3).

A aplicação dos mencionados princípios em todas as análises feitas, sejam elas realizadas por empresas especializadas em segurança ou pelo setor público responsável, pode minimizar significativamente a violência contra o patrimônio público ou privado.

No que se refere a aplicação de técnicas de prevenção, Karpinski (2016), menciona uma lista de vantagens com base em Bondaruk (2015, p. 72-73),

- Cidades americanas que aplicaram, obtiveram redução de furtos e roubos em lojas de conveniência entre 50 e 65%.

- Em outras cidades como Fort Lauderdale, Knoxville. North Miami Beach, entre outras, a

redução de tráfico de drogas e crimes em geral foi de 15 a 100%.

- Outros governos dos Estados Unidos da América, Canadá, Japão, França, Alemanha, Turquia, Reino Unido entre outros países, mantem [sic] programas regulares de estudos e desenvolvimento de arquiteturas contra o crime (KARPINSKI, 2016, p. 105).

Nessa perspectiva, destaca-se que aplicação dos quatro princípios do CPTED, podem se multiplicar dando possibilidades e base a diversas outras estratégias para minimização da violência, o que representa forte contribuição a empresas brasileiras de segurança patrimonial e aos órgãos públicos com este fim.

Em conclusão, ao considerar a importância do investimento em especializações para o aprimoramento de seu capital humano, as empresas podem alcançar um diferencial significativo em seus processos de planejamento e gerenciamento de riscos. A busca pelo conhecimento de estratégias com eficácia comprovada pode proporcionar uma abordagem mais sólida e abrangente para enfrentar desafios relacionados à segurança e prevenção. Um exemplo notável é a aplicação das estratégias de prevenção derivadas dos quatro princípios fundamentais do CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*): 1. Amplos campos de visão; 2. Iluminação adequada; 3. Redução dos percursos escondidos e isolados; 4. Diminuição de áreas vulneráveis; 5. Redução de isolamento; 6. Promoção do uso misto; 7. Criação de atividades; 8. Criação do sentimento de pertença através da manutenção e gestão; 9. Disposição de sinalética e informação; 10. Melhoria da concepção arquitetônica dos espaços construídos (edificados e exteriores¹²) (PORTUGAL, 2013).

Essas estratégias, juntamente com as outras mencionadas, como promoção do uso misto, criação de atividades, estímulo ao sentimento de pertencimento, disposição de sinalização e informações, e aprimoramento do *design* arquitetônico, podem fornecer bases sólidas para melhorar a segurança e a qualidade dos espaços

construídos. Vale ressaltar ainda que, a aplicação dessas estratégias não é estática. Cada ambiente é único e requer uma análise cuidadosa para determinar quais abordagens são mais adequadas. Ao investir no desenvolvimento de conhecimento e habilidades relacionadas à segurança ambiental, as empresas podem se destacar ao criar ambientes mais seguros, acolhedores e resilientes para seus funcionários e comunidades.

5 REFERÊNCIAS

- BONDARUK, R. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: SN, 2015.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Ementa Constitucional nº 104, de 2019. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Guia para a prevenção do crime e da violência nos municípios**. Ministério da Justiça: Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Tipos de violência**. 2021. Disponível: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/violencia-contr-a-mulher/formas-de-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso: 07 de mar. 2021.
- FARIAS, I. Segurança pública brasileira: responsáveis, números e desafios. **Politize**. Publicado em 13 de jun. de 2018. Disponível: <https://www.politize.com.br/seguranca-publica-brasileira-entenda/>. Acesso: 07 de mar. 2021.
- COLTRI, Flavia. Crescimento desordenado das cidades provoca diversos problemas. **Jornal da USP**. Publicado em 03 de out. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/crescimento-desordenado-das-cidades-provoca-diversos-problemas/#:~:text=Grandes%20cidades%20como%20S%C3%A3o%20Paulo,anos%20de%20falta%20de%20planejamento.> Acesso em: 15 de nov. 2022.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KARPINSKI, M. **Arquitetura contra o crime: prevenção, segurança e sustentabilidade**. Curitiba: Inter Saberes, 2016.
- KOZINETTS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014
- Maslow, H. *Motivation and personality*. 2. ed. **New York**: Harper & Row, 1970.
- OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A Segurança Pública no Brasil. **SP Observatório de Segurança Pública**. Disponível: <https://www.observatoriodeseguranca.org/a-seguranca-publica-no-brasil/#:~:text=Os%20problemas%20relacionados%20com%20o,viol%C3%Aancia%20policial%2C%20a%20inefici%C3%Aancia%20preventiva.> Acesso: 07 de mar. 2021.
- PORTUGAL. **CPTED: prevenção criminal através do espaço construído – guia de boas práticas**. Ministério da Administração Interna. Direção Geral da Administração Interna. Lisboa: DGAI, 2013.
- ROSSI, C. Sensação de insegurança cresce no mundo. **Folha de São Paulo (Mundo)**. São Paulo: 09 de jan. 2004.
- SAMPAIO, A. **Design Against Crime: Prevenção situacional do crime em espaço urbano**. 2007. 143 f. Dissertação de Mestrado em Design, Materiais e Gestão do Produto – Universidade de Aveiro, Portugal, 2007.
- VALENTE, R. **(Re) contextualizando o Homicídio: A Perspectiva da Criminologia Ambiental**. 2015. 77 f. Trabalho de Conclusão de curso de graduação em Criminologia - Universidade Fernando Pessoa. Porto; 2015.

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO ESPAÇO MILITAR¹⁶

*Geazi Inácio dos Santos*¹⁷

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a percepção dos policiais militares do Estado do Rio Grande do Norte sobre a comunicação verbal no ambiente de trabalho. Na atualidade, a presença de elementos que configuram a comunicação na forma violenta vem provocando conflitos e estresse no ambiente de trabalho que podem ocasionar um estado de perturbação física e mental, em que esse contexto pode impactar o serviço prestado dos policiais militares aos cidadãos. Este estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando como metodologia a revisão de literatura sobre os temas em debate, além de entrevistas semiestruturadas com policiais militares na ativa no estado. Os aportes teóricos que fundamentam a análise dos dados na pesquisa são (ROSENBERG, 2006; ROCHA, 2017). Os dados construídos vêm mostrar que a maioria dos profissionais entrevistados já passou por situações de comunicação violenta, mas possuem a percepção de que a comunicação não violenta pode contribuir para o bem-estar no ambiente de trabalho e no atendimento à população.

Palavras-chaves: Comunicação não violenta. Comunicação violenta. Trabalho. Polícia Militar.

NON-VIOLENT COMMUNICATION AS SPOKEN LANGUAGE AND VERBAL EXPRESSION IN MILITARY SPACE

ABSTRACT: This article aims to analyze the perception of the military police of the State of Rio Grande do Norte about verbal communication in the workplace. Nowadays, the presence of elements that configure verbal communication in a violent way has been causing conflicts and stress in the work environment that can cause a state of physical and mental disturbance, in which this context can impact the service provided by military police to citizens. This study is of a qualitative nature, exploratory and descriptive, using as methodology the literature review on the topics under discussion, in addition to semi-structured interviews with military police officers active in the state. The theoretical contributions that support the analysis of data in the research are (ROSENBERG, 2006; ROCHA, 2017). The constructed data shows that most of the professionals interviewed have already gone through situations of violent communication, but have the perception that non-violent communication can contribute to well-being in the work environment and in serving the population.

Keywords: Non-violent communication. Violent communication. Job. Military police.

Recebido em 21 de junho de 2023

Aprovado em 19 de dezembro de 2023

¹⁶ Artigo apresentado ao Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, como parte de requisitos para obtenção do título Especialista em Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho.

¹⁷ Graduado e Especialista em Gestão Pública. Discente do Curso de Especialização Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho. geazisan@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O serviço policial militar é sem dúvida um dos mais estressantes, tanto físico quanto emocionalmente, por ter que lidar cotidianamente com diversos perigos iminentes, associados na grande maioria das vezes as possibilidades de perder a própria vida ou ainda sofrer agravos físicos e/ou emocionais levando a perdas parciais ou totais das condições plenas do exercício profissional, os sobrecarregando em todos os aspectos da vida, durante o exercício profissional, na vida social/familiar às vezes após entrar na reserva remunerada.

Os níveis de estresse do serviço do policial militar são consideravelmente elevados, o que os levam muitas vezes a se afastarem de suas funções por diversos agravos de saúde: sejam elas físicas e/ou mentais, e conseqüentemente menos policiais nas ruas, se traduzindo em cidades, comunidades e ruas mais inseguras, afetando assim diretamente toda sociedade. É importante ressaltar que essa condição geral pode ser evitada ou pelo menos atenuada se houvesse uma política contínua de ações preventivas relacionadas a ganho de qualidade de vida e saúde no trabalho.

O século XXI é caracterizado com a era da tecnologia, da comunicação o que favorece acúmulo de informação que na maioria das vezes, não consegue transformá-la em conhecimento, de modo a utilizar para resolver situações de conflitos em diferentes contextos. Essa situação acontece no espaço militar e pode dificultar a transmissão de informações em linhas de comando militar que prezam por objetividade, assertividade e disciplina hierárquica, que na maioria das vezes ainda estão vinculadas a outras eras e momentos históricos, nos quais a tônica da obediência não poderia ser questionada e/ou relativizada, portanto, em conflito direto com a atualidade.

A presença desses conflitos podem surgir com imposições de comandos, que configuram

comunicação violenta, não permitindo questionamentos e sim a obediência objetiva e direta, provocando conflitos e estresse latentes na comunicação que favorecem um estado de perturbação física e mental. Tudo isso pode afetar o atendimento do policial militar ao público externo, ou seja, aos cidadãos.

Nesse contexto, este estudo tem como pergunta de pesquisa: Como a comunicação verbal se torna violenta e como é percebida no ambiente de trabalho da Polícia Militar do Rio Grande do Norte? Direcionando o objetivo do estudo para analisar a percepção dos policiais militares do Estado do Rio Grande do Norte na relação de comunicação verbal no ambiente de trabalho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A metodologia utilizada foi a exploração na literatura sobre a comunicação alienante, a comunicação verbal não violenta, a comunicação verbal violenta e a empatia no ambiente de trabalho. Além disso, foram aplicados questionário aos policiais militares da Polícia Militar do Rio Grande do Norte – Academia de Polícia Militar Coronel Milton Freire que estão na ativa, visando observar sua percepção sobre a comunicação verbal como linguagem para resolução de conflitos na instituição.

Especificamente, foi verificado que estes policiais militares haviam tido experiências e vivências de comunicação violenta no trabalho; se buscaram ajuda profissional; se houve denúncia sobre o caso; e as conseqüências que eles acreditam que esse tipo de comunicação pode ocasionar em suas vidas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 COMUNICAÇÃO ALIENANTE DA VIDA

Certas formas de linguagem e comunicação causam alienação de estado compassivo natural dos indivíduos. Rocha (2017, p. 6) acrescenta que a “comunicação alienante da vida” permite uma abertura para o desenvolvimento de um estado violento. Pode-se definir alienação como o estado de ignorância da realidade e dos fatores subjetivos e objetivos que condicionam sua maneira de ser. Rosenberg (2006, p. 43) utiliza a expressão “comunicação alienante da vida”, para designar essas formas de comunicação, explicando que “Estou convicto de que todas análises de outros seres humanos são expressões trágicas de nossos próprios valores e necessidades”. Além disso, a própria linguagem é utilizada nesse sentido, pois

A linguagem do “errado”, o “deveria” e o “tenho de”, é perfeitamente adequada a esse propósito: quanto mais as pessoas forem instruídas a pensar em termos de julgamentos moralizadores que implicam que algo é errado ou mau, mais elas serão treinadas a consultar instâncias exteriores – as autoridades – para saber a definição do que constitui o certo, o errado, o bom e o mau. Quando estamos em contato com nossos sentimentos e necessidades, nós seres humanos deixamos de ser bons escravos e lacaios (ROSENBERG, 2006, p. 49).

Ainda de acordo com Rosenberg (2006, p. 49), existem certos formatos específicos de linguagem e comunicação que contribuem para bloquear a compaixão e incentivam um comportamento violento em relação aos outros e a nós mesmos. O autor elenca quatro principais fatores, que são as comparações, os julgamentos moralizadores, as imposições e a negação de responsabilidade. No primeiro caso, comparar-se com o outro, seja no nível de realizações pessoais ou até mesmo fisicamente, pode bloquear a compaixão e trazer infelicidade, em que “quando fazemos essas comparações, começamos a nos sentir infelizes” (ROSENBERG, 2006, p. 45).

Nesse sentido, comparar se confirma como mais uma forma de julgar e se alienar. Visto que a simples comparação estética é suficiente para

provocar tristeza, no entanto, existe a comparação também no campo de conquistas e realização pessoal. Nesse caso, a tristeza se transforma em grande frustração.

Na atualidade, a TV, a propaganda e principalmente as redes sociais são elementos que exercem um enorme papel alienador, pois nos inunda constantemente de imagens de pessoas celebrando suas realizações e, com isso, reduz a realidade única e infinita em parâmetros superficiais.

No ambiente profissional, conforme Rocha (2017, p. 6) “quando há reconhecimento de méritos nas organizações, situações comparativas podem ocorrer, principalmente se não forem justas”.

O segundo caso que contribui para a comunicação alienante da vida se refere aos julgamentos moralizadores. Para Rocha (2017, p. 6), isso ocorre quando “não há conciliação de valores, o certo e errado, palavras que rotulam e dicotomizam: “Esse estagiário é preguiçoso”, “O chefe é preconceituoso”, “Isto é impróprio”.

Analisar os outros é uma expressão de nossas necessidades e valores. Contudo, vale ressaltar que não devemos confundir juízos de valor com julgamentos moralizadores. Isso porque todos os indivíduos fazem juízos de valor sobre as qualidades que admiramos na vida, como por exemplo, podemos valorizar a honestidade, a liberdade ou a paz, visto que os juízos de valor refletem o que acreditamos ser melhor para a vida. A diferença é que, segundo Rosenberg (2006, p. 44), “Fazemos julgamentos moralizadores de pessoas e comportamentos que estão em desacordo com nossos juízos de valor; por exemplo, “A violência é ruim; pessoas que matam outras são más”.

O terceiro aspecto da manifestação da comunicação alienante da vida são as imposições, ou seja, comunicar desejos de modo exigente.

Rocha (2017, p. 6) afirma que isso é comum na relação entre chefe e subordinados.¹⁸

A quarta forma é a negação de responsabilidade, em que se apresenta uma linguagem capaz de gerar uma alienação sem precedentes, pois ao negar a responsabilidade, limita-se o discernimento, o senso-crítico e a tomada de decisão, causando sofrimento a si mesmo e aos outros. Rocha (2017, p. 7) salienta que essa negação de responsabilidade significa negar a responsabilidade dos próprios pensamentos, sentimentos e atos, além disso, a linguagem se configura de acordo com algumas situações e padrões. Outras formas são as ordens de autoridades: “Menti dizendo que o chefe não estava na sala porque ele mandou”; pelas culpabilizando as ações dos outros: “Agredi a secretária porque ela não ouviu o que eu dizia”; ou justificando as atitudes pela pressão do grupo: “Só aderi à greve porque todos aderiram” (ROCHA, 2017).

Por esse ângulo, entende-se que o fato é que utilizar esse tipo de linguagem é um meio de esconder essas responsabilidades de nós mesmos, como uma forma de mascarar que pensamentos, sentimentos e ações que são responsabilidades inteiramente pessoais. É importante lembrar que nunca conseguimos forçar as pessoas a fazer nada, assim como o pensamento baseado em “quem merece o quê” bloqueia a comunicação compassiva. Como salienta Rosenberg (2006, p. 48):

A comunicação alienante da vida também se associa ao conceito de que certos atos merecem recompensa e outros punição. Tal forma de pensar se expressa pelo verbo “merecer”, como em “João merece ser punido pelo que fez”.

Esse tipo de linguagem presume “maldade” da parte das pessoas que se comportam de determinadas maneiras e demanda alguma punição para fazê-las se arrependem e se emendarem. “Acredito ser do interesse de todos

que as pessoas mudem não para evitarem punições, mas por perceberem que a mudança as beneficiará” (ROSENBERG, 2006, p. 48).

3.2 A EMPATIA COMO ELEMENTO DA CNV

Segundo Rocha (2017, p. 5), a comunicação não violenta pode ser definida como a “habilidade de comunicar-se minimizando resistências, reações defensivas e violentas”. Isso porque a CNV tem como objetivo melhorar a forma como os indivíduos se expressam, ouvem os outros e resolvem conflitos. Rosenberg (2006), acrescenta que isso deve ser realizado de modo consciente sobre o que é observado, sentido, necessitado e demandado. Quando isso não ocorre, estabelece-se a comunicação violenta, que ocasiona diversos problemas emocionais e psíquicos nos profissionais.

No entanto, a CNV não deve se resumir a uma ferramenta para mudar as pessoas e seus comportamentos, muito menos para obter o que se quer de forma submissa ou imposta. Rosenberg (2006, p. 136) diz que “Expressar pedidos genuínos também requer uma consciência do nosso objetivo. Se nosso objetivo é apenas mudar as pessoas e seu comportamento ou obter o que queremos, então a CNV não é uma ferramenta apropriada”. Na realidade, conforme Rocha (2017, p. 5), o diálogo deve ocorrer “de forma livre e compassiva, pois o objetivo é constituir relacionamentos sinceros e empáticos”.

Para Correa (2016, p. 116), dessa forma, a CNV favorece algumas habilidades como saber trabalhar em equipe, analisar e identificar problemas, “sempre com coerência com o que a empresa tem como premissa, de forma clara, ouvindo sempre os dois lados, facilita muito o entendimento das partes envolvidas”. Essa autora defende que o respeito e a empatia devem ser fatores norteadores numa comunicação não violenta.

De acordo com Rosenberg (2006), a empatia é um fator primordial para ocorrer a CNV, visto que nossa capacidade de oferecer empatia pode nos permitir continuar vulneráveis, desarmar situações de violência em potencial, ajudar a ouvir a palavra não sem tomá-la como rejeição, reviver uma conversa sem vida e até a escutar os sentimentos e necessidades expressos através do silêncio.

Correa (2016, p. 119) esclarece que, muitas vezes, os indivíduos “transcendem os efeitos paralisantes da dor psicológica, quando elas têm suficiente contato com alguém que as possa escutar com empatia”.

Nesse sentido, quando o profissional da segurança pública não consegue criar essa empatia, cria-se um obstáculo para que a boa comunicação aconteça. No lugar delas, o que vemos são resistências que, com o tempo, começam a gerar o que Rosenberg (2006) chama de comunicação violenta: ações impostas e falta de participação da equipe na tomada de decisões.

Para Rocha (2017, p. 20), a comunicação empática só ocorre quando os julgamentos pré-concebidos são dispensados.

Estar presente é a palavra-chave para se ter empatia, trazendo a plena atenção na mensagem recebida. É a compreensão de forma respeitosa, inclusive no tom de voz, do que a outra pessoa está vivendo. A presença é que diferencia a empatia da compreensão mental ou da solidariedade. A empatia necessita da interação entre os membros da equipe e isso não pode ser mediado com o poder e tom da voz. O diálogo favorece melhor a autoridade da ação para ambas partes.

Correa (2016, p. 119), destaca que, no ambiente profissional, “a falta da relação de interação entre líderes e suas equipes são os principais responsáveis pela maioria das crises de gestão, desacertos gerenciais e conflitos interpessoais”. Assim, é importante ter um olhar empático que consiga separar observação de avaliação, visto que quando combinamos

observações com avaliações, os outros tendem a receber isso como crítica e resistir ao que dizemos.

Portanto, a CNV é uma linguagem dinâmica que desestimula generalizações estáticas, na qual o profissional precisa “administrar suas avaliações de forma imparcial, pontuando as situações de maneira a não generalizar e estereotipar o funcionário”, enfatiza Correa (2016, p. 119).

Rosenberg (2006) destaca alguns componentes de apreciação que são observadas de três formas. A primeira, por ações que contribuem para o nosso bem-estar; a segunda, por necessidades específicas que foram atendidas; e, a terceira, por sentimentos agradáveis gerados pelo atendimento das nossas necessidades.

3.3 COMPONENTES QUE DESENVOLVEM O PROCESSO DA CNV

Existem quatro componentes que desenvolvem o processo da Comunicação não violenta: Observação, sentimento, necessidade e pedido.

Com relação ao primeiro componente indispensável para se estabelecer uma comunicação não violenta, é necessário que o acontecimento do fato seja observado sem nenhum tipo de julgamento, ou seja, com neutralidade, como nos ensina Rosenberg (2006, p. 51).

Rocha (2017, p. 10) evidencia que, quando há algum tipo de julgamento, também ocorre uma avaliação dos objetos envolvidos na observação, contudo, isso deve ser separado, pois para a autora, “As observações devem ser específicas de cada momento e ocorrer dentro do contexto fatural, desestimulando todos os tipos de generalizações estáticas”. Nesse sentido, a linguagem também é um elemento chave para evitar esse tipo de problemas, por isso, deve-se utilizar uma linguagem descritiva, sem o uso de generalizações. Perceber também que palavras como sempre, nunca e jamais, geralmente costumam associar avaliações às observações,

provocando reações defensivas que impedem a conexão entre os indivíduos e a realização da comunicação compassiva (ROSENBERG, 2006).

O segundo elemento é o sentir, que surge após o ato de observar os acontecimentos sem qualquer julgamento como um caminho para detectar os sentimentos gerados pelas necessidades. Nesse componente da CNV, Rocha (2017) diz que é importante que você tome consciência de seus sentimentos, saiba expressá-los e se abra para compreender os sentimentos alheios.

Essa dificuldade de identificar e expressar sentimentos é comum - e, em minha experiência, é especialmente comum entre advogados, engenheiros, policiais, executivos e militares de carreira, pessoas cujo código profissional as desencoraja a manifestar emoções (ROSENBERG, 2006, p. 74).

Assim, enriquecer o vocabulário de sentimentos traz benefícios e ajuda a aumentar a capacidade de articular melhor de como se expressar, seja quando sentimos que nossas necessidades estão sendo atendidas ou não. Rocha (2017, p. 12) enumera diversas palavras que traduzem sentimentos que podem traduzir quando as necessidades estão sendo atendidas, tais como: agradecido, alegre, aliviado, amoroso, animado, bem humorado, calmo, carinhoso, complacente etc. Por outro lado, a autora também elenca a linguagem utilizada quando as nossas necessidades não são atendidas, como frustrado, furioso, impaciente, incomodado, infeliz, inquieto, inseguro, insensível etc.

Rosenberg (2006, p. 74) acredita que “Os benefícios de enriquecer o vocabulário de nossos sentimentos são evidentes não apenas em relacionamentos íntimos, mas também no mundo profissional”. Desse modo, os profissionais precisam desenvolver um vocabulário de sentimentos que nos permita nomear ou identificar de forma clara e específica nossas emoções, pois isso nos conecta mais facilmente uns com os outros.

Ao nos permitirmos ser vulneráveis por expressarmos nossos sentimentos, ajudamos a resolver conflitos. A CNV distingue a expressão de sentimentos verdadeiros de palavras e afirmações que descrevem pensamentos, avaliações e interpretações (ROSENBERG, 2006, p. 79).

Retomando a fala de Rocha (2017) sobre a empatia, o diálogo sob a sensibilidade do mediador torna-se mais positivo na mediação de conflitos e transforma a comunicação como ato importante nas decisões e credibilidade nas relações. O terceiro elemento para uma comunicação não violenta está relacionado à questão do “necessitar”. Rocha (2017, p. 13) diz que o sentimento é “gerado pelas necessidades, expectativas do momento e pela forma como você escolhe receber a mensagem”.

Dessa maneira, o profissional deve pensar de forma clara em qual necessidade gostaria que fosse atendida ao invés de fazer julgamento, pois muitas vezes o requerimento de necessidades é feito de modo inconsciente e incompreensível para o ouvinte. A autora cita como exemplo o fato de se chegar em casa e escutar: “Você tem trabalhado até tarde todos os dias, ama mais o trabalho que a mim”. Na verdade, isso significa que a necessidade de contato íntimo não está sendo atendido, por exemplo. Com isso,

é comum pensar o que há de errado com as outras pessoas sempre que necessidades não são satisfeitas. Podemos interpretar nossos colegas de trabalho como preguiçosos por não desempenharem suas atividades no tempo que gostaríamos que realizassem (ROCHA, 2017, p. 13).

Rosenberg (2006) destaca que, se não valorizarmos nossas necessidades, os outros também podem não valorizá-las, além disso, quando expressamos nossas necessidades, temos mais chance de vê-las satisfeitas. Isso ocorre porque

Quando expressamos nossas necessidades indiretamente, através do uso de avaliações, interpretações e imagens, é provável que os

outros escutem nisso uma crítica. E, quando as pessoas ouvem qualquer coisa que soe como crítica, elas tendem a investir sua energia na autodefesa ou no contra-ataque. Se desejamos obter uma reação compassiva dos outros, expressar nossas necessidades interpretando ou diagnosticando o comportamento deles é jogar contra nós mesmos. Em vez disso, quanto mais diretamente conseguirmos conectar nossos sentimentos a nossas próprias necessidades, mais fácil será para os outros reagirem a estas com compaixão (ROSENBERG, 2006, p. 86).

Seguindo esse raciocínio, Rocha (2017, p. 14) reforça que escutar os sentimentos e necessidades é “importante para que haja uma comunicação expressiva de forma direta e clara”. Desse modo, ao expressar as necessidades diretamente, evita-se reações defensivas dos outros, pois corta qualquer interpretação errônea que possa ser considerada como crítica e aproxima mais compassivamente a outra pessoa.

O quarto componente de uma comunicação não violenta é o “pedir”. Isso porque, de acordo com Rocha (2017, p. 15) se, após todos os três componentes da CNV, “realizados sem julgamentos, críticas, análises e diagnósticos, as necessidades não forem atendidas, é necessário que se faça um pedido específico, de modo a satisfazer suas necessidades”.

Assim, o pedido é um elemento fundamental na CNV, visto que é através dele que a necessidade será ou não atendida. Porém, como o profissional pode se expressar nos pedidos, de modo que haja uma resposta compassiva dos outros, sobre a sua necessidade? A principal forma é que o pedido deve ser formulado em uma linguagem positiva e clara ao fazer pedidos, evitando frases vagas, abstratas ou ambíguas e ressaltando-se apenas o que se quer é importante para o alcance do seu objetivo. A linguagem inespecífica pode atrapalhar a compreensão e a comunicação e é importante expressar o que se pede e não o que não está pedindo. Rosenberg (2006) leciona que por trás das palavras ditas sempre há um pedido, mesmo que seja uma

conexão de empatia, ou simplesmente saber qual a reação sincera do ouvinte.

Rocha (2017, p. 15) traz como exemplo de um diretor, querendo obter um retorno, deve utilizar uma linguagem positiva “Quero que me digam o que posso fazer para facilitar que se sintam mais livres para se expressarem na minha presença”, ao invés de uma comunicação vaga: “Quero que sintam-se livres quando eu estiver presente para se expressarem.”

Outro passo para a realização de um pedido é ter consciência do que se pede. “Pode faltar clareza ao ouvinte sobre o que você quer pedir quando apenas os sentimentos são expressados, ou o contrário, quando os pedidos são feitos sem antes comunicar os sentimentos e necessidades”, indica Rocha (2017, p. 16).

Uma sugestão de Rosenberg (2006, p. 128) é que, para ter a certeza de que a mensagem enviada foi recebida de forma genuína, pode-se pedir ao receptor que a repita para você:

Nessas ocasiões, podemos pedir aos outros para nos repetirem em suas próprias palavras o que eles nos ouvirem dizer. Temos então uma oportunidade de reformular partes de nossa mensagem de modo que resolva qualquer discrepância que possamos ter notado no retorno que recebemos.

É importante explicar que, ao pedir isso, é preciso se certificar de que se expressou com clareza e não, simplesmente, que está testando a capacidade auditiva do receptor da mensagem. Dessa forma, tem-se uma oportunidade de reformular partes da mensagem a fim de resolver qualquer divergência que se possa ter notado no retorno da mensagem.

Outra questão com relação aos pedidos é que os mesmos devem ser seguidos por reações empáticas, caso contrário, parecerão exigências. Para Rosenberg (2006, p. 132), exigências são demonstradas quando o receptor da mensagem acredita que será punido ou culpado se não atender o pedido, percebendo o pedido de modo coercitivo.

Diante disso, entende-se que ao não existirem esses quatro elementos que desenvolvem o processo da comunicação não violenta, que são a observação, o sentimento, a necessidade e o pedido, a comunicação passa a ser violenta, levando ao surgimento de conflitos no ambiente laboral.

4 COMUNICAÇÃO VIOLENTA NO AMBIENTE DE TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR DO RN

A Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN) tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Rio Grande do Norte. Juntamente com a Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Instituto Técnico e Científico de Polícia (ITEP), integra a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte (SESED-RN). A (PMRN) é a Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro (EB) do Ministério da Defesa do Brasil, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados militares estaduais assim como também os membros do Corpo de Bombeiros Militares.

Visando compreender a percepção que os policiais militares do Rio Grande do Norte têm acerca da comunicação violenta e sua relação com o ambiente de trabalho, para esta pesquisa, foram entrevistados sete profissionais, sendo cinco homens e duas mulheres. Dos policiais militares entrevistados, 57% possuem entre 10 e 15 anos de serviços prestados à instituição, e 43% têm mais de 20 anos de trabalho.

Ao serem perguntados se já sofreram algum tipo de comunicação violenta no ambiente de trabalho, a maioria, com 86%, respondeu que sim, e apenas um policial militar afirmou que nunca sofreu esse tipo de violência. A policial militar 6 afirmou:

Quem nunca sofreu, não é? Sofri e tenho sofrido quase que todos os dias a maioria das pessoas não tem noção o que é ser violento nas palavras,

às vezes até com um tom de brincadeira ao repreendo dizendo: onde estão os bons modos. Mas a maioria das pessoas finge que não ouviu. (Informação verbal).

A fala do policial revela a percepção de que todos já passaram pela vivência com esse tipo de violência e fala da dificuldade de revidar a comunicação violenta, necessitando muitas vezes utilizar o “tom de brincadeira” e que, mesmo assim, é difícil para as pessoas entenderem isso. O policial militar 3 também relata uma experiência com esse tipo de comunicação:

Sim, fui vítima, sim, o meu superior veio para cima de mim com um tom de voz agressivo e raivoso e ameaçador; fui vítima não só de uma Comunicação Violenta, mas também de assédio moral (Informação verbal).

O profissional traz um viés importante para este debate que diz respeito a questão de quando a comunicação violenta parte de um superior hierárquico. Nesse sentido, como ele afirma, chega a se tratar de assédio moral no ambiente de trabalho. Isso também foi relatado pelo policial militar 2:

Vítima de comunicação violenta de certa forma sim, fui vítima de assédio moral o que posso dizer que não deixa de ser Comunicação Violenta mais agressiva (Informação verbal).

Rocha (2017) nos ensina que violência significa toda e qualquer forma de comportamento que pode ser sentidos como desrespeito, discriminação, raiva, entre outros. Nesse sentido, percebe-se que ao utilizar a comunicação violenta no ambiente de trabalho, que pode ser associada ao assédio moral, os superiores não estão conseguindo expressar seu “pedido” de forma clara e não coercitiva.

Isso porque um dos quatro componentes que desenvolvem o processo da comunicação não violenta é o pedido, que é um elemento essencial na CNV, pois será por meio dele que a necessidade será ou não atendida. Segundo Rosenberg (2006), os pedidos devem ser seguidos

por reações empáticas, senão vai parecer uma coerção, mostrando que o receptor da mensagem será punido ou culpado se não atender o pedido.

Sobre as consequências da comunicação violenta para sua vida pessoal e para sua vida profissional, os policiais militares 1 e 3 responderam, respectivamente, que:

Me senti desprestigiado, desmotivado profissionalmente e isto me causou problemas sérios, os quais me desencadeou uma doença psicológica e posteriormente afastamento do trabalho (Informação verbal).

Fiquei muito abalado emocionalmente o que desencadeou em mim uma ansiedade generalizada, não conseguia mais me concentrar em nada que estava fazendo (Informação verbal).

As duas falas mostram que esse tipo de comunicação pode ocasionar consequências na saúde física e emocional, além de desencadear um processo de desmotivação profissional. Isso é o que também relata o policial militar 2:

As consequências do assédio moral me foram necessárias, mas para reflexão do serviço que estava fazendo, fiquei desmotivado, e não mais trabalhei como antes (Informação verbal).

Segundo informações repassas pelo comando do setor pessoal da PMRN, um total de 8% dos policiais estão afastados dos serviços de policiamento por algum tipo de agravo da saúde, isso corresponde em números totais a aproximadamente 700 militares. Nesse caso, uma parcela desses foi remanejada para os serviços burocráticos ou administrativos da corporação (301 profissionais), mas o maior número está sem exercer nenhuma funções laborais (399 profissionais).

Segundo dados da instituição, desses 700 profissionais, destaca-se que 45% estão afastados por motivos de doença ou agravo de caráter psiquiátrico, sendo que nos últimos períodos houve o surgimento médio de 10 novos casos por mês. Além desses, existem os que adoecem pela

natureza específica do trabalho militar, que envolve trabalhar em constante tensão mediante as cobranças sociais, risco inerente à vida e o enfrentamento da violência com mecanismos de força e por último a deficiência de um efetivo que permita rodízios que aliviem a tensão especialmente emocional, que culmina com agravos físicos, mentais e psicossociais.

Ocorre que a comunicação violenta recebida de superiores também influencia tanto as doenças e desmotivação no trabalho, como também no desenvolvimento do trabalho e atuação com a população, como relatam, respectivamente, os policiais militares 5 e 7:

Todas as vezes que aconteceu, fui trabalhar mal-humorado e de certa forma transmitia esse mal humor na hora de abordar um cidadão. A prestação do serviço (Informação verbal).

Sinceramente, às vezes me pego replicando a comunicação violenta que tenho sofrido. Sei que estou errada, mas é na maioria das vezes involuntária (Informação verbal).

A literatura especializada aborda o papel do policial militar como pacificador social, com o emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo. A Constituição Federal de 1988, conforme parágrafo 5º, do artigo 144, faz menção à “polícia ostensiva” e “preservação da ordem pública”. Segundo Nassaro (2012, p. 40), o objeto e a natureza do trabalho das polícias militares “podem ser representados pela permanente busca de pacificação nas relações sociais, por meio da resolução de conflitos diversos, mediante a promoção de acordos ainda que informais”.

De acordo com Lazzarini (1999 apud NASSARO, 2012, p. 41), a atuação policial voltada à prevenção da prática criminal envolve esforço ininterrupto de solução de divergências, “o que evita a evolução de um quadro de conflito para um cenário mais grave caracterizador de infração penal com maior impacto na sensação de segurança”. Assim, ao identificar um conflito que configura

crime ou contravenção penal, o policial militar detém o autor e provoca os registros e providências na esfera de polícia judiciária, atuando na repressão imediata. Porém, cotidianamente, os policiais militares se deparam com muitos conflitos geradores de ocorrências e também intervenções que não chegam a caracterizar infração penal ou que são configuradas no contexto das infrações de ação penal privada ou pública condicionada à representação, como por exemplo as desavenças entre vizinhos por incômodos diversos (NASSARO, 2012).

Reis (2009, p. 22) informa que existem várias possibilidades de solução alternativa de conflitos, mas quatro se destacam: a negociação, a arbitragem, a mediação e a conciliação. Nassaro (2012) indica que as soluções alternativas de conflito também são chamadas de “formas não-violentas de resolução de conflitos”. No entanto, ao verificar a fala dos policiais militares entrevistados, percebe-se que há um fato de reprodução das formas violentas de comunicação, na resolução de conflitos com o cidadão.

Ao serem perguntados se fizeram alguma denúncia contra o agressor, a maioria, com 70%, respondeu que não realizou nenhuma denúncia, enquanto 30% dos entrevistados responderam afirmativamente. O policial militar 1 relata que não denunciou, pois:

Toda vez que alguém vai denunciar um superior por causa de algum fato que ele cometeu contra um subordinado, termina o denunciado sendo perseguido; por isso na ocasião preferi ficar calado e não procurar denunciar (Informação verbal).

Essa fala demonstra certo receio em realizar formalmente a denúncia, visto que o entrevistado acredita que muitas vezes há um tipo de perseguição ao denunciante. Já o policial militar 3 conta que fez “uma denúncia formal ao superior, mas na ocasião não aconteceu nada, nenhuma providência foi tomada” (Informação verbal).

A fala do policial denota um descrédito na realização de alguma providência com relação a atitudes que levam à comunicação violenta no ambiente de trabalho da corporação. Conforme Rosenberg (2006), a comunicação não violenta propõe que o diálogo deve ser utilizado para melhorar a convivência no ambiente de trabalho, facilitando a obtenção de bons resultados, além de aumentar o respeito e tolerância ao outro. Nesse sentido, percebe-se que isso não ocorreu no caso relatado, ficando inclusive sem providências com relação a essa questão.

A respeito da procura por algum tipo de ajuda, 67% dos entrevistados afirmou que buscou assistência profissional, enquanto 33% disse que não teve necessidade. Os policiais militares 3 e 6, nessa ordem, afirmaram que:

Como o meu serviço é bem estressante por iniciativa própria tenho sempre um acompanhamento psicológico para desestressar e tem me ajudado muito (Informação verbal).

Sim, eu procurei, mas só anos depois porque, emocionalmente, não me sentia bem, procurei um psicólogo (Informação verbal).

Nos dois casos, vê-se que os policiais sentiram necessidade de acompanhamento psicológico, por perceber que emocionalmente não estavam se sentindo bem consigo mesmos.

Os policiais militares entrevistados também responderam à seguinte questão: como vê a existência da comunicação violenta no ambiente de trabalho, especialmente para o desenvolvimento das atividades profissionais? Em suas falas, os policiais militares 1 e 5, por essa ordem, ressaltam a naturalização desse tipo de comunicação:

Na área policial militar, a comunicação violenta é algo natural e muitas vezes deixamos passar, vejo uma certa convivência por partados subordinados em não dar um fim e muitas vezes quando assumia o serviço me via pensando no ocorrido e me deixava muitas vezes desatento ao serviço e ficar desatento no serviço policial militar pode ter grave consequências (Informação verbal).

Acho que é vista pela instituição como algo natural, e não se dar conta que sempre prejudica na prestação do serviço diário (Informação verbal).

Os policiais afirmam que a comunicação violenta muitas vezes se apresenta de norma “natural” no ambiente de trabalho militar, em que ocorre uma relativa convivência por parte dos subordinados, pois não denunciam esses fatos. Isso lembra o que Rocha (2017) afirma acerca da “comunicação alienante da vida”, favorecendo uma abertura para o desenvolvimento de um estado violento.

As duas falas também remetem à questão da prestação do serviço à população, o primeiro diz que a comunicação violenta levava a um estado de desatenção durante o trabalho, o que pode ser fatal em algumas situações da atuação policial. O policial militar 5 salienta que a naturalização da comunicação violenta é feita pela instituição, sem levar em consideração as consequências para o trabalho policial.

Essa visão também é corroborada pelo policial militar 3, ao afirmar que:

Prejudica o andamento das atividades, embora esse tipo de Comunicação Violenta não apareça as consequências de imediato, a longo prazo causa problemas de ordem emocional e psíquica, destruindo o espírito de colaboração da equipe, gerando diversos atestados médicos de afastamento do serviço (Informação verbal).

De acordo com Rocha (2017), para a comunicação não violenta existir, o diálogo deve ocorrer de forma livre e compassiva, visando a construção de relacionamentos sinceros e empáticos. A fala do policial militar acima mostra que isso não vem ocorrendo, e que as consequências da comunicação violenta no ambiente laboral podem não aparecer de imediato, mas trazem diversas efeitos a longo prazo e influenciam diretamente o trabalho em equipe. Para a policial militar 7, além da naturalização da comunicação violenta nas instituições militares, existe também a questão cultural:

Acho que é cultural nas instituições militares. A falta de conhecimento e sobre o tema da maioria dos militares também corrobora muito para a violência na comunicação. Para o desenvolvimento no trabalho considero a comunicação violenta extremamente nociva e silenciosa. Desculpe a expressão, mas parece como um câncer que começa silencioso, mas cedo ou tarde vai se revelar de forma drástica. Precisa ser contido na origem (Informação verbal).

Além da questão cultural, a policial militar entrevistada acima traz a reflexão a respeito do desconhecimento sobre a temática, como também ressalta que a comunicação violenta muitas vezes acontece de forma silenciosa. Nesse mesmo sentido, o policial militar 2 revela outra forma pela qual se inicia a comunicação violenta:

Começa como uma brincadeira, mas depois torna-se mais grave. De certa forma, afetou sim em minhas atividades porque não consegui mais ter vontade de trabalhar como antes (Informação verbal).

O policial afirma que, muitas vezes, a comunicação violenta aparece como uma forma de brincadeira. Porém, isso depois vai se tornando mais grave. Rocha (2017) explica que no ambiente de trabalho deve haver uma comunicação expressiva de forma direta e clara, expressando diretamente as necessidades. Isso permite evitar reações defensivas dos outros, impedindo uma interpretação errada ou crítica e aproxima mais compassivamente a outra pessoa.

Sobre a comunicação violenta no trabalho e sua influência na atuação profissional, o e policial militar 4 afirma que:

A Comunicação Violenta no trabalho pode acarretar um péssimo serviço prestado à sociedade, tendo em vista que o profissional de segurança pública vai repassar esses modos não tradicionais no momento da abordagem aos cidadãos. Já presenciei (Informação verbal).

A fala do policial militar 4 reforça a ideia de que a forma com que os policiais são tratados no ambiente de trabalho da corporação influencia

de forma prejudicial a atuação desenvolvida junto aos cidadãos. Nassaro (2012) ressalta o importante papel dos policiais militares como pacificadores, principalmente por serem os primeiros a chegar ao local do primeiro conflito e impedirem o seu agravamento pelo imediato contato com os envolvidos. Nessa perspectiva, ao serem submetidos a formas de comunicação violenta na instituição, seja por colegas ou superiores hierárquicos, os policiais acabam replicando esse tipo de comunicação junto à população, o que vai de encontro ao seu papel de pacificadores de conflitos sociais.

Nesse entendimento, a policial militar 6 deixa uma sugestão e um questionamento acerca do cotidiano no ambiente de trabalho militar:

Vejo que as pessoas poderiam serem mais gentis no dia a dia, não é porque estamos em um ambiente militar que vamos nos tratar de forma tão áspera. Cordialidade nunca é demais não acha? (Informação verbal).

A policial militar entrevistada sugere tratamentos mais corteses entre os profissionais da segurança pública. Isso lembra o que Rosenberg (2006) discorre sobre a comunicação não violenta, que indica o diálogo como forma de melhorar a convivência no ambiente de trabalho, o que também aumenta o respeito e tolerância. Assim, a comunicação não violenta deve ser utilizada visando a obtenção de bons resultados no trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos tempos, fala-se muito em qualidade de vida, em equilíbrio orgânico e pessoal, harmonia entre o corpo e a mente, como fatores significativos para se usufruir longevidade com boa qualidade de vida e bem-estar físico, social e psicomental. Sem sombra de dúvidas, o ambiente do trabalho, em que é natural ser colocado frequentemente e continuamente em situações de desafios e produtividade, torna-se praticamente inexorável que o trabalhador esteja em plenas

condições físicas, mentais psicossociais para o bom desempenho de suas funções profissionais (FERREIRA; REIS; PEREIRA, 1999).

Diante desses desafios de conciliar produtividade com qualidade no trabalho e do trabalhador, faz-se necessário a identificação de elementos da comunicação não violenta no trabalho militar, visando minimizar os agentes agressores da saúde física e mental. Esses agentes repercutem nas relações de trabalho e no atendimento ao público externo, que se mal sucedida reverbera em mais alterações orgânicas que prejudicam a vida como um todo e obviamente o pleno desempenho ambiente de trabalho.

Nessa perspectiva, deve-se observar a linguagem policial como elemento de intervenção na sua realidade profissional interna e externa a corporação militar favorecendo a comunicação com aspectos não violentos. Além disso, a comunicação não violenta visa estimular o policial militar à aquisição de um vocabulário linguístico que favoreça a comunicação e resolução de conflitos. Por outro lado, propõe desenvolver uma capacitação e formação de pessoal com competências e habilidades que favoreçam a comunicação não violenta e estratégias de bloqueio e/ou interrupção desse tipo de comunicação.

A pesquisa procurou refletir, a partir das relações verbais no ambiente militar, sobre a comunicação violenta e a comunicação não violenta no ambiente de trabalho da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Com isso, pretendeu-se retratar também a busca de qualidade de vida no trabalho para esse profissionais, que enfrentam afastamentos por motivos de agravos à saúde pessoal e problemas interrelacionais com o público interno e externo.

Observou-se que os policiais têm percepção sobre questões de cuidado da saúde física, mental e psicossocial com a prática de comunicação não violenta para proporcionar um convívio mais significativo e salutar com os seus colegas de trabalho e sociedade como um todo,

fortalecendo os seus vínculos pessoais, assim como a sua autoestima geral, com consequentes avanços quantitativos e qualitativos na produtividade laboral para uma melhor prestação de serviços à sociedade do Rio Grande do Norte.

No entanto, a pesquisa demonstrou que existe ausência de um acompanhamento efetivo e diário dos policiais militares, no que diz respeito a sua saúde física, mental e psicossocial e o aumento progressivo dos constantes afastamentos destes policiais por razões patológicas em consequência a uma vida de exposição contínua a condições de estresse, tanto no enfrentamento da violência, como

no tipo de postura, falas e discursos internos dotados de uma comunicação violenta que agravam as relações pessoais e culminam em provocar risco a saúde desses trabalhadores.

Portanto, se faz necessário a elaboração de mecanismos que venham minimizar estas ocorrências de comunicação violenta, diminuindo mais um agente agressor da boa qualidade de vida no trabalho como um todo, podendo reduzir os afastamentos profissionais, que beneficiariam todo o seio da sociedade que necessita contar com os serviços de segurança pública da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

- CORREA, Vivian. A importância do diálogo e da comunicação não-violenta no desenvolvimento do líder. In: CARRAMENHA, Bruno (Org.) **Comunicação com Líderes e Empregados**. São Paulo: Editora In House, 2016.
- FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I. **Gestão Empresarial**: de Taylor aos nossos dias. Evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- NASSARO, Adilson Luís Franco. O policial militar pacificador social: emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo. **Revista LEVS/UNESP**, Marília, ano 2012, edição 10, dez., 2012.
- OLIVEIRA, M. A. Dilemas na Gestão da Qualidade e da Qualidade de Vida no Trabalho. In: Encontro Internacional de Gestão de Competências em Qualidade de Vida no Trabalho, 1. **Anais...**, São Paulo: FEA/USP, FIA, PROPEG, 1998.
- PEREIRA, A.M.T.B. **O estresse e a síndrome de Burnout no trabalho docente**: Algumas Reflexões. Curitiba-PR (UEM), 2003.
- REIS, Helena dos Santos. **Polícia e mediação de conflitos**: capacitação de policiais militares mediadores. São Paulo: CAES. 2009.
- ROCHA, Caroline Reis. **Manual de comunicação não violenta para organizações**. Brasília: UNB, 2017.
- ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Agora, 2006.

CICLO COMPLETO POLICIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO MODELO POLICIAL BRASILEIRO

*Hilderline Câmara de Oliveira*¹⁹

*Marcus Rodrigues*²⁰

RESUMO O presente artigo discute acerca do Ciclo Completo Policial e sua relevância para a segurança pública brasileira. Assim, o escopo geral deste estudo é compreender a relevância do Ciclo completo de polícia e sua possível aplicação no Brasil. A pesquisa é de cunho bibliográfico, visto que se realizou por meio da leitura de artigos e livros de diversos autores que apresentam posicionamentos distintos acerca do tema, o que possibilitou a apreciação de pontos de vistas diversos. A análise dos dados, evidencia a viabilidade de implementação do Ciclo Completo Policial no Brasil, haja vista que, contemporaneamente, o país enfrenta relevantes desafios na área de segurança pública. Porém, faz-se necessária a reorganização dos órgãos que compõem a segurança pública do país, para que os servidores não venham ser prejudicados e percam direitos, o que ocasionaria uma afronta à Constituição Federal. Para a efetivação dessas mudanças, é necessário um estudo da realidade da segurança brasileira, o que demanda tempo e, principalmente, interesse político. Por fim, observou-se, a partir deste estudo, a necessidade de um planejamento criterioso, que objetive a estruturação dos órgãos e a preparação dos policiais para novas formas de atuação, que garanta maior efetividade e melhores resultados.

Palavras-chave: Ciclo completo policial; polícia; segurança pública.

ABSTRACT This article discusses about the Complete Police Cycle and its relevance to Brazilian public security. Thus, the general scope of this study is to understand the relevance of the Complete Police Cycle and its possible application in Brazil. The research is bibliographic in nature, as it was made by reading articles and books by different authors who have different positions on the subject, which allowed the appreciation of different points of view. Data analysis shows the viability of implementing the Complete Police Cycle in Brazil, given that the country currently faces significant challenges in the area of public security. However, it is necessary to reorganize the bodies that make up the country's public security, so that public servants would not be harmed and lose their rights, which would be an affront to the Federal Constitution. For the implementation of these changes, it is necessary to study the reality of Brazilian security, which demands time and, mainly, political interest. Finally, from this study, it was observed the need for a careful planning that aims at structuring agencies and preparing police officers for new ways of acting, in order to guarantee greater effectiveness and better results.

Keywords: Complete Police Cycle; police; public security.

Recebido em 19 de dezembro de 2023

Aprovado em 26 de dezembro de 2023

¹⁹ Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais, Mestre em Serviço Social e Especialista em Antropologia Social também pela UFRN. Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) na Universidade de Coimbra-Portugal.

E-mail:hilderlinec@hotmail.com

²⁰ aureliodepaiva@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Um dos pilares de qualquer sociedade é, sem dúvida, a segurança pública. Em seu artigo 6º, a Constituição Federal brasileira de 1988 (CF/1988) prevê direitos sociais, dentre eles, encontra-se o direito à segurança, assim como à educação, à alimentação, à saúde e outros direitos essenciais necessários para uma vida digna. Logo, é precípuo o direito de todos os cidadãos do país de viverem em segurança, devendo existir garantias a sua integridade física, psíquica e bens patrimoniais, bem como proteção a todo tipo de abuso, cabendo ao Estado agir para alcançar essa segurança. (BRASIL, 2022).

Atualmente, a segurança pública do Brasil tem sido alvo de descrédito e de instabilidade. Diante dessa realidade, a discussão a respeito do modelo de polícia adotado no país ganha relevância. Entrando, nesta discussão, a princípio, é preciso considerar que a Constituição Federal de 1988 divide as polícias em esferas de competências, criando limitações legais, tornando-as um sistema caro e de resultados questionáveis. Paralelo a isso, tem-se uma população amedrontada, refém da violência, que muitas vezes se sente desrespeitada, abandonada e vítima de um formalismo exacerbado.

Embora o direito à segurança pública esteja claramente definido nos dispositivos legais mais relevantes do país, percebe-se que este continua longe de ser garantido, e que, hoje, é coisa realmente difícil para o Estado brasileiro garantir a todos os seus cidadãos a possibilidade de exercerem suas atividades cotidianas com a proteção de seus direitos.

Diante disso, diversas abordagens têm sido estudadas, discutidas e propostas como possíveis soluções ou pelo menos possibilidades para mitigar o crime e melhorar a segurança pública. Destas, destaca-se o ciclo policial completo, que tem, na maioria dos países em que é aplicado, a

função de impedir a fragmentação da atividade policial.

A implementação do Ciclo Completo, com a modificação do modelo atual, se impõe como modelo de eficiência. Eficiência essa que é um dos pilares dos princípios constitucionais da administração pública. Em contrapartida, sua materialização configura uma verdadeira quebra de paradigma, uma vez que as mudanças, legais e estruturais, que traz vão de encontro a interesses e culturas arregradas na sociedade. Tal percepção revisita uma questão que precisa ser respondida quando o foco é tornar a segurança pública do país mais efetiva: quais são os benefícios para a força policial e para a sociedade na adoção do modelo de Ciclo Completo?

Embora o debate tenha crescido nos últimos anos, a verdade é que uma solução viável ainda não foi encontrada e colocada em prática, o que aponta para a necessidade de debates acerca desta temática. Nesse sentido, a primeira hipótese apresentada neste estudo é a de que a polícia pode se tornar uma força mais efetiva se puder iniciar e concluir todas as etapas envolvidas no processo de segurança pública.

Um policial de Ciclo Completo pode atender melhor às necessidades atuais de segurança social porque não é fragmentado e porque não pode simplesmente agir em um determinado ponto e depois ter que entregar a tarefa a outro policial que dê continuação. Por outro lado, um ciclo policial completo requer unificação policial, de modo que essa unificação pode ser inicialmente um processo difícil para os membros da força policial e da sociedade. E o Brasil é um país que carece de uma cultura policial unificada, isto é, de uma polícia que opere em Ciclo Completo, situação que, para minimizar o risco de falha no processo, exige, antes, uma avaliação adequada da implementação das novas medidas. (ALEXANDRE, 2020)

Além dessas considerações, é importante observar que, com a efetivação desse modelo, pode haver um ganho significativo no que se

refere a um dos princípios basilares da administração pública: a eficiência. O citado princípio baseia-se, entre outros, em dois aspectos. Primeiro, no fator tempo, que se reverte em custo, uma vez que evitaria a perda de tempo em deslocamentos para delegacias e/ou espera desse, ou daquele agente público no local do crime. Uma vez que só ele é detentor da competência para a realização de determinado ato. Além, evidentemente, de não sobrecarregar a polícia judiciária, dando a esta, tempo e aumento de capacidade investigativa. O outro fator, tão importante quanto, diz respeito ao desnecessário retrabalho – uma vez que o primeiro agente público chegou ao local, tomou ciência, fez os levantamentos necessários, ele, certamente, é o mais apto a dar continuidade à resolução daquele problema. (ALEXANDRE, 2020).

Diante desse cenário, a pergunta de pesquisa é qual a relevância do Ciclo Completo de polícia e sua possível aplicação no Brasil? Tendo como o objetivo geral compreender a relevância do Ciclo Completo de polícia e sua possível aplicação no Brasil. Além disso, pretende-se, de forma específica: refletir sobre a estrutura e competências dos órgãos que compõem a segurança pública; abordar o funcionamento e características do Ciclo Completo, de acordo com locais e modelos em atividade; definir uma estrutura de funcionamento do Ciclo Completo Policial para a segurança pública brasileira e identificar a necessidade de uma resposta rápida e eficiente à sociedade vítima do crime.

Percebe-se de longe, que a situação de segurança atual é bastante crítica, e que tanto a população quanto a própria polícia almejam por medidas que estabeleçam a ordem pública. Sendo assim, a relevância deste estudo dá-se em função da necessidade de se saber se a transição de uma polícia fragmentada para uma polícia de Ciclo Completo é viável e ademais em razão de saber quais são as implicações dessa transição para a segurança pública brasileira.

No que concerne à metodologia, destaca-se que esta é uma pesquisa de natureza pura, de caráter exploratória e descritiva, quanto aos procedimentos é bibliográfica e documental com abordagem qualitativa e utilização do método dedutivo.

Em suma, ressalta-se que a estrutura do artigo está composta por seções interligadas, com essa introdução na primeira seção; em seguida, o referencial teórico na segunda seção; depois, a metodologia na terceira; a discussão dos resultados encontrados na quarta, e, finalmente, na última seção, as considerações finais, que buscam proporcionar novas reflexões sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O debate que tenta responder às incógnitas da segurança pública tem sido intenso nas últimas décadas. Atualmente, a polícia só não pode ser responsabilizada por todas as questões de segurança pública, as quais, sem dúvida, são reflexos de questões socialmente profundas e diversas. E aqui, concorda-se com a afirmação de Goldstein (2017) de que a resolução de problemas sociais não pode se concentrar nas mãos de uma única instituição.

Contudo, observa-se que há algumas mudanças institucionais, principalmente na formação de agentes de segurança pública, que podem ser adotadas, para que os policiais possam exercer suas funções de forma mais eficiente e qualificada. Dessa maneira, dadas as aparentes dificuldades na redução do crime e da violência, é razoável avaliar as necessidades emergentes dos agentes. (ROMANELLI, 2021)

O Decreto n.º 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, conceitua ordem pública da seguinte maneira:

[...] o conjunto de regras formais que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis do interesse público, estabelecendo um

clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. (BRASIL, 1983, s/n.º)

Porém, o termo “ordem pública” pode ser analisado e conceituado por diversos aspectos do nosso ordenamento jurídico. Na Constituição Federal, aparece, inicialmente, no Art. 34, III, quando possibilita a intervenção por parte da União, nos estados, em casos de grave comprometimento da ordem pública. Ressurge, em seu Art. 136, com a possibilidade de decretação do estado de defesa, objetivando o restabelecimento da ordem pública. Já o art. 144 especifica a razão da existência da segurança pública, ou seja, a preservação da ordem pública. (BRASIL, 2022)

Cabe ainda citar a previsão da chamada ordem pública de acordo com seu enfoque legal: no Código Civil, Arts. 20, 122, 606, parágrafo único, 1.125 e 2.035, parágrafo único (BRASIL, 2022); no Código de Processo Penal art. 312 (BRASIL, 2022); no direito administrativo, ao tratar da supremacia e indisponibilidade do interesse público, exercido pelo chamado poder de polícia (Celso de Mello, 2016); na Lei 13.019/14, em seu art. 30, II, quando autoriza a dispensa de chamamento público nos casos em que ocorra grave perturbação da ordem pública. (BRASIL, 2022).

Na concepção de Pierro Junior (2008) *apud* Silva (2011, p.2/3), ordem pública diz respeito a “[...] um estado de completa normalidade onde o cumprimento da lei e das disposições emanadas das autoridades são integralmente acatadas, sem constrangimentos, pela população”.

Quanto à expressão segurança pública, pode-se entendê-la a partir de duas perspectivas: a princípio, como paz social, uma vez que se trata de um direito difuso, indispensável, previsto na Constituição Federal de 1988; e, depois, não menos importante, como um conjunto de medidas de prevenção, tomadas por parte do Estado, para a manutenção da Ordem Social.

De acordo com Moreira Neto (1988, p. 152), “[...] segurança pública é o conjunto de processos políticos e jurídicos, destinados a garantir a ordem pública na convivência de homens em sociedade”. O autor acrescenta, ademais, que “[...] “a segurança pública é o conjunto de estruturas e funções que deverão produzir atos e processos capazes de afastar ou eliminar riscos contra a ordem pública” (MOREIRA NETO, 1988, p. 152).

Do ponto de vista legal, a segurança pública está prevista nas cláusulas dos chamados direitos fundamentais, no artigo 5º, caput, da atual Constituição Federal brasileira, sendo, assim, imutável. Nesse artigo, garante-se, aos brasileiros e estrangeiros, “[...] direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 2022).

Ainda conforme Moreira Neto (1988, p. 153):

A organização político-jurídica dos Estados, para atender às peculiaridades da segurança pública, se desdobra em subsistemas especializados, dando surgimento a, pelo menos, três subsistemas da segurança pública básicos: o policial, o judicial e o penitenciário. O subsistema policial faz parte do Poder Executivo; o subsistema judicial, do Poder Judiciário, e o penitenciário, de ambos os Poderes.

Em consonância com as palavras de Moreira Neto, Marchi (2010, p.36) afirma que “[...] é por meio das polícias que o Estado exerce o seu legítimo monopólio da força, mas sempre em observância aos princípios constitucionais”. Aqui, vale lembrar que, na Constituição Federal de 1988, os órgãos de segurança estão elencados no Título V – Da Defesa dos Estados e das Instituições Democráticas, Capítulo III – Da Segurança Pública, Artigo 144. E, no âmbito da União, tem-se a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal. Já nos estados, atuam a Polícia Civil e a Polícia Militar. (BRASIL, 2022)

Em síntese, como se pôde notar por esta breve discussão, ordem pública e segurança

pública são expressões conceitualmente distintas. Aquela refere-se à normalidade que se traduz na paz social; enquanto esta última liga-se à presença do Estado, que, quando necessário, pode aplicar seu Poder de Polícia para garantir e preservar a ordem pública.

2.1 CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

O Ciclo Completo de Polícia é adotado na maioria dos países do mundo. Ele potencializa o controle da criminalidade e a manutenção da ordem social. Em alguns países, há uma variedade quanto ao modelo utilizado, quer seja em âmbito municipal, como nos Estados Unidos, ou em âmbito regional, como na Inglaterra, ou, ainda, em âmbito federal, como na França, na Itália, em Portugal, no Chile e na Colômbia. Porém, todas as polícias atuam no Ciclo Completo na persecução penal. (SAPORI, 2016, p.52)

No Brasil, na contramão do entendimento dos demais países, adota-se o *Ciclo Incompleto de Polícia*, em que, para a persecução penal, faz-se necessária a participação de mais de uma polícia no caso concreto. No modelo brasileiro, há uma divisão nas competências policiais. Existem as polícias administrativas, fardadas, identificadas, cuja função precípua é o patrulhamento ostensivo e preventivo, este é o caso da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Militar (PM) e da Guarda Municipal (GM). Há também as polícias judiciais, que trabalham, em sua grande maioria, de forma velada, e têm o papel investigativo, exceto os militares.

No caso do Ciclo Completo de polícia, independentemente de sua estrutura organizacional e de sua esfera de poder, há, em sua composição, dois setores distintos, porém subordinados à mesma autoridade policial. Ou seja, na mesma polícia, há o segmento preventivo, fardado ou uniformizado, cuja função é a atividade de patrulhamento ostensivo nas ruas, e outro segmento, composto pelos responsáveis pelo trabalho investigativo.

Para Silva (2003) *apud* Silva Júnior (2015), no Ciclo Completo, a polícia trata-se daquela que “[...] executa todas as fases da atividade policial: prevenção, repressão, investigação e apuração dos crimes”. Dessa forma, a principal característica do Ciclo Completo é a unicidade das atribuições, uma vez que a persecução penal se aplicaria em um único órgão policial, do início ao fim, até ao encaminhamento que dará prosseguimento à ação penal (MATA, 2016).

Na prática, a persecução penal, isto é, a aplicação da lei e responsabilização dos responsáveis, conforme o Código de Processo Penal, inicia-se no momento seguinte à prática criminal, onde são colhidos os primeiros indícios e provas. A partir disso, se iniciaria, teoricamente, a investigação visando colher materialidade e buscar a autoria. A formalização inicia-se através do chamado Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), auto de prisão em flagrante delito ou, ainda, abertura de um inquérito policial, chamado “de ofício”.

Em seguida, gerado o Inquérito Policial (IP) – que, diga-se de passagem, não é obrigatório, portanto, dispensável, quando o titular da ação penal, em regra, o MP já tenha os elementos suficientes para o embasamento da denúncia – encaminha-se ao Poder Judiciário (Estado-Juiz), que, por sua vez, submete-o ao Ministério Público para o oferecimento da “denúncia” contra o acusado do cometimento da infração. Com isso, inicia-se o devido processo legal (“*due process of law*”). Este processo encerra-se com a absolvição ou condenação do réu. Transitada em julgada, ou seja, quando não mais couber recurso, a sentença penal deverá ser cumprida no sistema penitenciário, ou consoante a previsão na sentença, no caso de crimes de menor potencial ofensivo e de situações especiais previstas em lei. (BRASIL, 2022)

Em sua tese, Trevisanauto (2018) mostra que, no modelo atual, a polícia ostensiva inicia uma ocorrência, e, em determinado momento, passa esse trabalho à Polícia Judiciária. A partir

daí, a Polícia Judiciária investigará a prática do delito. Nesses moldes, fica latente a burocracia desnecessária, tornando o processo caro e ineficiente.

A polícia judiciária é um órgão da segurança do Estado que tem como principal função apurar as infrações penais e sua autoria por meio da investigação policial, que é um procedimento administrativo com característica inquisitiva, servindo, em regra, de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal de iniciativa pública. O autor também lembra que, ao chegar no local de crime, o policial, com sua perícia, colhe informações as quais nem sempre conseguirá transpor para o papel. Dessa maneira, a continuidade do recolhimento de provas fica comprometida pela limitação da atuação. As principais consequências de um modelo assim burocrático e lento, para Trevisanauto, são: ineficiência, custo elevado e desnecessário, demora na resposta a sociedade vítima da criminalidade, impunidade e sensação de insegurança. (Trevisanauto, 2018).

Sendo assim, qualquer ato que possa ser interpretado como investigativo, e não meramente recolhimento de indícios locais, é de competência da Polícia Judiciária, podendo ser caso de nulidade – e até de abuso de autoridade, se cometido pela Polícia Ostensiva. Por sua vez, a Polícia Judiciária, ao receber as informações do cometimento de um crime, já perdeu o *time*. É importante destacar que o tempo é crucial para a manutenção e qualidade dos indícios.

Ressalta-se que no Brasil as atribuições de polícia judiciária são da competência das Polícias Cíveis das 27 unidades da federação (Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal) e da Polícia Federal, segundo os parágrafos 4º e 1º, do artigo 144, da Constituição Federal de 1988²¹.

É oportuno citar que conforme a doutrina as funções de polícia estão divididas em duas outras, as polícias administrativas e a polícia judiciária. A primeira, pode ser entendida como sendo uma polícia preventiva, atuando para evitar atos lesivos à sociedade. Com base nos ensinamentos de Capez (2012, p.111) que aduz: a polícia administrativa tem “caráter preventivo; objetiva impedir a prática de atos lesivos a bens individuais e coletivos; atua com grande discricionariedade, independentemente de autorização judicial”. Já em relação à polícia judiciária pode ser entendida como a “polícia que age, em regra, de forma repressiva, em outras palavras, age após a ocorrência de uma infração penal”. Seu objetivo central é uma vez praticada uma infração penal, juntar, colher elementos relativos à materialidade, bem como a autoria do crime. (Capes, 2012, p.111)

Na concepção de Lima (2014, p. 174) a polícia judiciária tem como função o caráter repressivo, auxiliando o Poder Judiciário. Sua atuação ocorre depois da prática de uma infração penal e tem como objetivo precípuo colher elementos de informação relativos à materialidade e à autoria do delito, propiciando que o titular da ação penal possa dar início à persecução penal em juízo.

Sendo assim, é fato que a polícia judiciária tem um papel importante no auxílio ao poder judiciário, pois angaria elementos de provas de uma prática delituosa, bem como a autoria delitiva. Portanto, todas as informações coletadas pela polícia judiciária são essenciais para que o órgão acusador do Estado promova a responsabilidade penal da pessoa do infrator.

Como leciona Giulian (1998) *apud* Silva Júnior (2015), o Ciclo Completo de Polícia compreende tanto a prevenção e a manutenção quanto a restauração da Ordem Pública, ou seja, desde o início do delito, passando pela sua prisão, seja pela Polícia Administrativa ou Judiciária, e sua apresentação à justiça e MP criminal, até a final e

21 Disponível em
<https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/competencias>.
Acesso 20/12/22

justa absolvição ou condenação, finalizando no sistema penitenciário.

Portanto, no Ciclo Completo, as Polícias Militares – além da Polícia Rodoviária Federal e Ferroviária Federal, também passariam a ser competentes para atuar na prevenção, repressão e, subsequentemente, no registro do caso e remessa ao Poder Judiciário, sem a necessidade de intermediação das Polícias Judiciárias, como ocorre hoje. (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 6).

Nessa esteira, Santos Junior (2011, p. 2) esclarece que “[...] o ciclo completo de polícia apresenta-se como uma alternativa viável para compor um projeto voltado à economicidade, à geração de sinergias positivas e à adoção de maior amplitude de atuação para o atendimento de serviços mais adequados às demandas sociais”.

Com a adoção do Ciclo Completo de Polícia, a instituição policial que der início à ocorrência deverá concluí-la, remetendo o processo ao Poder Judiciário. Desse modo, como assevera Ribeiro (2016, p.37), “o ciclo completo de polícia se impõe como medida de eficiência. E eficiência é um dos princípios constitucionais da administração pública”.

O mesmo autor argumenta em favor do Ciclo Completo de Polícia ao ressaltar o princípio da eficiência como benefício adquirido com tal modelo, e acrescenta algumas das vantagens de sua adoção:

(1) redução do tempo perdido com deslocamento e espera em delegacias, com o consequente aumento da capacidade de prevenção através da presença ostensiva e do aumento da capacidade de investigação pela Polícia Judiciária; (2) não jogar no lixo as elucidações de crimes já realizadas pelas polícias ostensivas, que, por falta da competência legal de investigar, são obrigadas a descartarem informações concretas sobre autoria e materialidade, que poderiam instrumentalizar o Poder Judiciário e o Ministério Público, mas que, se oferecidas, serão processadas por usurpação de função. (RIBEIRO, 2016, p. 37-38)

Na América Latina, somente o Brasil não adotou a Polícia de Ciclo Completo. Um ponto

imprescindível a se destacar é que as Polícias de Ciclo Completo possuem uma taxa superior a 80% na elucidação de crimes. Já no Brasil, com o modelo atual, a taxa de elucidação de crimes encontra-se abaixo de 8%. (Silva, 2018).

2.1.1 Aspecto legal para a implantação do ciclo completo

A Constituição Federal, no *caput* do artigo 144, elenca taxativamente quais são os órgãos policiais. Ela dispõe e limita as atribuições de cada órgão policial, impedindo, assim, que leis infraconstitucionais atribuam competências divergentes daquelas previstas na Carta Magna.

Diante disso, tem-se um impeditivo legal para a implantação do Ciclo Completo de Polícia. Para ocorrer a implementação, portanto, precisa ocorrer uma mudança mediante as chamadas Emendas Constitucionais (EC's).

A aprovação de uma Emenda Constitucional passa por um processo rígido e difícil, logo qualquer mudança surge de uma vontade política verdadeira de mudança. Um tema como esse pode soar como matéria antipática ao capital político. Esse nível de discussão envolve interesse de várias categorias e no Brasil, ninguém parece querer ceder ou perder espaço. O Congresso brasileiro é composto por representatividades, nele, há as bancadas dos agricultores, dos evangélicos, dos militares, dos policiais civis, entre outras. Dessa forma, os interesses divergem conforme os enfoques defendidos, o que torna cada vez mais difícil a chegada a um denominador comum que possibilite as mudanças necessárias. (EMENDA CONSTITUCIONAL, 2023)²².

²² Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/destaque-noticia/congresso-nacional-promulga-a-emenda-constitucional-da-reforma-tributaria-em-sessao-solene#:~:text=Bras%C3%ADlia%20%E2%80%93%20As%20mesas%20do%20Senado,o%20novo%20sistema%20tribut%C3%A1rio%20nacional. Acesso 22/11/2022>

2.1.2 Polícia administrativa x polícia judiciária

O modelo que ora utiliza-se no Brasil é marcado pela burocracia, pelo formalismo, pela morosidade e pela ineficiência em detrimento da investigação criminal. Uma das consequências disso traduz-se no alto custo, financeiro e temporal. A quem interessa, portanto, a manutenção desse modelo? Parece interessar aos gestores dos órgãos, que, baseados no corporativismo exacerbado, enxergam apenas o seu “quadrado” e não o todo que inclui a problemática.

Por outro lado, há o desinteresse, ou falta de conhecimento, dos parlamentares, aos quais cabe a discussão acerca desse tema. É antes de tudo uma quebra de paradigma, logo é preciso coragem para se contrapor a interesses de determinadas classes de servidores públicos. Mas, não se pode esquecer que o interesse público deve, sempre, se sobrepor ao interesse pessoal.

2.1.3 Modelos de ciclo completo de polícia

Segundo os modelos existentes nos demais países, existe uma diversidade de formas e modelos de Ciclo Completo. No caso específico do Brasil, que é um país continental, com realidades, culturas e espaços diferentes, é preciso analisá-los com cautela, pois, diante dessa diversidade de realidades, nem sempre o que se aplica a um estado será possível aplicar a outro. Diante desse contexto, apresentam-se as três formas de implantar o Ciclo Completo. (SAPORI, 2016).

2.1.3.1 Ciclo completo por grupo de crime

Com o advento da Lei 9.099/95, foi criado o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), cujo objetivo é simplificar as formalidades processuais, acelerando a apuração dos delitos chamados de Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo. O TCO possui um rito próprio, que

alguns denominam sumário. Ele é baseado na simplicidade, na oralidade, na economia processual, na informalidade e na celeridade, a fim de, com isso, prever, quando possível, a reparação dos danos e a aplicação das chamadas penas alternativas, evitando as penas privativas de liberdade (Art. 62 da Lei 9.099/95). (BRASIL, 2022).

No cenário atual, mesmo a Polícia Judiciária se contrapondo judicialmente, o Poder Judiciário tem se posicionado a favor da lavratura do TCO pelas Polícias Militares e pela Polícia Rodoviária Federal, ambas Polícias Administrativas, que, em tese, não teriam competência para a lavratura deste ato que dá ensejo à persecução penal. Essa discussão surge a partir do termo “autoridade policial” prevista no Art. 69 da Lei 9.099/95.

Considerando tal contexto, Silva Júnior, (2015, p.82-83) afirma que:

[...] a predominância da opção de um “ciclo completo de polícia” restrito ao registro das infrações penais de menor potencial ofensivo, por Termos Circunstanciados de Ocorrência” [...] pela PM, apesar de ser o conceito mais restritivo e incompleto do ciclo completo de polícia, esse modelo: “não implica usurpação de atribuições das polícias civis, evitando desgaste político-institucional na contramão do processo de integração das forças policiais, não afasta o policial militar das ruas, burocratiza minimamente seu trabalho e dispensa alteração do texto constitucional [...]”.

O entendimento majoritário defende a tese de que o termo “autoridade policial” não se limita à figura do delegado de polícia, e que pode se referir também aos policiais investidos legalmente na função policial. Assim, a lavratura do TCO não se limitaria à Polícia Judiciária (PC e PF), mas estender-se-ia às Polícias Administrativas, que hoje já lavram TCO em vários estados.

2.1.3.2 Ciclo completo por áreas geográficas ou circunscrição

Outra possibilidade de Ciclo Completo de Polícia seria os propostos nas PEC's 431/2014,

89/2015 e 127/2015, que defendem a ampliação das competências de todos os órgãos policiais, permitindo, assim, exercer todo o Ciclo Completo Policial. Nesse caso, as polícias, administrativa e Judiciária teriam funções ostensiva e judiciária. (BRASIL, 2022).

Esse modelo tem como principal vantagem o fato de não haver a necessidade de mudanças estruturais, culturais e organizacionais, uma vez que não ocorreria uma unificação, mas uma extensão de atribuições.

2.1.3.3 Unificação das polícias

Há também, conforme as PEC's 430/2009, PEC 432/2009, PEC 361/2013, PEC 51/2013, PEC 321/2013 e PEC 423/14, o projeto de unificação das polícias, militar e civil, de cada estado, criando-se um único órgão de polícia no estado. Nesse caso, cada polícia faria os dois trabalhos: preventivo e investigativo.

Um ponto a ser amadurecido nesse modelo, de acordo com Saporì (2016, p. 54), seria o caráter civil ou militar dessa nova polícia. Consoante o autor, haveria duas formas: "(1) a Constituição já estabelece *a priori* essa dimensão; (2) a Constituição delega a cada Unidade da federação a prerrogativa da definição." Atualmente, discute-se muito a desmilitarização da Polícia Militar, o que cresce a tese da criação de uma polícia única com caráter civil.

Ao nível de União, ocorreria a unificação da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, mantendo atuação nas áreas de interesse da União, de forma setORIZADA, um trabalho preventivo e outro investigativo. Para Rosa (2012), porém, ao invés de unificar as polícias nos estados e Distrito Federal, seria necessário apenas estabelecer a competência em razão da matéria para cada órgão policial.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Quanto à finalidade, a metodologia utilizada para a construção deste estudo foi a da pesquisa pura. Conforme Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.26), esta pesquisa "[...] objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais".

Em relação aos objetivos, a pesquisa ora apresentada é descritiva e bibliográfica. Esse tipo de pesquisa, por sua vez:

[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.25).

No caso específico do presente estudo, utilizou-se, como fonte primária, documentos de domínio público. Outro enfoque foi a análise da legislação, em especial de Projetos de Emendas Constitucionais referentes ao tema discutido. Como assevera Rondo Filho e Sandes (2023, p. 198) "o pesquisador deve ter o cuidado com a credibilidade das fontes e confiabilidade da fonte e assim interpretá-los de maneira coerente [...]"

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), às pesquisas exploratórias realizam-se ao ter a finalidade de trazer mais informações sobre determinado assunto, permitindo, desta forma, sua definição, ou seja, ela visa facilitar a determinação de um tema da pesquisa ou desenvolver um novo ponto de vista acerca de determinado assunto.

Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa, pois tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda, fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Para Kauark, Manhães, Medeiros (2010, p. 20): “o método científico surgiu como uma tentativa de organizar o pensamento para se chegar ao meio mais adequado de conhecer e controlar a natureza”. O método deste estudo foi dedutivo, um tipo de estrutura de raciocínio lógico que, para chegar a uma conclusão específica, utiliza uma ideia generalista. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, o Congresso Nacional/CN discute diversas propostas que visam reorganizar a polícia e reestruturar suas atividades, para que a segurança pública alcance um patamar mais eficaz. Assim, um dos temas que merece ser discutido ao considerar tal questão é o debate na esfera legislativa e na mídia nacional, bem como em diversos outros segmentos da sociedade civil, quanto à unificação da Corporação brasileira de Polícia Civil e Militar.

Nos últimos anos, como dito, o Congresso Nacional vem discutindo uma série de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) visando integrar ainda mais essas duas atividades, racionalizando, econômica e eficientemente, as atividades de apoio administrativo e até mesmo a unificação das polícias. Como exemplos de tais itens têm-se as PECs: 430/2009, 432/2009, 102/2011, 51/2013, 431/2014, 423/2014 e PEC 127/2015.

Candido (2019) entende que, como as atribuições da polícia brasileira estão definidas na Constituição Federal, a mudança do Ciclo Policial de fragmentado para pleno depende da alteração do texto constitucional. Atualmente, o país está lidando com algumas PECs importantes nesse sentido, são elas: PEC 102/2011, PEC 51/2013 e PEC 423/2014.

A PEC 102/2011 define que a Polícia Militar será o único órgão a realizar as diligências necessárias em uma investigação, levantando dúvidas sobre o poder investigativo do setor

público, que muitas vezes precisa utilizar esforços investigativos para que as próprias questões levantadas à apreciação sejam devidamente abordadas. (CANDIDO, 2019).

Nesse íterim, Jacondino (2017, p. 133), a respeito da PEC 102/2011, esclarece que tal dispositivo daria poderes aos estados do Brasil para desmilitarizar as polícias, unificando os diferentes órgãos em uma operação completa, porém, “[...]. Não especifica como tais reformas devem ser implementadas, e pelo programa não é obrigatório, pois os estados podem adotar de acordo com seu entendimento, necessidade e conveniência”. Fica claro, portanto, que a PEC 102/2011 deixa lacunas sobre como será a harmonização, o planejamento necessário, o cronograma, as medidas a serem tomadas e muitas outras definições, sob pena de comprometer o sucesso da harmonização.

Ainda para Jacondino (2017), um país poderia estabelecer uma polícia municipal em suas maiores cidades, voltada para crimes menos agressivos; uma polícia estadual dedicada à prevenção e investigação de outros tipos de crime, exceto onde não há polícia municipal; uma polícia organizadora do crime.

Na PEC 51/2013, o Ciclo Completo é definido no art. 144-A, como segue:

Art. 144-A. A segurança pública será assegurada por polícias e bombeiros nos estados, distritos federais e municípios. § 1º Cada órgão policial deve ser organizado segundo um ciclo completo, com responsabilidade cumulativa pelas atribuições principais, preventivas, investigativas e persecutórias criminais (BRASIL, PEC 51/2013, 2021, s/p).

Segundo Munhoz (2018), existem argumentos importantes contra a PEC 51/2013, como o descontrole causado pela desmilitarização da polícia, que pode causar maior caos público do que se acredita atualmente. Pessoas inadmissíveis e passíveis de punição no âmbito militar podem criar situações de abuso de extrema gravidade, que violam os direitos humanos dos cidadãos.

Há também a opinião de que a referida PEC, ao preconizar a integração entre militares e policiais, deixou de levar em conta questões práticas, como as diferenças significativas entre ambas, que podem se tornar obstáculos aos resultados almejados. O problema é coordenar esses diferentes cargos em um mesmo órgão, sem que esses policiais percam o processo de desenvolvimento de carreira que já conquistaram dentro da polícia (MUNHOZ, 2018).

Diante do exposto, evidencia-se que as polícias judiciárias exercem um importante papel dentro da investigação criminal na busca estatal de repressão ao crime. Porém, a ausência de um regime jurídico único do Brasil, que possa orientar e definir as diretrizes pilares da repressão ao crime, tornam na prática das atribuições colidentes, fazendo com que existam conflitos na atuação policial.

Por outro lado, Candido (2019) aponta que alguns países do mundo conseguem coordenar diferentes forças policiais, com filiações específicas; embora, no âmbito de suas operações, operem em Ciclos Completos, evitando a possibilidade de comprometer as investigações da fragmentação. No entanto, argumenta-se que a PEC 51 é a apresentação mais completa até o momento, visto que ela mantém o necessário respeito à autonomia dos estados, apesar de sua decisão de adotar um modelo de policiamento civil de Ciclo Completo, dando ao mesmo órgão atribuições ostensivas e de policiamento investigativo. Dessa forma, a natureza militar da polícia é eliminada e uma única profissão é formada, aumentando a equidade entre os profissionais das duas forças.

Candido (2019) afirma ainda que alguns autores colocam a PEC 51 como a proposta mais plausível, pois ela divide a responsabilidade pela segurança pública entre as secretarias, inclusive, levando os municípios a serem mais atuantes nesse sentido. Embora os dados apresentados mostrem que existem pontos de vista positivos e negativos em relação à PEC acima, das PECs existentes, ela

pode ser considerada a mais completa e melhor informada dos processos necessários para alcançar sua implementação completa e eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se entender a viabilidade de implantação de uma força policial de Ciclo Completo no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na literatura existente sobre o tema. Tal investigação mostrou que esta é uma medida viável, desde que as instituições e atividades sejam reorganizadas, para que os policiais não sejam prejudicados e não percam direitos, o que, caso ocorresse, feriria consideravelmente os direitos e a Constituição Federal.

Assim, a pergunta de pesquisa foi respondida no tocante qual relevância do Ciclo Completo de polícia e sua possível aplicação no Brasil? Pois, considerando o atual modelo adotado no Brasil, viu-se que este pode ser considerado ineficiente, já que apenas 8% dos crimes no país têm sido realmente solucionados. Uma possível explicação para este fato é a ocorrência de operações fragmentadas, onde ocorre a perda de detalhes factualmente relevantes devido a um policial iniciar a operação e outro continuá-la. Às vezes, a comunicação entre essas forças policiais pode não ser tão eficaz quanto necessária para que esses programas descentralizados sejam mais bem-sucedidos.

No Ciclo Policial Completo, todavia, essa fragmentação não ocorreria mais, posto que caberia à força policial que inicia o atendimento de casos de condutas ilícitas e ofensivas acompanhar sua progressão até o final do processo. A maioria dos países tem polícia de Ciclo Completo, não apenas uma força policial, mas forças policiais que operam em áreas específicas e realizam todas as fases de um incidente, investigação e julgamento do acusado.

Alguns autores defendem que, no Brasil, a solução é a unificação da força policial, restando apenas uma polícia para todo o ciclo. No entanto,

dada à discrepância entre o comportamento desses policiais e às dificuldades de relacionamento relatadas por muitos deles, alguns autores argumentam que essa unificação é improvável.

Além disso, verificou-se que, como a polícia tem seu papel descrito na Constituição Federal, ela só pode ser alterada por meio de emenda ao texto constitucional. Há várias PEC's em andamento para tal mudança, mas essa modificação não se concretizou, pois o debate sobre o tema ainda precisa ser aprofundado para encontrar a melhor solução para as circunstâncias específicas do país.

Por outro lado, existe uma grande preocupação sobre como as forças policiais serão integradas caso sejam unificadas. Em relação a isso, pelo que alguns autores têm defendido, pode-se dizer que o Ciclo Completo poderia ser adotado por cada polícia, cada uma atuando em circunstâncias específicas legalmente definidas, sem a necessidade de suas ações serem interrompidas para posteriormente serem continuadas por outros policiais.

Dito isto, neste estudo, acredita-se que, considerando a realidade brasileira, sobretudo, no que diz respeito à sua história, ao seu contexto econômico, social e cultural, o modelo mais apropriado seria o de diferentes polícias com Ciclo Completo em cada uma delas, tal como o modelo americano. Essa forma parece ser a mais viável porque a ela é dispensável a desmilitarização das Polícias Militares e/ou unificação policial.

No mais, acrescenta-se que, antes de qualquer ação transformadora nesse sentido, deve-se fazer uma avaliação aprofundada das realidades atuais, atentando para especificidades que não podem ser ignoradas. Portanto, é preciso buscar um plano bem pensado, assaz organizado. Sobretudo, é preciso considerar a preparação dos Oficiais para essa nova abordagem. Esse, sem dúvida, é um caminho possível para se começar o desenho de um sistema de segurança pública que, de fato, garanta máxima eficácia e melhores resultados aos cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, G. Firmino. **Ciclo completo de polícia como alternativa para a realização do princípio da eficiência**. Monografia e Bacharelado em Direito. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/9596/Pdf%20Graziela%20Firmino%20Alexandre.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12/12/2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10/12/2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm>; Acesso em: 06 dez. 2022.
- BRASIL. Código de Processo Penal. **Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2013**. Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114516>>; Acesso em: 06 dez. 2022.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2015**. Altera a Constituição Federal para dispor sobre a reforma do sistema de persecução penal e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1570777>>; Acesso em: 06 dez. 2022.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2011**. Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2011. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102919>>; Acesso em: 06 dez. 2022.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 127, de 2015**. Acrescenta dispositivos à Constituição Federal para permitir que a União defina normas gerais sobre segurança pública, cria o Conselho Nacional de Polícia, a ouvidoria de polícia, estabelece o ciclo completo da ação policial e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1713490>>; Acesso em: 06 dez. 2022.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 321, de 2013**. Altera o art. 144 da Constituição Federal, incluindo novos órgãos de segurança pública e dando providências correlatas. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=595169>>; Acesso em: 06 dez. 2022.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 361, de 2013**. Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para definir diretrizes sobre a carreira de policial federal. Brasília, DF: Senado Federal,

2013. Disponível em: <

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602998>>; Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 423, de 2014**. Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/621521>>; Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 430, de 2009**. Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2009. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=458500>>; Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 431, de 2014**. Acrescenta ao art. 144 da Constituição Federal parágrafo para ampliar a competência dos órgãos de segurança pública que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=643936>>; Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 432, de 2009**. Unifica as Polícias Cíveis e Militares dos Estados e do Distrito Federal; dispõe sobre a desmilitarização dos Corpos de Bombeiros; confere novas atribuições às Guardas Municipais; e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2009. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=459294>>; Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm>; Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>; Acesso em: 06 dez. 2022.

CANDIDO, F. R. A polícia militar de ciclo completo: um “choque de gestão” rumo à eficiência do sistema de Segurança Pública. **Unisanta Law and Social Science**. Santos, v. 8, n. 1, p. 95-101, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14279/1/tcc%20pronto.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOLDSTEIN, H. **Policiando uma sociedade livre**. USP, São Paulo, 2017.

JACONDINO, E.N. Democracia, segurança pública e educação policial militar: desafio colocado às polícias brasileiras. **Revista Eletrônica de Interações Sociais**, 1: 81-95, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/7200/4891>>; Acesso em: 06 dez. 2022.

KAUARK, F; MANHÃES F. C; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. – Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**. Rio de Janeiro: jus podivm, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MARCHI, W. R. de Almeida. **A segurança pública como direito fundamental e a reorganização da polícia civil paulista**. 2010. 144 f. Dissertação de Mestrado - Centro Universitário FIEO-UNIFIEO. Osasco. 2010. Disponível em: <http://www.unifieo.br/files/William_Ricardo.pdf>; Acesso em 06 dez. 2022.

MATA, W. R. da. **Ciclo Completo de Polícia no Brasil**. In: Simpósio, Faculdade ICESP. Brasília-DF. 2016. Disponível em: <http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/cc1ad9269b0e7cf...>; Acesso em: 06 dez 2022.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo** 33. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

MOREIRA NETO, D. de F. Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública: uma análise sistêmica. **Revista de informação legislativa**. Brasília, v. 25, n. 97. Senado Federal. p. 133-154. jan./mar. 1988. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496829>>; Acesso em: 06 dez. 2022.

MUNHOZ, C. **A (des)militarização das polícias militares e o uso de meios coercivos no Brasil**. Instituto Superior de Ciências policiais e segurança interna. Projeto de Investigação para a dissertação de mestrado em Ciências Policiais Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal. 2018. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24835/1/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20%20Cristiano%20Munhoz.pdf>. Acesso em: 13/12/2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. <https://www.academia.edu/36705797/PRODANOV_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico>. Acesso em: 16/03/2023

RIBEIRO, L. G. Polícia de Ciclo Completo, o passo necessário. **Revista brasileira de segurança pública**. São Paulo, v. 10, Suplemento Especial, p. 34-43, fev/mar. 2016. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/policia-de-ciclo-completoopasso-necessario/>> Acesso em: 06 dez 2022.

RONDON FILHO, E. B.; SANDES, W. Felizardo. Metodologia, métodos e tipos de pesquisa. In: Ciências policiais: conceito, objeto e método da investigação científica. Azor Lopes da Silva Júnior (org). São José Rio Preto/SP: HN, 2023, p.139/239.

ROMANELLI, B. M. B. O que é feito dos jovens? Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional. 233f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30049>. Acesso 15/11/2022

ROMANELLI, B. M. B. **O que é feito dos jovens?** Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional. 233f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação).- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SANTOS JÚNIOR, A. A. dos FORMEHL, K. C.; PICCOLI, D. L. O Ciclo Completo de Polícia do Brasil. **Revista de Antropologia Experimental**. Portugal, n. 11, Texto 1, p. 1-10, 2011. ISSN: 1578-4282. Disponível em:

< http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/ccsnoticias2/ART_ccsnoticias2_2015_09_25_172649_ciclo_c...; Acesso em: 04 dez. 2022.

SAPORI, L. F.. Como implantar o ciclo completo de polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 10, Suplemento Especial, p.50-58, Fev/Mar 2016. Disponível em <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/604>. Acesso 10/03/23

SILVA, R. Carvalho da. O conceito odioso" de "ordem pública "para a efetivação do direito fundamental à segurança: uma análise comparada no constitucionalismo luso-brasileiro. 2011. **I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE CRÍTICA DO DIREITO-UENP**. Disponível em: <<http://eventos.uenp.edu.br/sid/publicacao/resumos/3.pdf>>; Acesso em: 06 dez. 2023.

SILVA JÚNIOR, A. L. da. Modelos policiais e risco Brasil: proposta de revisão de paradigmas no sistema de segurança pública pela adoção da teoria do “ciclo completo de polícia”. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Ano 2015, Ed. 15, maio 2015, ISSN 1983-2192. Disponível em: <C:/Users/user/Downloads/labeditorial,+5044-Texto+do+artigo-16431-1-10-20150530.pdf / > Acesso em: 06 dez 2022.

TREVISANAUTO, Oilson. **Implantação do Ciclo Completo de Polícia no Brasil:**

Um estudo sobre qual modelo policial adotar. 2018. Disponível em: <

https://trevisanuto.jusbrasil.com.br/artigos/617551503/implantacao-do-ciclo-completo-de-policia-no-brasil#_ftn8>; Acesso em: 04 dez. 2022.

EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO EM ESPAÇOS PRISIONAIS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE MACAU/RN

Alcinéia Rodrigues dos Santos²³

RESUMO: A proposta deste estudo é apresentar considerações sobre importância da educação em espaços de privação de liberdade que vem se desenvolvendo no Rio Grande do Norte. Nossa tentativa recai sobre espaços prisionais para cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto e aberto e que oferecem a educação, observando a mecanismo de ressocialização e sua influência para egressos do sistema penitenciário. Ressaltando a diferença conceitual entre educação no cárcere, educação do cárcere, e espaço prisional, traçaremos considerações sobre as relações históricas entre sociedade, prisão, sistema carcerário brasileiro e educação. Entendendo a escola como um meio de comunicação e interação, pretendemos verificar como a educação no cárcere reflete no processo de escolarização, formação e qualificação de pessoas temporariamente encarceradas, e como isso se conjectura no momento em que esse indivíduo volta ao convívio social. Assim, ambicionamos refletir com as especificidades do sistema prisional, trazendo à luz os efeitos da educação nesse contexto, observando se de fato a educação oferecida aos aprisionados é, ou não, importante para o processo de reintegração social. Desse modo, investigaremos se a educação proporcionada aos detentos pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos de fato se constitui como alternativa de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho e quais as implicações desse processo educativo. Diante dessas premissas escolhemos como locus de pesquisa a APAC de Macau/RN para a realização deste estudo.

Palavras-chave: APAC MACAU/RN. Reinserção Social. Educação. Sistema Prisional

TITLE MUST BE CENTERED IN CAPITAL LETTERS, BOLD, SIZE 12: SUBTITLE WITH SAME RULES EXCEPT BOLD

ABSTRACT: The abstract must be meaningful, composed of a sequence of concise, affirmative sentences, not an enumeration of topics. Must not contain quotes. Must use the verb in the active voice and in the third person singular. The abstract text must be typed, in a single block, without paragraph space. The line spacing is simple and the font size is 11. Below the abstract, inform the keywords (significant words or expressions taken from the text) It must contain 150 to 300 words). The texts must be presented in Portuguese (BR) or in a foreign language (English, French or Spanish). In the case of text in Portuguese, the title and abstract must be in the same language as the text, and the title, abstract, keywords in English must also be presented next. Texts in a foreign language (English, Spanish and French) must present the title, abstract and keywords in Portuguese. Abstract translated into other languages, in this case, English. It follows the format of the summary done in the vernacular language. The translated keywords, foreign language version, are placed below the text preceded by the expression “Keywords”, separated by a period.

Keywords: Keyword A. Keyword B. Keyword C.

Recebido em 07 de setembro de 2022

Aprovado em 19 de dezembro de 2023

23 Doutora em História (UFG), Policial Penal do Estado de Rio Grande do Norte, Especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase no Sistema Prisional. (IFESP). Chefe do Departamento de Promoção à Cidadania da SEAP/RN.; <http://lattes.cnpq.br/8553980821234163>. E-mail: aneia@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

Para discutir o tema proposto neste projeto – *Educação em espaços prisionais* –, se fez um necessário recorte temático. Optamos pela investigação de alguns aspectos que envolvem a discussão acerca da importância da educação como mecanismo de ressocialização para os egressos do sistema penitenciário. Ultimamente esse tema tem suscitado muitos diálogos junto à população acadêmica e social. Entende-se, contudo, que essa é uma questão que deve ser estudada de forma racional e cautelosa. Nesse sentido, busca-se, no transcurso desta escrita, uma fundamentação teórica para alicerçar argumentos acerca do tema.

Acredita-se que o tema educação prisional têm abordagens próprias, não podendo, entretanto, ser pensada de modo universal. O significado de educação em ambientes de privação de liberdade está permeado por complexas concepções e que hoje se conectam aos mais variados contextos, nomeadamente de ordem cultural, social, político e econômico definidos fundamentalmente segundo percepções de cada sociedade. Partido dessas premissas, tem-se como meta fazer um estudo sobre o tema, levando em consideração a questão da ressocialização levada a cabo a partir da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente pensada no espaço prisional, envolvendo apenas do regime fechado e aqueles que cumprem pena em regime semiaberto e que passaram pelo programa de ensino na unidade prisional, o que traz à tona a discussão acerca das políticas públicas que contemplem a “*educação escolar entre as grades*”²⁴.

Escolheu-se, assim, a educação prisional como tema básico dessa investigação, considerando e observando a necessidade de uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo,

esta última com entrevistas fechadas e semiestruturadas onde buscaremos obter a opinião de pessoas relacionadas. Do mesmo modo, como forma de precisar o objeto de investigação, este estudo observa o conceito espaço-presídio, do espaço-educação entre as grades, bem como, as implicações que a educação ocupa na mente do sujeito aprisionado.

Para o alcance dos objetivos, levantamos as seguintes indagações: “como as práticas educacionais em espaços prisionais, influenciam o processo de reabilitação e ressocialização de detentos, promovendo a reinserção na sociedade?”; qual a ideia que os recuperandos têm de Educação e Educação na APAC?

Baseado nessas expectativas e como forma de materializar o estudo, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a importância do acesso à educação ao reeducando durante o cumprimento da pena como mecanismo de ressocialização quando egressos do sistema penitenciário. Os objetivos específicos foram pontuados como forma de melhor aclarar as questões de pesquisa. Nesse sentido, optou-se por: avaliar os processos de educação dentro do sistema prisional, com os privados de liberdade que se encontram em regime fechado; contextualizar a educação inclusiva no sistema prisional, bem como verificar como as práticas educacionais em espaços prisionais contribuem para reinserção social.

O texto está dividido em cinco partes. Na primeira parte, considerou-se pertinente uma breve introdução ao tema do estudo, fornecendo o contexto escolhido para a pesquisa, seguida de algumas ideias e conceitos sobre a essência do trabalho, utilizando-se da teoria de autores como Onfre, Dias e Wacquant em seu contexto histórico e educacional. Na segunda parte, à luz de autores como Ottoboni e Goffaman explanamos algumas ideias sobre sistema prisional e método APAC, especificamente observando-o como uma abordagem alternativa ao sistema prisional tradicional, que busca a recuperação e a ressocialização de privados de liberdade de uma

24 Termo tomado de empréstimo da pesquisadora Elenice Maria Cammarosano Onofre. Cf. ONOFRE, *Elenice Maria Cammarosano* (Org.). *Educação escolar entre as grades*. São. Carlos: Edufscar, 2007.

maneira diferente da prisão convencional. Na terceira parte, deste artigo discorreremos sobre os aspectos teóricos metodológicos utilizados como instrumentos de pesquisa. Na seção de análises dos resultados, buscando responder às nossas indagações iniciais, apresentaremos um panorama acerca de como o estudo se desenvolveu e suas principais conclusões. Em seguida, trouxemos algumas considerações finais a fim de esclarecer ao leitor sobre o que o estudo nos revelou, sendo possível inferir que a participação em atividades educacionais está correlacionada com níveis mais baixos de reincidência criminal após a liberação. No entanto, as limitações logísticas, como falta de recursos e infraestrutura inadequada, representam desafios significativos para a eficácia desses programas.

2 A IDEIA DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Compreende-se por reeducação aquela educação que se tem mediante o aprendizado, sobretudo àqueles que não a tiveram na época devida. Do mesmo modo, o termo ressocialização implica em dizer de uma educação a partir de regras disciplinares, que busca a preparação do indivíduo para sua reinserção social. Partindo dessas premissas, nosso trabalho busca refletir com um assunto bastante delicado e que vem sendo discutido em âmbito social: a exclusão social. Aqui gostaríamos de conjecturar sobre a questão do indivíduo egresso do sistema prisional e suas dificuldades em torno de sua (re)inserção social. Mesmo com as ações governamentais preconizadas no campo da segurança e justiça e da cidadania que tem treinado profissionais, e as pesquisas acadêmicas em torno do tema, ainda muito se tem que discutir para que possamos melhor refletir e contribuir com a democratização do sistema criminal brasileiro.

Muitos autores procuram analisar esse fenômeno social fundamentados na teoria que tal postura é fruto dos reflexos deixados pela história

da educação no Brasil “tem a marca histórica de exclusão, consubstanciada pela enorme desigualdade social que grassa no país, desde a época de sua colonização até os dias atuais”.²⁵ As pesquisas têm mostrado que quando o indivíduo egresso do sistema prisional que não encontra apoio social, fica mais difícil sua volta ao mercado de trabalho. Em se tratando desse assunto Loïc Wacquant, no texto “o lugar da prisão na nova administração da pobreza” que investiga o sistema prisional estadunidense, observa que “para alguns dos recém-saídos de uma instituição carcerária, a intrincada malha da supervisão pós-correcional aumenta a pressão para a opção pela vida “do caminho certo” ancorada no trabalho, quando disponível”²⁶.

Observa-se que no contexto da exclusão, tem-se a violência como um elemento de preocupação, um tema complexo e interconectado. Muitos jovens que vivenciam situações de exclusão social, econômica e educacional têm maior probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos, como o crime. O sistema correcional, em sua tentativa de lidar com esses comportamentos, muitas vezes se concentra na punição em vez de abordar as raízes subjacentes da exclusão.

Nesse contexto, a análise se concentra em uma perspectiva superficial do fenômeno, sem considerar sua origem, os fatores e indicadores que o influenciam, seu percurso e os impactos sociais resultantes, o que ressalta um dos principais desafios enfrentados atualmente no sistema prisional brasileiro, relacionado à problemática da exclusão e da violência.

Nesse sentido,

²⁵ DIAS, Adelaide Alves. Da Educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: DIAS, Adelaide Alves (org.). Educação em direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos, p. 443.

²⁶ WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 80, Mar. 2008, p. 12.

Temos problemas hoje - problemas vividos. Daremos dois exemplos de problemas quase universais: a exclusão e a violência. E dois problemas fortemente associados. O jovem agressor, o jovem contraventor, tem que ser, de alguma forma, contido, porque ele pode lhe matar, quando ele lhe agride. Mas, é preciso que isso seja um gesto de educação. Ele precisa compreender que não queremos eliminá-lo, que queremos conquista-lo e conquista-lo através do diálogo. Acreditar que isso é possível já é um ponto de partida. Tem muita gente que já não acredita que isso é possível²⁷.

As reflexões do autor nos mostram uma realidade que vem sendo vivenciada em nosso país. Ex-presidiários que buscam um lugar na sociedade, contudo esta sociedade não permite a este individuo uma nova oportunidade para que ele possa resgatar sua autoestima e dignidade humana. Quando nos deparamos com essa realidade, nos questionamos: quando a sociedade exclui esses indivíduos, está ou não colaborando para que os mesmos voltem para o mundo do crime?

Em torno dessas reflexões observamos ainda as questões que dizem respeito ao acompanhamento que deveria ser dado ao ex-presidiário ou aquele cujo regime progrediu ao semiaberto, por uma equipe especializada, para que estes tenham a oportunidade de se ressocializar. Evidentemente que outras demandas também precisam ser analisadas, como é o caso da presença da família e da escola como instituições sociais de apoio.

Para se ter uma ideia das preocupações que envolvem da importância da educação para o processo de ressocialização, realizamos entrevistas com recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), Macau/RN, onde pudemos perceber essencialmente a importância do método *apaqueano*, no que diz respeito ao resgate da dignidade humana e a valorização da vida, condições que consideramos essências ao processo de reinserção social de egressos do sistema prisional. Foram entrevistados

10 recuperandos, sendo 06 do regime fechado e 04 recuperandos que cumprem pena em regime semiaberto. Essa escolha deu-se com a intenção de colhermos opiniões de recuperandos em dois grupos de análise. Nesse sentido, compreendemos que para comprovarmos a problemática inicial levantada, ou seja, observar se a educação ofertada aos presos é efetiva no processo de ressocialização, notadamente precisaríamos trabalhar com esses dois grupos de apreciação, a saber: os recuperandos que estão na prisão e que participam de atividades de ensino e aqueles que já saíram da prisão e que durante o período de cumprimento da pena participaram de ações educativas.

As entrevistas ocorreram durante uma visita à APAC, em junho de 2014, quando nos apresentamos como pesquisadores e solicitamos a colaboração dos recuperandos²⁸. O roteiro era organizado com questões objetivas, sendo, no entanto, permitido ao informante expressar sua opinião caso sentisse desejo, e, do mesmo modo, que este poderia silenciar diante da questão. Além disso, embora se buscasse respostas objetivas, percebemos que se elas enriqueciam e se aprofundavam, à medida que os entrevistados se sentiam a vontade para falar das experiências vivenciadas dentro da APAC.

No momento das entrevistas, foram realizadas anotações em diários de campo, nas quais houve preocupação de enfatizar observações do cotidiano da APAC, o que nos forneceu material de consulta para análise dos dados. Sem dúvidas, esse foi um momento especial da elaboração deste estudo, na medida em que se perceberam relações importantes entre a vida humana e a vida social, e destas com o cotidiano da prisão.

Por meio de nossas conversas pudemos perceber que os recuperandos do regime convencional, que saem em liberdade condicional ou mesmo aqueles que já cumpriram a pena,

²⁷ Coleção Paulo Freire. *Op. Cit.* pags. 66-67.

²⁸ Adotarei este termo para as pessoas que estão privadas de liberdade, neste estudo-retalo.

infelizmente voltam ao mundo do crime. Essa reincidência dar-se pelo fato de que esses indivíduos não conseguem apoio social necessário à sua inserção social, conforme nos mostra Loïc Wacquant. Em se tratando do convívio dentro das unidades prisionais, esses indivíduos informam sobre as más condições das mesmas, além do abuso de poder por parte de alguns funcionários que compõem o sistema. As comparações foram evidenciando as diferenças entre as unidades prisionais convencionais e a APAC.

Desse modo, e corroborando com as ideias de Sykes (1999) observamos que é necessário perceber que, ao serem colocados na prisão, os condenados não precisam ser agredidos física ou mentalmente, pois eles ali estão como punição ao delito cometido, ou seja, para cumprimento de sua pena e não para serem punidos. Nossa pesquisa evidencia a importância do método de ressocialização *apaqueano*, que se alia ao método APAC e um de seus elementos que é a educação como forma de promoção da vida e da dignidade humana, sendo caracterizado pelo respeito.

2.1 APAC RN: MÉTODO DE ADMINISTRAÇÃO

Filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC)²⁹, a APAC da cidade de Macau, objeto deste relato, observa um método de valorização da dignidade humana, baseada em 12 elementos essenciais: a participação da Comunidade, o voluntariado, a ajuda mútua entre os recuperandos, o trabalho, a valorização humana, a religião e a importância de se fazer a

29 A Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC é Associação Civil de Direito Privado sem fins lucrativos que tem como principal objetivo a união e apoio das organizações afiliadas, além de prestar assistência às APACs internacionais. Adicionalmente, a FBAC desempenha um papel crucial ao orientar, supervisionar e garantir a aplicação eficaz da metodologia, oferecendo cursos e treinamentos destinados a funcionários, voluntários, indivíduos em processo de recuperação e autoridades, a fim de fortalecer as APACs já estabelecidas e promover a criação de novas APAC. Cf. <https://fbac.org.br/quem-somos/>

experiência de Deus, a Jornada de Libertação com Cristo, a família, a assistência jurídica, e o mérito do recuperando.

Conforme aponta Mário Ottoboni, idealizador do método, a APAC tem como filosofia “matar o criminoso e a salvar o homem”³⁰. Nesse sentido, a execução penal precisa dar condições a que seja excluída da personalidade do recuperando os fatores que alimentam o crime, oportunizando a sanção penal a meta de sepultar o crime e reparar o criminoso. Essas ideias são difundidas partindo do pressuposto que a valorização humana é fundamental. Assim, o cumprimento de todos esses elementos juntos formariam uma espécie de teia de relações que ajudariam na ressocialização do recuperando.

Em se tratando da participação da comunidade na efetivação das penas a Lei de Execução Penal, observa em seu artigo 4º, que “o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”³¹. Diante dessa prerrogativa o método *apaqueano* observa como fundamental a presença da comunidade para que se tenham bons resultados, pois a não participação da sociedade civil e o abandono por parte desta aos presos, segundo Ottoboni, seria o responsável pelo aumento da criminalidade. Desse modo, a comunidade é a grande responsável pelo trabalho na APAC, sendo executado por voluntários, observando sua aptidão e disponibilidade pessoal, sendo necessária prévia qualificação, além dos cursos de aperfeiçoamento e reciclagem.

Tendo como intenção de trabalho o resgate da dignidade humana, os *recuperandos* da APAC são estimulados a viver coletivamente, num espaço de ajuda mútua, desenvolvendo as relações afetivas, oportunizada por meio de técnicas de atividade em grupo, bem como Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS). Essa ideia

30 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?: método APAC**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 17.

31 BRASIL. Lei de Execução Penal. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**.

reforça o sentimento de coletividade, desenvolvendo no *recuperando* um ambiente de colaboração recíproca.

Conforme preconiza a Lei de Execuções Penais, em seu artigo 28, “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”³². O método *apaqueano*, no entanto, preconiza que somente o trabalho não é suficiente para recuperar o homem. Em razão disso, na APAC o *recuperando*, de acordo com seu regime de cumprimento de pena, estará no processo de preparação para seu retorno a sociedade, a saber, tendo sido observado as disposições seguintes: recuperando-se durante o cumprimento da pena em regime fechado, profissionalizando-se no período em que está no regime semiaberto e sendo inserido socialmente ao ser posto em liberdade.

Conforme já observamos, a valorização da pessoa humana da dignidade humana é elemento fundamental do método APAC. Para o método *apaqueano*, isso significa colocar o homem em evidência e recuperar sua autoimagem, o que passa necessariamente por conhecer quem é esse ser humano, seu nome e sua história. Dentro dessa perspectiva, a religião se apresenta como um fator essencial para reestabelecer à confiança do recuperando. Igualmente, a experiência com Deus não é suficiente para que o *recuperando* se desprenda dos elementos do crime e esteja preparado ao seu retorno à sociedade. É preciso, então, estabelecer um trabalho de espiritualidade que prime pela ética, e que seja empregado dentro de um contexto de propostas. Pensando dessa forma o método APAC preconiza a *Jornada de Libertação com Cristo*, um encontro religioso ecumênico, a partir do qual se promove um momento de reflexão e interiorização que se faz com os *recuperandos* e que se constitui o ponto alto da metodologia³³.

De acordo com o método APAC, a participação da família do *recuperando* é fundamental. A leitura feita pela APAC dessa presença familiar, no entanto, não se restringe ao direito do recuperando de receber visita de seus familiares. Mais que isso, a família é convidada a participar do processo da execução penal, compartilhando inclusive dos cursos, pois “quando a família se envolve e participa da metodologia, é a primeira a colaborar para que não haja rebeliões, fugas etc., ajudando a proteger a própria entidade e, como consequência, a população prisional”³⁴.

Diante dessa questão, observamos como fundamental a presença e participação familiar. Nosso estudo se fortalece quando observamos as falas dos entrevistados em torno da questão, pois de acordo com os *recuperandos* “ser abandonado pela família, ou mesmo não ter família ou passar vários anos sem receber uma visita, é difícil pensar em melhorar”³⁵. A fala do *recuperando* revela uma realidade presente no sistema prisional comum, que de certo modo não oportuniza a família a participação no processo de execução penal.

Aliado a essa ausência familiar, outra realidade torna a execução penal ainda mais difícil. Infelizmente grande parte população prisional não tem condições de contratar um advogado, por essa razão, o método APAC recomenda a criação de um órgão específico que possa assegurar questões relativas ao cumprimento da pena, especialmente no que diz respeito dos requisitos legais para obtenção de benefícios como, por exemplo, a progressão de regime. Nessa mesma linha de reflexão, o método APAC ainda preconiza a prestação de assistência médica, odontológica e outras de um modo humano e eficiente, preconizada por uma medicina preventiva.

Outro elemento importante a ser considerado no processo de execução penal e que é preconizado pelo método APAC, é o mérito do

32 BRASIL. Lei de Execução Penal. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.**

33 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?**. Op. Cit.: 85/86/98.

34 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?**. Op. Cit.: 88.

35 Fala de um recuperando – junho de 2014.

recuperando. A própria Lei de Execução Penal determina que ao preso que tenha méritos sejam dados os benefícios carcerários, entretanto, a garantia desse direito acaba por ser dada somente aqueles que não transgridem as normas internas, na maioria das vezes impostas de forma coercitiva³⁶. Do que se apresentou até agora, enquanto método de administração voltado para valorização das pessoas privadas de liberdade, pode-se deduzir que somente com a interligação desses 12 elementos, é que se consegue alcançar o sucesso na execução penal, o que pode se traduzir em redução e/ou prevenção não só da criminalidade, como também da reincidência.

Ao refletirmos sobre a atual realidade prisional percebemos que se torna urgente uma mudança de postura, sob pena de eternizar-se no fracasso a que se destina. Prevalece nas unidades prisionais uma ociosidade que não oferece ao condenado condições de retorno à sociedade. Desse modo, compreende-se que a educação precisam ser urgentemente inseridos no interior dos espaços prisionais, para que se oportunize ao preso o cumprimento de sua pena exercendo uma atividade laboral, evitando com isso, que este tempo seja utilizado para planejar rebeliões e fugas dos presídios. Daí a importância de promover atividades educativas e laboral, a fim de mostrar ao preso que ele tem a oportunidade de ressocialização, inclusive com garantia de inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito à escola na APAC, os *recuperandos* informam sobre a necessidade em aprender a ler e escrever, para os não alfabetizados, que são os mais frequentes, além da importância em conhecer e aperfeiçoar as atividades de leitura e ensino para aqueles que já são letrados. De acordo com os entrevistados, saber ler e escrever na prisão é essencial, especialmente porque isso se torna um veículo de comunicação com a família e os amigos. E em

relação à APAC, os *recuperandos* informam que aprender a ler para eles significou a oportunidade de conhecer o próprio método, além de poder acompanhar seus processos criminais. É o que nos revela um dos *recuperandos* em suas palavras quando ele nos informa que “o ensino na APAC é importante inclusive para que o recuperando possa conhecer, ler o próprio método. As atividades educativas também ajudam a melhorar a caligrafia e conhecer palavras novas³⁷”. Assim, percebemos a importância das atividades educativas no cárcere, que não só se torna uma ocupação, mas permite a oportunidade de se relacionarem com a vida social.

3 METODOLOGIA

No contexto deste artigo, a metodologia de pesquisa adotada envolveu o uso de entrevistas fechadas e semiestruturadas. Esse método foi escolhido devido à sua capacidade de coletar dados padronizados, quantificáveis e qualificáveis. Durante as entrevistas, os participantes responderam a um conjunto pré-determinado de perguntas, o que proporcionou uma abordagem sistemática e objetiva para a coleta de informações. Essa abordagem facilitou a comparação e análise dos dados de maneira eficiente, contribuindo para uma compreensão clara e direta das respostas dos entrevistados em relação aos tópicos de pesquisa definidos.

Com as entrevistas semiestruturadas foi possível uma análise mais flexível das questões em estudo, ao mesmo tempo em que possibilitou uma interação mais rica com os participantes, permitindo-lhes expressar suas perspectivas e experiências de maneira mais completa. As entrevistas semiestruturadas forneceram uma estrutura básica para as conversas, mas também permitiram a adaptação às respostas dos entrevistados, possibilitando a exploração de tópicos emergentes e a obtenção de *insights* valiosos para o estudo.

O estudo adotou uma abordagem interdisciplinar que integra técnicas demográficas e

36 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?**. Op. Cit.: 97.

37 Fala de um recuperando – junho de 2014.

sociológicas. Para isso, foram coletadas informações quantitativas através de entrevistas com privados de liberdade custodiados pela APAC, com o objetivo de aprofundar a compreensão de suas vivências. De acordo com as áreas de atividade humana, ou setores do conhecimento, o presente estudo se caracterizou como indisciplinar, uma vez que está fundamentalmente enraizado nas esferas das Ciências Humanas. Assim, adotou paradigmas analíticos derivados da fenomenologia e hermenêutica, enquanto utilizou-se de uma variedade de métodos investigativos para examinar um fenômeno específico.

Visando a ampliação da experiência do pesquisador; o estudo se reveste de uma abordagem descritiva. Com o objetivo de apresentar os fatos e fenômenos pesquisados de forma precisa, o estudo tem natureza exploratória e, por seu caráter de aprofundamento e compreensão da realidade, revelando as razões tanto objetivas quanto subjetivas relacionadas ao objeto de estudo ou à problemática, é considerado explicativo, por identificar os fatores que influenciam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos em análise.

A partir da definição da problemática e delimitação do estudo fez-se opção pela Dialética e Fenomenologia. Em Fundamentos de metodologia científica Aidil Jesus da Silveira Barros e Neide Aparecida de Souza Lehfeld discutem a perspectiva da Dialética, mostrando existe uma necessidade imperiosa de conhecermos realmente o objeto da pesquisa, investigando todos os seus aspectos, todas as suas ligações, mediações e contradições. É preciso se “considerar o objeto no seu desenvolvimento próprio, na sua transformação. Não há verdades abstratas, pois elas são sempre realidades concretas”³⁸.

38 BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 34.

No tocante à Fenomenologia, a pesquisa de Antônio Chizzotti, observa que essa doutrina faz o pesquisador ir além das aparências imediatas, pois acredita que para captar e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas, faz-se necessário transcender as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. Para os fenomenólogos a “pesquisa não pode ser o produto de um observador postado fora das significações que os indivíduos atribuem aos seus atos; deve, pelo contrário, ser o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas”³⁹.

Compreende-se, no entanto, que essa ciência é definida por sua proposta de compreensão representada pela intersubjetividade, descrevendo, compreender e interpretando os fenômenos que se apresentam à percepção, a partir de um método de percepção imediata dos fenômenos que constituem a vida social. À luz desse prisma, adotou-se a dialética e a fenomenologia como quadro de referência demonstrando a cientificidade dos dados colhidos e dos conhecimentos produzidos, como elementos essenciais ao desenvolvimento deste.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O sistema prisional, ao longo dos anos, tem sido objeto de inúmeras discussões e debates, com uma variedade de perspectivas que abordam desde a efetiva integração social do infrator até questões de justiça social. Em meio a esse cenário complexo, a educação prisional emerge como um tópico de crescente importância. A capacitação e a educação para pessoa privada de liberdade são vistas como ferramentas fundamentais para a redução da reincidência, a integração na sociedade e a promoção de um ambiente prisional mais seguro e humanitário. Neste contexto, esta

39 CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em Ciências humanas e Sociais. **Revista Portuguesa de Educação**. Año/vol. 16, número 002. Universidade do Minho Braga, Portugal, 1991, p. 80.

pesquisa se concentrou em um estudo abrangente sobre a educação prisional ofertado aos reeducando da APAC/RN, baseando-se em dados coletados a partir de entrevistas com os reeducandos. Os resultados aqui apresentados não apenas refletem o estado da educação prisional, mas também fornecem *insights* que podem servir para aprimorar o sistema e promover a efetiva ressocialização efetiva.

Neste texto, destacamos os desafios enfrentados para o acesso à educação prisional, os benefícios potenciais associados a ela e as implicações que esses resultados têm para o sistema prisional como um todo. Ao fazê-lo, buscou-se contribuir para uma compreensão mais abrangente da educação prisional e promover discussões construtivas sobre como melhorar a qualidade de vida dos detentos e a segurança pública como um todo.

Uma das questões que percebemos em nossa investigação é que, ao se falar de educação na prisão, os entrevistados conjecturam com uma questão que está além do letramento. A escola na prisão, para eles significa mais que aprender a ler e escrever. A educação se inscreve no âmbito do social e moral. Para eles a escola transcende os muros e sua leitura pressupõe outros entendimentos, sendo necessário que se compreenda como se constitui a sociedade. Educação para nossos entrevistados tem um sentido amplo, carregado por hábitos e valores sociais, que são construídas pelas experiências ao longo da vida. Isso se reflete quando um de nossos entrevistados observa que “a APAC é um lugar diferente, não há maus tratos e os presos têm apoio. Em um mês já é percebido mudança de comportamento. Antes pensava em fazer só coisas ruins e na APAC pensa em mudar de vida⁴⁰”.

A análise das respostas nos permite avaliar a atitude social em torno do tema/problema. Observe que o conceito pensado para a educação pelo entrevistado é aquele que engloba o nível

moral, o do respeito, da civilidade e da capacidade de socialização, o que, segundo suas palavras, podemos denotar ser negado ao condenado encarcerado no regime prisional comum. Nesse sentido, observamos que a escola ganha outra identidade, aquela do resgate da dignidade humana, uma tarefa que pode ser executada mesmo em espaços educativos de privação de liberdade. Ademais, e voltando ao pensamento de Gresham Sykes não podemos perceber o espaço da prisão como lugar de punição, pois este por si só já assim se representa, um ambiente onde os muros já simulam segregação e castigo.

Outra dificuldade em torno da ressocialização posta pelos entrevistados é aceitação social. Esses indivíduos carregam o estigma de marginais, que lhes acompanha por toda a vida, mesmo que já tenham cumprido a pena. Esse problema também é enfrentado pelos ressocializando egressos da APAC. Assim, ao serem questionados sobre o porquê da reincidência face às condições em que eles se encontram enquanto cumprem pena, os entrevistados pontuam as dificuldades para se conseguir um trabalho, principalmente pela falta de apoio de equipe especializada. Além disso, a sociedade não contribui com esse processo, uma vez que ainda não dá oportunidades a esse público trabalhador.

Nesta perspectiva temos as reflexões de um dos entrevistados, que observa como a sociedade reage no momento de contratar um indivíduo egresso do sistema prisional. Em sua opinião aponta que “a sociedade não ajuda, pois é difícil um empresário admitir quem está pagando pena, pois fui a três empregos, que estava pegando gente e quando souberam que era um apenado disseram que a vaga foi preenchida⁴¹”. É importante frisar que a fala desse entrevistado mostra a urgente necessidade de mudança em um comportamento social. Isso só pode ser feito através de uma educação social, tal qual aquela

40 Fala de um recuperando – junho de 2014.

41 Fala de um recuperando – entrevista - junho de 2014.

observada nas falas já analisadas, calcada numa compreensão da estrutura sócio-cultural e moral dessas pessoas, que pelas circunstâncias em que se encontra se configura com características especiais. Nesse caso, a Educação de Jovens Adultos, pode contribuir nessa compreensão, uma vez que está sendo entendida como modalidade de educação ressocializadora, pois como aponta Paulo Freire, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”⁴².

De acordo com as leituras feitas para a construção dessa investigação, percebemos que a sociedade exclui porque sente medo. Contudo, isso é resultado de um longo processo de exclusão social, resultante de um sistema penal sem o apoio do governo. O olhar de nossos entrevistados sobre o sistema de encarceramento atual é revelador de que muitos deles voltam ao mundo do crime devido a essa falta de apoio, apesar de que ainda existem aqueles, *os fortes* que apesar do sofrimento, lutam e conseguem vencer. É o caso de exemplos mencionados por eles, de *recuperandos apaqueanos* que com o apoio da família e amigos estão conseguindo ingressar no mercado de trabalho.

A análise das respostas nos permite avaliar a importância da família. Como pilar social, a família representa a mais importante célula de todos os grupos sociais, pois é nela onde encontramos a base inicial de toda a socialização. Nossa pesquisa evidenciou que a participação da família na recuperação do criminoso é de suma importância. É o que declara um de nossos entrevistados quando nos informa que “ser abandonado pela família, ou mesmo não ter família, passar vários anos sem receber uma visita, é difícil pensar em melhorar”⁴³.

A importância dessa participação familiar é observada pelo entrevistado, especialmente quando ele compara o período anterior de

encarceramento no sistema prisional comum em relação ao seu momento atual na APAC. É importante ressaltar que esse recuperando pontua que sua família não o visitava na unidade prisional anterior devido não visualizar mudança em seu comportamento, porém, ao chegar à APAC começou a mudar e passou a receber apoio da família e amigos.

Uma das questões que podemos avaliar diante dessa realidade é que a estrutura familiar é prejudicada pela a criminalidade. As relações com a delinquência impactam a família e certamente desarticula essa rede de relações. Assim, como somos seres que nascemos numa família, mesmo não estando na família, ou não nos identificando com ela, temos efetivamente, ou construímos nossas relações sociais a partir do contato que temos com a família. Logo, o que estrutura o indivíduo é a família, posto que ela seja a primeira grande rede social que dá sentido à vida da humana. Nesse sentido, observamos que a falta de contato com a família dificulta a possibilidade de ressocialização, pois quanto mais distante da família, maiores são as possibilidades de desvio.

É preciso, pois, que o estado, a sociedade e a comunidade se unam a família para que juntos possam construir oportunidade em prol da ressocialização, pois pensar a questão da inserção social é uma complexa tarefa, já que precisamos levar em consideração que se o indivíduo precisa se ressocializar, evidentemente é porque ele já perdeu as condições de viver em sociedade, tendo, portanto, perdido os vínculos familiares, de trabalho, e suas redes sociais. Nesse sentido, é fundamental ainda pensar sobre a questão da exclusão social pela qual é perpassado o processo de reinserção social. De acordo com nossos entrevistados, a proposta da APAC é bem vinda em suas vidas, pois passa pelo resgate da cidadania, além do resgate dos vínculos possíveis, como por exemplo, os familiares, de trabalho e espirituais, ou seja, os vínculos sociais importantes.

Uma das questões visualizadas em nossa pesquisa diz respeito ao trabalho. Nossa pesquisa

42 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 67.

43 Fala de um recuperando – junho de 2014.

foi realizada com *recuperandos* de regime fechado e do regime semiaberto. Os *recuperandos* do regime fechado desenvolvem atividades laborais – trabalhos artesanais e confecção de vassouras, na APAC, já aqueles que se encontra em regime semiaberto desenvolvem atividades durante o dia, retornando à noite para a unidade prisional. As atividades laborais também são vistas como uma forma de educação em ambientes prisionais. Todavia, nossos entrevistados revelam a falta de adesão social e do próprio sistema prisional, que não oferece trabalho aos internos. Infelizmente nossa sociedade ainda não está preparada para receber o egresso do sistema prisional. Nossos informantes apresentam ênfase ao mencionar a importância do trabalho nas unidades prisionais e notadamente percebemos o desejo de que se tenha um acompanhamento para sua reinserção social.

Os *recuperandos* pontuam a falta de apoio para aqueles que cumprem pena no regime semiaberto e/ou para aqueles que já cumpriram penas e precisam se reinserir socialmente. Esse sentimento é revelado quando um de nossos entrevistados nos informa que “em todos os lugares que compareci só preenchi uma ficha e mais nada, tive que me virar por conta própria”⁴⁴. Observa-se que a fala dos *recuperandos* revelam um desejo de reinserção social e no mercado de trabalho. Contudo, eles mesmos percebem que essa realidade ainda está no âmbito do discurso, contudo, não está livre da marca discriminatória que esses indivíduos carregam. Nas concepções de Erving Goffman⁴⁵, o estigma revela que a sociedade tem dificuldade de lidar com o diferente.

Esta dificuldade é “perpetuada”, ao longo das gerações, pela educação familiar, pela escola, pelos meios de comunicação de massa, por cada um de nós em nosso cotidiano, o que leva a construção de uma carreira moral para o indivíduo estigmatizado, isto é, sua identidade vai incorporar

este atributo ao qual corresponde um valor social negativo. Esses são atributos a facilmente reconhecíveis como carregados de um valor negativo para a maioria das pessoas e determinam, para o indivíduo, um destino de exclusão ou a perspectiva de reivindicação social pelo direito de ser bem tratado e ter oportunidades iguais.

Nesse sentido, observamos como necessária a ação do governo em torno de políticas que ofereçam cursos profissionalizantes de acordo com a competência de cada interno, uma vez que o potencial desses indivíduos pode ser aproveitado para a construção de sua própria realidade social. A cada ano que passa as unidades prisionais do sistema de encarceramento comum se tornam pequenas, pois os números de presos crescem. Paralelo ao aumento do contingente de presos cresce também o descaso com o sistema prisional parte dos governantes. Há também falta de interesse de implantar uma política pública, para que haja uma ressocialização dos privados de liberdade e de ajudá-los a (re)construir sua dignidade e cidadania.

Acreditamos que essas medidas dariam ao recuperando a certeza de que ele está incluso dentro de um processo que preze pelo resgate da dignidade humana. Percebemos, no entanto, que esse é longo processo, tão caro a sociedade quanto tem sido as discussões em torno do processo de ensino aprendizagem, que segundo Paulo Freire “é um processo no qual as pessoas vão se completando ao longo de sua vida, na verdade, o inacabamento do ser humano ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”⁴⁶. Acreditamos também que essa política deve abranger ainda os funcionários, para os quais deveria existir formação específica e qualificação em relação à postura a ser assumida diante do sistema, uma vez que aos presos apenas é restrito o direito da liberdade, não lhes sendo roubados os demais direitos fundamentais.

44 Fala de um recuperando – junho de 2014.

45 GOFFAMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª. edição, Rio de Janeiro: LTC, 1988.

46 Coleção Paulo Freire: Biografia, educação, legado, inspiração. Cedic, 1979, pag. 26.

A punição e a ressocialização, são duas finalidades visivelmente opostas, mas que, de acordo com a legislação deveria ser objetivadas em consonância uma a outra pelo Estado, quando se fixa e se apõe uma sanção penal. Quando fala sobre a *Execução Penal*, em obra publicada em 2004 pela editora Atlas, Julio Fabbrini Mirabete, observa que a “a pena, por sua natureza, é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade não é simplesmente prevenção, mas um misto de educação e correção”⁴⁷.

As reflexões de Mirabete estão claras; a pena deveria funcionar como um misto de educação e correção, especialmente levando em consideração que, como preconiza a LEP, que o indivíduo aprisionado deveria ser restrito de sua liberdade e não de seus demais direitos e garantias fundamentais, como, “naturalmente” ocorre no sistema prisional comum. Acontece que ao receber a sanção penal, ou mesmo quando é preso, o indivíduo é visto como objeto e não sujeito no curso da execução penal. Com isso sua personalidade humana é negligenciada, desconsiderando a ideia de ressocialização e limitando-se apenas a manter esse preso longe do convívio social.

Necessário, porém, seria que a pena fosse observada segundo as concepções pensadas por Michel Foucault, quando esse autor menciona que a prisão inicialmente teria sido concebida como “um instrumento de transformação dos indivíduos [...] desde o começo, a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna ou o hospital e agir com precisão sobre os indivíduos”⁴⁸. Nessa linha de raciocínio, as oportunidades dadas ao preso derivariam ser vistas não como recompensa ao cumprimento das regras estabelecidas pela unidade de encarceramento, mas como uma verificação de que o mesmo estaria de

fato, sendo transformado e submergindo sua personalidade criminógena.

Michel Foucault parece nos dizer que o ideal ao sistema prisional seria que este interligasse os princípios da educação com aqueles preconizados pela justiça. Um sistema que colocasse a valorização da humanescência como base de seus princípios, como é caso da APAC, e não só para com os presos, mas também à família, à vítima e aos responsáveis pela execução penal, aplicando esses princípios desde o momento em que fosse aplicada a pena.

Bem diferente é a atitude que presenciamos no sistema prisional hoje. Ali eles procuram entender o fenômeno pelo que ele realmente aparenta, não observando como ele é produzido, a energia que ele determina e o caminho que ele toma, além dos efeitos sociais que ele lança. Isso fica bem ilustrado quando observamos um dos maiores problemas vivenciados hoje no sistema prisional brasileiro e que diz respeito à questão da exclusão e da violência.

As análises em torno do sistema prisional brasileiro denotam um quadro de violência, rebeliões, tentativas de fugas, e o crescente problema da superlotação, aliado a precárias estruturas físicas para o cumprimento das penas. Esses elementos permitem a sociedade olhar para o sistema com uma visão negativa. As más condições de trabalho, a falta de políticas governamentais que primem por um processo de profissionalização e ressocialização transforma o nosso sistema prisional em alvos de discussões e críticas, evidenciando sua impossibilidade de promover a reintegração do detento à sociedade.

Percebemos que o Estado ao tomar sob custódia os indivíduos em conflito com a lei, não consegue garantir o retorno desse cidadão livre do estigma de ex-detento, tampouco capacitado a reinserção social efetiva e com dignidade humana. Nossa investigação denota que é de fundamental importância que o Estado utilize o trabalho e da educação, previstos e regulamentados na Lei de

47 MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução Penal*, 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004, 25.

48 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, Roberto Machado, 19 ed., Rio de Janeiro: Graal, 2004, pg. 13.

Execução Penal⁴⁹, não somente como forma de diminuir a ociosidade, mas, sobretudo como ferramentas de ressocialização. Acreditamos que a ressocialização torna-se um forte mecanismo no sentido de diminuição da população carcerária e conseqüentemente do índice de criminalidade e reincidência. Do mesmo modo, ações educativas aliadas ao trabalho comprometido com a profissionalização são capazes de promover a reintegração do egresso do sistema ao convívio social.

É fundamental que se construa junto ao indivíduo em situação de privação de liberdade a certeza de que ele pode acertar, tornando-o ciente de suas qualidades, pois como diz Michel Foucault (1987), diante da ocupação o condenado contrairá o hábito, o gosto e a necessidade de construir algo em prol de sua profissionalização, sob o exemplo da vida com o trabalho, sua vida tomará uma forma *mais pura*. É esse nosso objetivo, que se construa um sistema onde a alma esteja liberta e que a dignidade humana esteja assegurada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desse artigo nos proporcionou perceber que fazer uma leitura em torno do Sistema Penitenciário do Brasil ou do nosso Estado do Rio Grande do Norte é mergulhar numa abordagem mais ampla no sentido de perceber como os costumes são cristalizados socialmente e como a sociedade percebe e utiliza essas atitudes para dar vida a determinada ordem social. Conforme já ressaltamos o sistema prisional no Brasil é falho, os estabelecimentos prisionais não reeducam os presos, pelo contrário, induz a criminalidade, mostrando que é urgente a necessidade de se adotar um sistema prisional racional e humano.

Ao conversar com os *recuperandos* da APAC percebemos a importância de se adotar uma postura humanescente no modo de cumprir penas.

Nossa pesquisa nessa instituição mostrou a necessidade de educar antes o sistema, para só assim reeducar o recuperando. Percebemos que a educação, seja o letramento e/ou a educação moral, quando deixada de lado provoca um desconforto social. Nossa pesquisa evidenciou que a educação desenvolvida na APAC tem sido indispensável para a reinserção, começando com o letramento dos que não têm e continuando com ensinamentos éticos e morais fundamentais para o desempenho e autoconfiança tanto do recuperando quanto da sociedade que os receberão.

Não há dúvidas, as falas dos entrevistados nos mostram o quanto à educação recebida na APAC já deu lugar a um sentimento de mudança e a sua recuperação, de forma a reintegrá-lo socialmente com toda dignidade. Cumpre enfatizar que a reeducação precisa de apoio sociocultural, e que os *recuperandos* observam que a educação pode combater os estigmas, sendo uma possibilidade de resolver o problema causado pelo estigma e a discriminação, já que se pauta em valores éticos. Deste modo, a educação tem papel crucial, sendo a grande mediadora no processo de ressocialização, esta que só vai ser possível quando encarada de forma a garantir o retorno do cidadão livre do estigma de ex-apenado. Nesse sentido, a método apaqueano tem contribuído para que essa realidade se torne possível.

É preciso que o Estado se utilize da educação, previstos e regulamentados na Lei de Execução Penal⁵⁰, não somente como forma de diminuir a ociosidade, mas, sobretudo como ferramentas de ressocialização. O lugar da prisão precisa ser visto não como forma punitiva ou apenas como espaço de restrição de liberdade. É imprescindível promover no *recuperando* o desejo de querer acertar. Nossos diálogos e reflexões deixaram claro, isso só vai ser possível mediante a educação, ferramenta necessária ao busca pelo auto e crescimento pessoal e social. A Educação

49 BRASIL. Lei de Execuções Penais – LEP. *Op. Cit.*..

50 BRASIL. Lei de Execuções Penais – LEP. *Op. Cit.*

precisa esta aliada ao trabalho profissionalizante; esta como ponto de apoio e aquele como promotor da dignidade humana, pois, como discutido, a educação profissionalizante é essencial para inserção do preso no mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, observamos ser a educação a melhor coisa a se fazer em prol do homem encarcerado, pois se o preso não for educado dentro das prisões, ao sair dela ele provavelmente voltará a criar problemas para a sociedade.

Constatou-se que existe grande diferença entre o atual *recuperando apaqueano* em detrimento daquele que outrora vivenciou as regras do sistema prisional convencional, pois conforme nos relatou um dos entrevistados, o mesmo seria *capaz de erguer as paredes da APAC caso elas caíssem*, mostrando que o sentido de humanescência dado ao método promoveu mudanças nesse homem, bastando que a outros que também vivenciaram a experiência da privação de liberdade lhes seja dada educação, respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de etodologia científica**. 3a. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Coleção Paulo Freire: biografia, educação, legado, inspiração. Cedic, 1979, pag. 26.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em Ciências humanas e Sociais. **Revista Portuguesa de Educação**. Año/vol. 16, número 002. Universidade do Minho Braga, Portugal, 1991.

BRASIL. **Lei de Execuções Penais – LEP**. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984

DIAS, Adelaide Alves. **Da Educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo**. In: DIAS, Adelaide Alves (org.). Educação em direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. In: RAMALHETE, Raquel (tradução). 32 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOFFAMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4a. Edição, Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Os sujeitos da educação de jovens e adultos privados de liberdade: questões sobre a diversidade. **Programa 2. EJA e Educação Prisional – Salto para o futuro**. Boletim 06 Maio de 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**, 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes: **A Educação na Prisão como Política Pública**: entre desafios e tarefas. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Docência na Prisão**: Professores Duplamente Iniciantes, Aprendendo com os Pares e com o Contexto. II Congreso Internacional sobre Profesorado Principiante e Inserción Profesional a la Docencia. Buenos Aires, 2010.

_____. **A execução penal à luz do método APAC**. In: SILVA, Jane Ribeiro (org.). Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

_____. **Educação escolar entre as grades**. São. Carlos: Edufscar, 2007.

OTTOBONI, Mário e FERREIRA, Valdeci Antônio. **Parceiros na ressurreição**: jornada de libertação com Cristo e curso intensivo de conhecimento e aperfeiçoamento do Método APAC, especialmente para presos. São Paulo: Paulinas, 2004.

OTTOBONI, Mário. **Meu Cristo, estou de volta!**: pastoral carcerária aplicada no revolucionário sistema APAC, 2 ed., São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **Ninguém é irrecuperável**: APAC: a revolução do sistema penitenciário. 2 ed.1997; São Paulo: Cidade Nova, 2001.

_____. **Vamos matar o criminoso?**: método APAC. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

SYKES, G. M. (1999). **The society of captives**: a study of a maximum security prison. New Jersey: Princeton University Press.

WACQUANT, Loïc. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 80, Mar. 2008.

A GESTÃO POR RESULTADOS NO GEOSAC DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

*Fábio Gomes de França*⁵¹

*Luiz Guedes*⁵²

*Ana Paula Maia*⁵³

*Mohanna Meireles*⁵⁴

Resumo: Este texto trata-se de um relato de experiência dos autores a partir de visita técnica ao Grupamento Especializado de Operações em Área de Caatinga (GEOsAC), o qual faz parte da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). A partir de uma pesquisa qualitativa de cunho documental, além de observação direta da sede do próprio Grupamento, com ênfase nos aspectos estruturais e ambientais e na narrativa de seu Comandante, um Tenente-Coronel (TC) da PMPB, descrevemos o processo de gestão por resultados empreendido para a criação e consolidação do Grupamento, o que ocorreu ao longo de anos e que apresenta as características pela busca de uma melhoria contínua em um ciclo de PDCA (plan, do, check, action).

Palavras-chave: Gestão por Resultados; PDCA; Polícia Militar.

THE MANAGEMENT FOR RESULTS IN THE SOGC OF THE MILITARY POLICE OF PARAÍBA

Abstract: This text is an experience report its authors from a technical visit to the Specialized Operation Group of Caatinga - Brazilian dry forest (SOGC). From a both documentarian qualitative research and direct observation of the headquarters of the Group itself, with emphasis both on structural and environmental aspects and on the narrative of its Commander, a Lieutenant Colonel, we describe the process of management for results undertaken to the creation and consolidation of the Group, occurred over years, and which presents the features by the search for continuous improvement in a PDCA cycle (plan, do, check, action.)

Keywords: Management for Results; PDCA; Military Police.

Recebido em 06 de junho de 2023

Aprovado em 08 de agosto de 2023

51 Pós-Doutor em Direitos Humanos, Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Capitão da PMPB.

<https://orcid.org/0000-0003-1917-840X>

<http://lattes.cnpq.br/5062091612898494>

E-mail: ffsociologia@gmail.com

52 luizguedesdireito@gmail.com

53 anapaulamaiasouza@gmail.com

54 mohanna_hanna@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

DiMaggio e Powell (2005) chamam de isomorfismo institucional a um processo pelo qual organizações de um mesmo campo organizacional tendem a homogeneizarem-se, adotando soluções umas das outras no que concerne aos modelos de gestão. Essa situação pode ocorrer de três formas: por meio de isomorfismo mimético, coercitivo ou normativo. Assim, ao adotarem esse modelo de análise ao campo da Segurança Pública no Brasil, Costa e Lima (2014), ao destacarem especificamente a questão das Polícias Militares (PMs) nos dizem que o modelo mimético, que se pauta pela presença de incertezas organizacionais que forçam à imitação, pode ser observado, por exemplo, quando da criação da PM no Rio de Janeiro (ainda como Guarda Municipal Permanente em 1831), que ocorreu em conformidade à estrutura organizativa do Exército.

Durante o período de exceção (1964-1985) podemos falar do isomorfismo coercitivo, pois as PMs tiveram reforçadas “inúmeras práticas e procedimentos institucionalizados das forças armadas, como manuais, códigos militares, estratégias de emprego e cadeias de comando” (COSTA; LIMA, 2014, p. 489). Nessa época, como destaca Zaverucha (2005, p. 69), as PMs passaram a ser controladas pelo Exército por meio da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) mediante a aprovação do Decreto nº 61.245, de 28 de agosto de 1967, o qual “almejava coordenar as ações das polícias militares nos diversos Estados bem como ressaltar o controle federal militar sobre as mesmas”. Nesse caso, é importante notarmos que “as PMs ficaram sujeitas ao trinômio: instrução militar, regulamento militar e justiça militar. Situação respeitada pela Constituição de 1988” (ZAVERUCHA, 2005, p. 75). De maneira estrita, podemos dizer que o isomorfismo coercitivo “resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas

sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem. Sob tais circunstâncias, as organizações utilizam controles ritualizados de referenciais e da solidariedade de grupo” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, n. p.), o que pode ser historicamente constatado na relação entre Exército e PMs no Brasil. Quanto à terceira forma de isomorfismo institucional, temos o modelo normativo, que ao contrário da incerteza ou coerção presentes respectivamente nos modelos mimético e coercitivo, está centrado na profissionalização, ou melhor, “os membros de diferentes organizações que são formados sob os mesmos princípios tendem a adotar estratégias e soluções organizacionais semelhantes” (COSTA; LIMA, 2014, p. 488). Nesse sentido, podemos afirmar que tem ocorrido uma redefinição do campo da Segurança Pública, especialmente quanto à necessidade de profissionalização das PMs, a partir de uma diminuição da influência das organizações militares, gerando a construção de saberes próprios daquela exigência (COSTA; LIMA, 2014).

É nesse contexto que situamos nosso objeto de pesquisa, no caso, o GEOsAC, o qual tem demonstrado aproximação na troca de informações e conhecimentos com outras organizações do campo da Segurança Pública como a Polícia Federal, a Polícia Civil, e a polícia do Paraguai, tendo esta última enviado membros para participar do curso ofertado pelo GEOsAC. O objetivo deste relato de experiência foi descrever o processo de gestão por resultados empreendido para a criação e consolidação do Grupamento, o que ocorreu ao longo de anos e que apresenta as características pela busca de uma melhoria contínua em um ciclo de PDCA (*plan, do, check, action*). Para tanto, levantamos o seguinte questionamento: Podemos vislumbrar o processo de melhoria contínua da gestão por resultados no GEOsAC a partir de um modelo como o PDCA diante das dificuldades que existiram para a criação e gestão continuada desse Grupamento PM?

Metodologicamente, utilizamos a pesquisa qualitativo-documental (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016), tendo em vista que analisamos documentos relacionados ao GEOsAC, como a Resolução de criação do Grupamento, bem como, realizamos uma incursão etnográfica por meio da observação direta na sede física localizada na cidade de Pocinhos, na Paraíba, a partir de visita técnica realizada durante o mês de setembro de 2022. As observações foram feitas estando os pesquisadores munidos de um caderno de campo, ao modo antropológico de pesquisa (MALINOWSKI, 1978), o que se traduziu na apreensão, *in loco*, de diversos detalhes do aparato arquitetônico e dos ambientes do GEOsAC. Ainda foram utilizados aparelhos celulares para a captação de imagens, bem como, estivemos atentos à narrativa do Comandante do Grupamento (que também se encontra em um documentário na internet)⁵⁵, que aqui terá seu nome preservado. As ressalvas ficaram por conta da proibição de serem fotografados slides, durante a palestra proferida pelo Comandante, de uma operação policial realizada pelos integrantes do GEOsAC no ano de 2020, devido às informações técnicas de caráter sigiloso que descreviam detalhes do *modus operandi* utilizado na operação, mas o que não nos impediu de anotar algumas informações que nos permitem compreender, em certo sentido, o modo de atuação do Grupamento em relação à gestão dos procedimentos operacionais. Nesse contexto, nossa experiência em campo nos possibilita mostrarmos que um processo de PDCA pode ser constatado no GEOsAC desde sua criação, à sua atuação.

Assim, inicialmente, discorreremos sobre a ferramenta do PDCA enquanto um modelo de gestão para resultados para, por fim, descrevermos quais foram as dificuldades surgidas para a criação do GEOsAC, bem como, para a continuidade de sua gestão a partir de um recorte analítico que

toma por base conceitual o PDCA. Ainda constatamos que esse modelo traduz a perspectiva de gestão adotada no GEOsAC desde a ideia de sua criação à manutenção satisfatória de melhoria contínua do processo de gestão em meio às dificuldades que surgem como problemas a serem superados.

2 O PDCA COMO PROPOSTA DE ANÁLISE NA GESTÃO POR RESULTADOS

No Brasil, os estudos sobre a gestão pública por resultados no campo da Segurança Pública (ASSIS e RICARDO, s. d.; DURANTE, 2010; SIMÕES, 2011) geralmente têm se voltado para a análise de programas governamentais cujas metas remetem-se à redução da criminalidade a partir do mapeamento, especialmente, dos índices dos crimes violentos letais e intencionais (CVLIs), destacadamente os homicídios, e os crimes violentos patrimoniais (CVPs). Esse fenômeno está atrelado à adoção no Brasil do modelo novaiorquino do *Compstat* (*Comprehensive Computer Statistics*), o qual possibilitou “um novo paradigma de gestão do trabalho policial e da Segurança Pública. Estatística, análise criminal, foco e autonomia para os comandantes locais foram pilares de um modelo de gestão que trouxe em definitivo a lógica da gestão para resultados no campo da Segurança Pública” (ASSIS; RICARDO, s. d., p. 4). Por outro lado, também existem estudos (BELLI, 2004) que revelam uma perspectiva crítica a esse modelo popularmente conhecido como “tolerância zero”, o que não diz respeito às nossas observações, mas devemos salientar que existe certa lacuna de estudos que levem em consideração uma política interna de resultados, a partir das condições *intra corporis* nas PMs e outras instituições de Segurança Pública.

Essa constatação nos leva a esclarecer que o modelo de gestão por resultados pautado em concepções estatísticas por meio da informatização e acompanhamento da redução ou

não dos índices criminais, o que reproduz uma lógica empresarial de perdas e ganhos para promover uma produtividade do policiamento (BELLI, 2004), traduz uma política de gestão macroestrutural que acaba negligenciando resultados em locais específicos, o que seria uma micropolítica de resultados. E nesse sentido devemos entender como resultados não apenas índices objetivos traduzidos em números, mas também a melhoria da qualidade das relações humanas, as condições ambientais adequadas, ações criativas para a promoção do bem-estar dos profissionais, que são formas que podem impactar nas ações promovidas para as metas a serem alcançadas, que no caso das PMs seria um policiamento adequado que promova segurança às pessoas em sociedade. É nesse caminho que vislumbramos que as ferramentas gerenciais para a gestão pública por resultados podem ser utilizadas nesses microprocessos institucionais, como é o caso de um PDCA.

O PDCA consiste em um ciclo que visa à busca de qualidade e melhoria contínua e está dividido em quatro etapas que possuem passos a serem adotados: primeiro temos o planejamento (*Plan*); em seguida se coloca o plano em execução (*Do*); depois checa-se ou verifica-se (*Check*) o alcance dos resultados e, por fim, a ação (*Action*), que consiste na realização de ajustes para se alcançar melhores resultados iniciando um novo ciclo. De forma conceitual, podemos dizer que o PDCA “é um método de gerenciamento de processos ou de sistemas. É o caminho para se atingirem as metas atribuídas aos produtos dos sistemas empresariais” (CAMPOS, 1996 citado por ANDRADE, 2003, p. 10).

Segundo Ferreira e Magalhães (2021), o PDCA trata-se de uma ferramenta gerencial que por visar melhorias contínuas a partir do planejamento estratégico proposto pela gestão obedecendo às diretrizes estabelecidas necessita do empenho de todos os colaboradores, já que estamos falando de um processo em forma de ciclos de maneira que, “usando o que foi

aprendido em uma aplicação do ciclo PDCA, pode-se começar outro ciclo, em uma tentativa mais complexa e, assim, sucessivamente” (FERREIRA; MAGALHÃES, 2021, p. 2).

Em cada uma das fases do ciclo de PDCA são desenvolvidas atividades concatenadas. Para Silva, C. *et. al* (2017), na fase inicial de Planejamento (*Plan*) deve-se primeiramente identificar o problema que tem dificultado o alcance das metas estabelecidas, o que torna esse problema uma prioridade que deve ser analisada para se propor uma definição de quais metas precisam ser alcançadas por meio de um plano de ação, o qual inicia a segunda fase (*Do*), a de execução. Logo após, na terceira fase (*Check*), verificam-se os resultados para, por fim, listarem-se e analisarem-se quais foram as falhas e erros do processo (*Action* ou quarta fase), quais ajustes e medidas precisam ser tomados buscando uma padronização e manutenção dos resultados positivos atingidos. E por se tratar de um programa que se baseia em dados de análise quantitativos, ressaltamos que não são apenas os números que traduzem o sucesso do PDCA, mas também como cada passo adotado foi desenvolvido, que nesse sentido trata-se do desenvolvimento do processo por si mesmo, que está voltado para variáveis qualitativas, o que faz dos índices a resposta atrelada ao produto final.

Figura 1: Ciclo PDCA.



Fonte: Silva C. *et. al* (2017, n. p.).

O que deve ficar claro é que, mesmo que tenha sido pensado para o setor industrial, para o melhoramento de processos que envolvam o desenvolvimento de produtos com qualidade para

um mercado sempre cada vez mais competitivo, se pensarmos no PDCA como uma propositura teórica com aplicabilidade, hoje em dia tornou-se uma estratégia para qualquer tipo de organização, não importa se pública, privada ou sem fins lucrativos. No caso da Paraíba, por exemplo, Lima (2020) estudou a possibilidade de aplicação do PDCA nas atividades bombeirísticas, o que nos leva exatamente a pensarmos que o processo de criação do GEOsAC e a forma da gestão que observamos *in situ*, apresenta características de um PDCA, servindo-nos de exemplo para compreendermos bem essa metodologia de qualidade contínua em uma instituição PM.

3 O GEOsAC: DAS DIFICULDADES DE CRIAÇÃO À GESTÃO DOS RESULTADOS

O GEOsAC está localizado na cidade de Pocinhos, que fica a 37 km da Cidade de Campina Grande, sendo esta última, segundo nos disse o Comandante, o centro político-econômico do estado da Paraíba, fato esse que teria sido o motivo de escolha da cidade-sede do Grupamento. Segundo nossas observações, o GEOsAC consiste em um pequeno complexo arquitetônico formado por três prédios que compõem o Grupamento. O primeiro deles é o principal, no qual se encontra no *hall* de entrada uma galeria com as flâmulas e imagens dos COSACs (Curso de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga)⁵⁶ realizados, em forma de quadros, tendo em vista que é a partir desse curso que são selecionados os futuros integrantes do GEOsAC. Quanto ao quantitativo

⁵⁶ Podemos dizer que o COSAC e o GEOsAC estão diretamente implicados porque é a partir da participação no curso que qualquer PM pode pleitear ingresso no Grupamento, desde que tenha, assim como dito pelo Comandante, pelo menos dois anos de serviço operacional/ostensivo realizado nas ruas. No entanto, o COSAC não será objeto de compreensão ou descrição neste trabalho, pois, segundo nossa ótica, demanda-se uma pesquisa específica sobre ele ao modo como realizado por Storani (2008) sobre o BOPE no Rio de Janeiro.

de integrantes do GEOsAC, esta informação não pôde ser fornecida por se tratar de dados sigilosos.

Figura 2 (esquerda): Portão de entrada

Figura 3 (direita): Entrada do prédio principal.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Figura 4: Galeria do GEOsAC



Fonte: Acervo dos autores. (2022)

Ainda no prédio principal temos uma sala de aula, já que atualmente é na própria sede do GEOsAC que parte do COSAC acontece, com uma pequena prateleira suspensa na parede, ao fundo, que nos despertou a atenção, por estar repleta de livros que são da área de interesse dos PMs do Grupamento como nos indica as palavras do Comandante (documentário/2021): “No GEOsAC [...] Nós temos a obrigação de ouvir os nossos comandados, porém a decisão é nossa. Mas é interessante que o comando tenha uma visão mais ampla para que ele possa nos assessorar. E aí agente [sic] incentiva sim que os policiais leiam cada vez mais para que a gente possa ter uma visão mais ampla da coisa e possa melhorar cada vez mais nossas capacitações e melhorar consequentemente o serviço que a gente presta”.

Figura 5: sala de aula



Figura 6 : acervo de livros.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

No prédio principal temos também o gabinete do Comandante, a Reserva de Armamento (na qual são guardadas as armas do Grupamento), alojamentos e banheiros sociais, além de uma cozinha na parte externa, nos fundos. No segundo bloco, dissociado do prédio central, temos um espaço físico que funciona para a prática de musculação, que mesmo em meio às dificuldades e aos poucos equipamentos existentes, assim como a qualidade deles, revela certa preocupação no GEOsAC com a preparação física dos integrantes, ou melhor, o esforço em fazer existir esse ambiente denota a importância dada ao preparo físico pelos PMs que lá trabalham. Outro ponto a ser destacado é o enaltecimento do regionalismo presente em todos os espaços físicos do Grupamento (o que pode ser notado com a presença de cactos, planta típica do semiárido nordestino, desde o muro do portão de entrada como visto na Figura 1), de modo que vizinho ao local destinado à musculação temos uma pequena horta cultivada pelos próprios integrantes, da qual se colhe coentro, alface, tomate, pimenta, pelo que pudemos observar, e que são aproveitados para alimentação dos próprios PMs. Ainda encontramos do lado da horta “A Casa de Vó”, uma espécie de espaço que nos lembra as casas sertanejas, cujo nome indica receptividade e aconchego, e que serve para os momentos de refeição dos PMs, que eram comumente chamados pelo Comandante de “caboclos”, em referência certamente aos índios Tarairiús, que como veremos adiante, fazem parte da simbologia do GEOsAC.

Figura 7: a horta



.Fonte: Acervo dos autores (2022).

Figura 8: a “Casa de Vó”.



Figura 9 : área para refeições



Fonte: Acervo dos autores (2022).

O terceiro bloco independente que completa o complexo arquitetônico do GEOsAC fica na parte dos fundos, e se trata de um alojamento, o qual é utilizado pelos alunos que

participam do COSAC. Para chegar até ele passamos por um pátio de terra, onde são realizadas as formaturas durante o COSAC (que nada mais são do que ritos militares nos quais os Comandantes orientam suas tropas e reafirmam as tradições com o cântico de hinos, por exemplo).⁵⁷ Ao lado do pátio de formatura encontra-se o stand de tiro, que foi construído pelos próprios PMs, e um ponto que nos chamou a atenção foi como cada espaço do Grupamento é aproveitado com certa criatividade, compondo um conjunto estético que em seu todo demonstra bem a relação entre a perspectiva regionalista e um Grupamento PM que se mostra especializado em sua forma de atuação. Essa situação pode ser notada no plantio de cana-de-açúcar, no criatório de pássaros ao ar livre (idealizado em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba), ou ainda no berçário de cactáceas que serve para extração de sementes para presentear ou enfeitar o Grupamento.

Figura 10: O stand de tiro.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

⁵⁷ Para um melhor conhecimento das formaturas militares em um Curso de Operações Especiais ver Storani (2008).

Figura 11: Berçário das cactáceas.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

De maneira geral, a composição tanto estética quanto física do GEOsAC nos leva não apenas a pensarmos na organização que encontramos a partir de visita técnica realizada e do trabalho de campo que empreendemos, mas especialmente no processo anterior que resultou no modelo de gestão que atualmente é utilizado no GEOsAC e que se tornou uma referência na PMPB. Em meio às dificuldades, como podemos mapear em cada fase (que na verdade se trata de anos) a possibilidade de enxergarmos a criação do GEOsAC a partir de um PDCA?

3.1 OS PRIMEIROS PASSOS: O PLANEJAMENTO (*PLAN*)

Segundo o que nos foi narrado pelo Comandante, a história do GEOsAC começa em 1998 quando um Tenente da PMPB participou do Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (CIOSAC), em Pernambuco.⁵⁸ O

⁵⁸ Sobre as informações deste tópico, também obtivemos alguns esclarecimentos do Subcomandante do GEOsAC, um Capitão, o

Tenente teria retornado com a ideia de criar o mesmo curso na PM paraibana e, por ser instrutor do Curso de Formação de Oficiais da PMPB, em 1999, pediu para que três alunos-Oficiais desenhassem um símbolo representativo (brevê) do curso de operações de caatinga da Paraíba. Entre eles estava o Comandante, como aluno em início de carreira.

Em 2001, o mesmo Tenente encontrou, em uma solenidade no 16º Regimento de Cavalaria do Exército, na cidade de Bayeux, na Paraíba, o então Major do Exército Fernando Montenegro, pedindo-lhe orientações sobre como organizar o curso de caatinga da Paraíba. O referido Major então sugeriu ao Tenente que o nome poderia ser Curso de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (COSAC), cuja sigla era semelhante ao Curso de Operações e Ações de Comandos, o qual era realizado pelo Exército para suas tropas especiais. De todo modo, ao analisarmos o nome, acreditamos que a palavra “Sobrevivência” deveria ser substituída por “Soluções”, o que pode indicar ainda mais o perfil de profissionalização do GEOsAC, fortalecendo sua identidade institucional e afastando-o da perspectiva militarista do Exército, já que sobreviver, nesse sentido, diz respeito a uma herança da concepção bélica das Forças Armadas. Adiante ver-se-á que a doutrina de cursos de operações especiais do Exército servirá de base para o GEOsAC, mas ela sofreu adaptações para o campo da Segurança Pública.

De modo que em 2002, como nos relata o Comandante (documentário/2021), sob a coordenação do mesmo Major Montenegro, o Tenente Henrique Augusto e o Aspirante Oliveira, estes dois últimos também do Exército, e

qual dirimiu algumas dúvidas em uma conversa por telefone. Não se tratou de uma entrevista formal, mas de uma conversa para organizar algumas ideias que não ficaram muito claras quando da visita técnica realizada ao GEOsAC.

juntamente com alguns policiais da Paraíba, realizou-se a primeira edição do COSAC, sendo gerido pela Secretaria de Segurança Pública. Uma segunda edição do curso só veio ocorrer em 2011, de maneira que nos nove anos de lacuna existente entre as duas edições do COSAC, alguns Oficiais e um 3º Sargento da PMPB participaram do CIOSAC pernambucano. Em 2002, o Comandante do atual GEOsAC participou, enquanto Tenente, como aluno do COSAC.

Alguns eventos posteriores acabaram se entrecruzando para que a etapa do planejamento do PDCA do GEOSAC acabasse amadurecendo. Em 2009, um Capitão que foi um dos três alunos-Oficiais encarregados de, no passado, desenhar o brevê do curso de caatinga da Paraíba, participou como aluno do Curso de Comandos Jungla (de operações especiais), organizado pela Polícia Nacional da Colômbia, que treina seus participantes para atuarem contra o crime organizado e o narcotráfico. Em 2014 o Comandante, como Capitão, participou do Curso de Operações Especiais (COEsp) ofertado pela PM de Minas Gerais. Além disso, este último ainda foi o coordenador do COSAC nos anos de 2011, 2016 (3ª edição) e 2017 (4ª edição).

A junção de conhecimentos e doutrinas provindos do curso Comandos de tropas especiais do Exército brasileiro, do COEsp mineiro e da versão colombiana de operações especiais possibilitou que o GEOsAC, na Paraíba, criasse sua própria doutrina e metodologia adaptando-os especialmente à realidade da região semiárida de caatinga. De maneira que, na última edição do COSAC, realizada em 2018 (5ª edição), já que a pandemia de Covid-19 impediu a realização de novos cursos, já existia o Manual de Combatente de Caatinga sistematizado, o qual foi criado em 2017 e que sofre releituras para possíveis adaptações a cada seis meses. Logo, se em um PDCA podemos entender o planejamento como um detalhamento das ações necessárias que levem à execução de todo o processo (SILVA *et. al*, 2017), vê-se que restava apenas a construção física do GEOsAC, que era o problema maior a ser resolvido, pois existia o curso, mas não um lugar para os PMs que participassem do curso trabalharem exercendo um tipo de policiamento específico, o que só veio a ocorrer em 2016 e sua consequente formalização em 2017, dando início à fase de execução do que encontramos do atual GEOsAC.

Figura 12: Alunos durante o COSAC.



Fonte: Wagner Varela (2016).

3.2 A CRIAÇÃO DO GRUPAMENTO: A IMPLEMENTAÇÃO (DO)

A criação formalmente estabelecida do GEOsAC só veio ocorrer em 20 de março de 2017, por meio da Resolução nº 003, a qual foi publicada no Boletim Geral da PMPB nº 0053. Consta no referido documento que o GEOsAC foi criado pela “necessidade de atuação qualificada na área de Caatinga do território paraibano” e ainda “sendo constituído gradativamente até o nível de Companhia PM, e que tem atuação como órgão de execução qualificada” (Art. 1º da Resolução nº 003). De todo modo, o Comandante nos relatou que o Grupamento atua em todo o estado da Paraíba em operações autorizadas pelo

Comandante-Geral ou pelo Coordenador de Inteligência⁵⁹ da PMPB. A subordinação administrativa neste último caso fez o Comandante nos informar que “Nós não damos dados numéricos da Unidade porque estamos atrelados à Coordenadoria de Inteligência”.

O que percebemos é que a Resolução de criação do GEOsAC se mostra contraditória ao estabelecer os objetivos de atuação do Grupamento, ora deixando claro que o Grupamento foi criado para atuar em áreas de caatinga (como no Art. 3º) e em outro momento em todo o Estado da Paraíba (como no Art. 6º). Acreditamos que a redação da Resolução talvez devesse indicar que a atuação se estenderia a todo o território paraibano, mas que o Grupamento deveria ser o responsável por ocorrências delitivas em áreas de caatinga devido à sua especialidade.

Em síntese, segundo o Art. 4º da Resolução, “compete ao GEOsAC, dentre outras atribuições: I - Patrulhamento preventivo e repressivo a grupos do crime organizado; II - Atuação nas ocorrências de alta complexidade em áreas urbanas e rurais; III - Excepcionalmente, execução do policiamento ostensivo geral de forma suplementar.” Para o Comandante, de modo geral, o GEOsAC atua para coibir “crimes contra instituições financeiras e narcotráfico”. Além disso, um ponto interessante que nos parece surgir como um desdobramento da melhoria contínua da gestão no GEOsAC em relação às operações nas quais seus integrantes participam, ainda pelas palavras do Comandante é que eles: “atuam em áreas politicamente sensíveis, que podem causar repercussões políticas. Uma ação descoordenada na esfera técnica ou tática pode desencadear problemas na esfera política”. Para nós, isso indica uma preocupação da gestão em adquirir espaço para a resolutividade de situações

complexas, o que garante legitimidade e reforço para a existência do Grupamento como Unidade operativa especializada.

Nesse contexto, a interrelação entre o conhecimento adquirido durante o COSAC e a prática do serviço cotidiano são coisas que se mostram indissociáveis, de maneira que ao longo do tempo (em quase duas décadas de processo contínuo de aprendizagem organizacional para sermos mais precisos), gerou-se uma “gênese doutrinária” baseada em várias fontes, como já ressaltado anteriormente. O que se vê, pois, é que ao longo do tempo e da experiência acumulada, a gestão do GEOsAC realizada entre o COSAC, o cotidiano administrativo e as operações reais de policiamento especializado foi sendo estruturada em três níveis: o histórico (com a busca de informações para criar um conjunto de símbolos e tradições), o técnico (com o aperfeiçoamento constante do COSAC e das formas de atuação nas operações) e o estratégico (com a escolha do local sede do Grupamento, por exemplo).

Logo, a gestão continuada se deu em quatro etapas ao longo dos anos. Em um primeiro momento, por ser o Comandante do Grupamento desde sua fundação, sua própria experiência profissional acumulada ao ter exercido diversas funções na PMPB o habilitou a como pensar na criação de um tipo de tropa inédita na Corporação PM paraibana. Em um segundo momento, pode-se falar em mudanças pequenas, mas constantes, como uma verdadeira gestão de processos, como o convencimento à cúpula superior da PMPB da não transferência de integrantes do GEOsAC para outros locais de trabalho, prática comum nas organizações PM. O terceiro momento trata-se de uma gestão do conhecimento, com a qualificação do efetivo de forma gradual e constante, tendo em vista que havia deficiência na instrução da tropa ordinária. Por fim, era necessário criar a tropa do Grupamento, realizar um curso com a nova mentalidade, digamos assim, e estabelecer uma base física, o que ocorreu em um projeto de estruturação que se deu entre julho de 2015 e

59 A Coordenadoria de Inteligência é um setor estratégico da PMPB de assessoramento a partir de informações colhidas por meio de um policiamento velado, cujos policiais não trabalham fardados, mas em operações sigilosas.

setembro de 2016 com o nascimento do atual prédio, sede do GEOsAC.

Outro ponto a ser ressaltado é que se “encaminha ao serviço psicológico os PMs que participaram de ocorrências complexas. São feitos estudos de caso com o Comandante da ocorrência”. Não bastasse a preocupação com a saúde mental dos policiais que participam de situações estressantes como atuar contra criminosos que agem em grandes grupos armados para ataques a instituições financeiras, por exemplo, o GEOsAC também passou a investir em sua imagem institucional e no seu marketing, adotando a estratégia de seus policiais não terem suas imagens divulgadas, serem discretos quanto ao uso de suas imagens, especialmente em redes sociais, atentar para o uso de uma assessoria de comunicação na veiculação de informações à imprensa de ocorrências policiais, além da feitura de vídeos e documentários sobre o GEOsAC em canais da internet, popularizando as ações do grupo.

Por fim, em uma clara etapa de PDCA na qual as coisas são realizadas e implementadas, as palavras do Comandante resumem as características e os princípios agora estabelecidos para o GEOsAC depois de uma longa construção, ou seja, “emprego em alto risco, assinatura mínima, capacidade de planejamento e ação, seletividade, capacidade de interação social, proficiência técnica e tática de grupo”. É a tradução desses elementos de forma concreta no campo da gestão que veremos a seguir na verificação das conquistas do PDCA do GEOsAC.

3.3 AS CONQUISTAS ALCANÇADAS: A VERIFICAÇÃO (CHECK)

De acordo com as observações que realizamos e com a narrativa empreendida pelo Comandante, dois conjuntos centrais de elementos se destacaram, os quais passamos a localizar na terceira fase do PDCA do GEOsAC, ou seja, a

construção simbólica de uma tradição e o estabelecimento de uma “geometria de combate”. Sobre o primeiro, podemos situá-lo como uma “tradição da invenção”, pois esses elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos. Existe o esforço cultural de “cristalizá-los”, tornando-os reconhecíveis para os indivíduos” (CASTRO, 2002: p. 11, grifos do autor).

Quanto ao segundo, consiste na criação de etapas operativas que devem ser rigidamente respeitadas para diminuir ao máximo falhas e erros durante as execuções das operações policiais. Assim, na fase de verificação do PDCA, “mais do que se medir, implica assegurar que o processo tenha sido executado mediante observação cuidadosa de seu desempenho planejado na fase P” (SILVA *et. al*, 2017, n. p.). Podemos dizer que seria a fase de observar e constatar os resultados alcançados a partir do que foi planejado e executado nas duas fases anteriores. Logo, quais foram os frutos colhidos pelo GEOsAC?

3.3.1 - O simbolismo organizacional como ferramenta de integração grupal

As instituições militares de forma geral são verdadeiras “casernas de símbolos” (FRANÇA e SILVA, R., 2022), o que inclui, nesse caso, as PMs no Brasil, significando dizer que essas instituições, devido à herança organizativa do Exército, possuem um conjunto heterogêneo de elementos simbólicos (fardamento, bandeiras, hinos e canções, ritos de passagem para novos integrantes e festivos em datas comemorativas, flâmulas, insígnias, estandartes, bustos de patronos e figuras históricas, até mesmo gestos e expressões linguísticas que fazem parte da cultura militar) que mobilizam os PMs para uma emotiva identificação com a instituição (STORANI, 2008) que é construída a partir do processo de formação e socialização profissional que ocorre dentro dos quartéis (SILVA, R., 2011).

Não poderia ser diferente com o que encontramos no GEOsAC, pois os símbolos do Grupamento estão em todos os lugares, como representações totêmicas que nos mostram a presença da força coletiva da instituição moldando as formas de agir, sentir e pensar dos seus integrantes (DURKHEIM, 2008). Mas, ao contrário do que ocorre em outras situações nas quais símbolos de tropas PM especiais e especializadas geram interpretações contraditórias, como demonstra os estudos de França (2020) sobre a faca na caveira utilizada pelos Batalhões de Operações Policiais Especiais (BOPE), a qual se apresenta com olhos de ira, já que um crânio normal tem suas órbitas oculares redondas e sem expressão, no caso do GEOsAC seus símbolos expressam história e regionalismo.

Figura 13: Símbolo do GEOsAC



Fonte: Acervo do Capitão Floristan da PMPB (s. d.).

Como podemos ver na Figura 13 acima, o símbolo apresenta o nome GEOsAC sobre um fundo preto e vermelho, que certamente representa as cores da bandeira paraibana. No alto do lado esquerdo de quem o vê temos as garruchas representativas da Polícia Militar. Abaixo temos um cacto, planta típica da região semiárida nordestina, a qual engloba partes do estado da Paraíba e que também está presente na localidade

onde se localiza a sede do GEOsAC, a cidade de Pocinhos, que também está representada pelas cores de sua bandeira em verde e branco, sendo o verde a simbologia da mata atlântica e o branco da vegetação de caatinga, que é encontrada no semiárido nordestino. Temos ainda por trás do cacto uma lua, que denota a particularidade das operações noturnas realizadas pelo GEOsAC. Deixamos para descrever por fim a figura do índio que aparece no lado superior direito de quem olha para o símbolo, de modo que as palavras do Comandante nos explicam:

“Não existia nenhum registro histórico do que seria uma tropa de combate. O pessoal botava lá uma cabeça de boi, um carcará. E quando a gente começou a ler um artigo científico oriundo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que falava sobre uma tribo da etnia tapuia, que era os tarairiús⁶⁰. Resumindo a história deles, preferiam ser dizimados do que se deixar dominar pelo português. Eles viviam da terra, carregava muito peso nos deslocamentos, eram ferrenhos combatentes que preferiam morrer do que se entregar. A gente pesquisou e descobriu que o foco dos tarairiús era Rio Grande do Norte, Paraíba, principalmente até a região de Itaporanga. Não fala Pocinhos, mas fala a região da Borborema que eles sempre passavam”.

Percebemos claramente nas palavras do nosso interlocutor o resgate histórico realizado pelos integrantes do GEOsAC acerca da tribo tarairiú, o que não deixa de ser sintomático para percebermos a representação coletiva a partir da figura indígena da existência de certo guerreiro, já que os índios tarairiús eram “ferrenhos combatentes”, que “não se deixavam dominar”, além de “carregarem muito peso nos deslocamentos”. Tais características de imediato nos levam a observarmos a identificação dos integrantes do GEOsAC com a tribo indígena porque as operações desenvolvidas por ambos os grupos são semelhantes à medida que colocamos isso em termos de resistência física e coragem para enfrentar homens que se colocam à margem da lei.

60 Para um maior conhecimento acerca dos tarairiús ver Medeiros Filho (1999).

Inclusive, foi criado o facão tarairiús, mediante autorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por meio do Doc. N° 019 de 2018.

Figura 14: Facão tarairiús



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Figura 15 (esquerda): um cacto como base do mastro das bandeiras



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Figura 16 (direita): o espaço do guerreiro de caatinga, no qual se encontra a oração do guerreiro de caatinga



Figura 17: Canecas do guerreiro de caatinga, as quais identificam a posição do integrante do GEOsAC quando de sua participação no COSAC.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

É por uma perspectiva simbólica que também destacamos o fato de que a coruja buraqueira tornou-se o animal símbolo do GEOsAC, ave típica da região onde se encontra a sede do Grupamento, inclusive como nos disse o Comandante: “Deus é tão bom que botou um ninho de coruja dentro do quartel”. E ainda foi criada uma medalha do mérito concedida pelo GEOsAC intitulada Tenente José Guedes dos Anjos⁶¹, por meio da Resolução n° 002, de 2019, do Gabinete do Comandante-Geral da PMPB, o que também levou o GEOsAC a adotar a

⁶¹ Segundo o Comandante, o Tenente José Guedes dos Anjos “diferente da maioria dos policiais que são destacados em nossa instituição, que são todos políticos, nunca se envolveu em política. Começou como soldado no ano de 1925. Ele se envolveu num combate chamado Batalha do Serrote Preto, onde ele se destacou porque de forma irresponsável dois Oficiais atacaram o bando de Lampião que se encontravam (sic) devidamente baseado. Morreram esses dois Oficiais, que eram ambos de Santa Terezinha, perto de Patos (Paraíba). Morreram muitos policiais e José Guedes se destacou porque resgatou vários policiais em combate, pegou esses policiais em Serrote Preto (Alagoas) feridos e conduziu, a pé, até Paulo Afonso, na Bahia. Reestruturou a patrulha e voltou contra Lampião. Existem várias ações contra forças regulares que são citadas na história, inclusive o combate dele e mais sete contra a Coluna Prestes. Ele é tido como o salvador de Flores, Pernambuco, porque no combate onde ele saiu a pé, de Princesa Isabel (Paraíba) para Flores, ele e mais sete, mataram o irmão de Lampião. Chegando em Sousa (Paraíba) se confrontou com a Coluna Prestes e deu uma baixa em 40. A história fala também que José Guedes se destacava por ser muito honesto e defensor da população de bem.”

nomenclatura de Grupamento Pequeno Gigante, em homenagem ao referido Tenente, por meio do Decreto nº 38.982, de 08 de fevereiro de 2019.

Figura 18: O fardamento do GEOsAC lembra de imediato a região semiárida de caatinga.



Fonte: Wagner Varela (2016).

Assim, a proliferação de símbolos que se

Fonte: Acervo dos autores (2022)

remetem à região nordestina de caatinga por meio de imagens e objetos em todos os ambientes do GEOsAC, assim como pela cor do fardamento, reforça a coesão grupal (DURKHEIM, 2008; FRANÇA, 2020), por despertar um sentimento de pertencimento a um grupo que valoriza as tradições e ritos que o constituem, o que se atrela a uma gestão pautada na melhoria contínua a partir da imagem institucional. Quando colocamos a perspectiva simbólica na terceira etapa de um PDCA, é porque notamos que o GEOsAC se tornou uma marca valorizada que alcançou inclusive polícias de outros países, as quais têm enviado seus integrantes para a participação em cursos de capacitação realizados pelo GEOsAC, o que também coloca em destaque os resultados obtidos nas operações policiais desenvolvidas.

3.3.2 - Os resultados das operações policiais

Se a perspectiva simbólica do GEOsAC é um dos elementos que caracterizam a terceira fase de um PDCA como forma de verificarmos os resultados alcançados e, nesse sentido, tratando-se de resultados em virtude das metas estabelecidas e do panorama geral da gestão adotada, as operações

policiais desenvolvidas também se destacam devido à sistematização que passou a ser adotada como um padrão de referência. Não por acaso, “avaliar resultados” e “mensurar resultados” foram duas expressões enaltecidas pelo Comandante em sua fala. Abaixo destacamos os índices que indicam a diminuição, na Paraíba, dos crimes contra instituições financeiras (no caso, destacamos as duas modalidades com maior incidência), que sofreram essa queda após a criação do GEOsAC:

QUADRO 1: Mapa da violência 2016-2022 dos índices de crimes contra instituições financeiras na Paraíba (em números absolutos)

ANO	EXPLOSÃO	ARROMBAMENTO
2016	64	31
2017	59	15
2018	35	26
2019	11	5
2020	11	4
2021	5	1
2022	4	2

Fonte: Sindicato dos Bancários da Paraíba (S. d.).

Os números do Quadro 1 demonstram a diminuição dos índices de explosões e arrombamentos a agências bancárias, não importando se públicas ou privadas. Com a criação do GEOsAC, e devido à sua atuação em todo o estado da Paraíba, percebemos uma diminuição gradativa que atingiu números muito baixos até meados do ano de 2022, o que pode indicar na possibilidade de que tais resultados estão, em certa medida, relacionados com a participação dos integrantes do GEOsAC na resolução de ocorrências que envolvem instituições financeiras.

Em meio a muitas ocorrências complexas que foram demonstradas pelo Comandante em

várias cidades da Paraíba (Cuité, Teixeira, Taperoá, São Bento, João Pessoa, Boa vista, Santana de Mangueira), destacando particularidades específicas em algumas delas, foi ressaltado de forma peremptória a “operação enigma” ocorrida em Areia, envolvendo uma quadrilha que pretendia assaltar⁶² uma agência bancária naquela localidade. Não iremos discorrer sobre a operação, mas de certa forma, pontuar algumas questões das estratégias operacionais adotadas, o que nos revela uma síntese de resultados colocados em prática após anos de acúmulo de experiências, bem como, de estudos estratégicos que geraram uma doutrina pautada também em conhecimento como foco de uma melhoria contínua.

Tendo como “missão” o cumprimento da lei, na operação, desde o planejamento à execução, foram levados em consideração para a atuação do GEOsAC como fatores operacionais humanos relevantes aqueles de ordem jurídica (cumprir a legalidade), econômica (já que um assalto daquela envergadura poderia desestabilizar a economia local) e social (agravamento da desordem social).

Retomando a ideia de uma “análise da geometria de combate” já pontuada antes por nós, temos aqui também os fatores operacionais físicos relevantes, que foram, por exemplo, o tempo (lançamento do efetivo programado), a infraestrutura (câmeras de monitoramento existentes na cidade em locais específicos) e o ambiente físico (como os terrenos acidentados). Somam-se aos fatores citados a preparação (ações) para o posterior evento real como, ainda pelas palavras do Comandante: “o treinamento realístico, simulação de veículos e meios, ajuste de meios logísticos no ponto alocado, avaliação de trânsito rotineiro de veículos e pessoas”, para citar

⁶² Para melhor entender a compreensão do termo assalto nessa conjuntura, ao invés de tipicidades jurídicas como roubo ou furto, ver Pontes e França (2020).

alguns entre vários mecanismos logísticos empregados.

São nesses momentos, das situações reais nas quais os integrantes do GEOsAC são utilizados que devem prevalecer os aspectos desejados desses profissionais de acordo com a doutrina que eles desenvolveram, ou seja, é preciso que se tenha atributos cognitivos, afetivos e físicos. Assim, quando em campo atuando nas operações, os PMs do GEOsAC, ou as patrulhas volantes como são chamadas, em alusão direta às volantes policiais que combatiam os cangaceiros no Nordeste nas primeiras décadas do século XX⁶³, podem ser classificadas segundo o esquema abaixo:

ESQUEMA DAS PATRULHAS (VOLANTES) EMPREGADAS NAS OPERAÇÕES DO GEOsAC

GRUPO DE COMBATE (Formado por duas
volantes) ↓

VOLANTES (Composição abaixo) ↓

Operador ↓

⁶³ As volantes eram as patrulhas policiais militares que assim eram conhecidas por combaterem o cangaço no Nordeste brasileiro, percorrendo grandes distâncias a pé, durante a primeira metade do século XX. Segundo Pericás (2010, p. 258, grifos do autor), “o termo “volantes” já havia sido empregado em 1876, por Franklin Távora, em seu *O cabeleira*, ou seja, muito antes da atuação das volantes modernas”. Para mais conhecimento ver Pericás (2010).

Socorrista de combate

Caçador (quem emprega os fuzis de precisão)

Rastreador (quem usa as técnicas de rastreamento)

Fonte: Os autores.

Segundo o que nos disse o nosso interlocutor nesta pesquisa, “todos são rastreadores, nem todos são caçadores. Todos são operadores e alguns são socorristas de combate.” Desse modo, pelo que percebemos, é seguindo essa lógica operativa que o GEOsAC tem conseguido resultados satisfatórios em suas operações, mas para nós também ficou clara a preocupação do líder do GEOsAC com a melhoria contínua desses processos, que não se mostraram estanques segundo sua narrativa. Para ele: “Preste atenção à sua equipe, àqueles que você recruta para sua causa”. Nesse caso, a palavra “causa” é um bom indicativo de que existe uma “ideologia da profissão” como aquela apontada por Dejours (1992) entre pilotos de caça, já que, essa ideologia não consiste em um “efeito secundário do trabalho, mas uma necessidade para manter um moral feito de orgulho. A preparação técnica para missões representa um papel considerável na defesa para lutar contra a ansiedade e o medo. A vida profissional é uma resposta grandiosa para esta angústia” (DEJOURS, 1992, p. 80-91).

3.3.3 - AS REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DO GEOSAC: A AÇÃO OU OS AJUSTES DO PROCESSO (*ACTION*)

Como vimos, o PDCA trata-se de um ciclo com quatro fases (ANDRADE, 2003; SILVA C. *et. al*, 2017), e a última delas diz respeito à ação para a correção dos erros e ajustes necessários em relação ao que foi observado e analisado na fase anterior, retirando-se o que não apresentou resultados favoráveis, mantendo-se o que foi satisfatório ou ainda criando um novo ciclo pensando-se na manutenção da qualidade do processo a partir de novas escolhas que possam garantir a melhoria contínua. De maneira mais clara, “o último módulo do ciclo PDCA é caracterizado pelo processo de padronização das ações executadas cuja eficácia foi verificada na etapa anterior, objetivando a melhoria contínua” (ANDRADE, 2003, p. 62). Nessa etapa, devem ser confeccionados documentos em linguagem simples e direta para que todos tenham conhecimento sobre qual a função que exercerão a partir dos resultados alcançados no processo de gestão continuada visando à padronização de ações e, “o padrão, sendo a base do aperfeiçoamento, deve ser revisto periodicamente, devido à incorporação de inovações” (ANDRADE, 2003, p. 63). Nesse sentido, como já destacamos, existe um “Manual de Combatente de Caatinga da Unidade”.

Essa perspectiva nos foi apresentada a partir do organograma desenvolvido para o GEOsAC, no qual Sargentos e Cabos (Praças⁶⁴ com graduações de baixa patente nas PMs), assumem funções de comando e liderança compartilhando as responsabilidades da gestão, existindo até mesmo a inovadora figura, em termos de gestão militar, de um “prefeito”, que é um Sargento responsável por montar equipes para

64 Oficiais e Praças são os dois quadros hierárquicos que compõem a estrutura organizativa das PMs como modelo herdado do Exército. Segundo Sá (2002, p. 30), “Oficiais e Praças são princípios de divisão que produzem visões específicas no interior da organização: de um lado, estão os comandantes e, de outro, os subordinados respectivamente, as “cabeças pensantes” da corporação e a tropa”.

gerenciar as situações de caráter administrativo dentro do próprio GEOsAC. Além disso, o GEOsAC possui uma seção de projetos estruturantes também chefiada por um Sargento, o que demonstra a preocupação com ações futuras. Aos Oficiais, cabem fiscalizar a execução das atividades em geral e, de modo específico, coordenar e chefiar os serviços de condicionamento físico e planejamento de operações. Pelo que vimos, quem comanda o GEOsAC, em certo sentido, é o Subcomandante (um Capitão), porque ele gerencia a rotina administrativa cabendo ao Comandante “todos os contatos externos para a captação de verbas de forma institucional”.

Em síntese, pelo que apreendemos da narrativa do Comandante em sua exposição durante a visita técnica, a metodologia de trabalho no GEOsAC é baseada na tríade “padronização – organização – método”, o que faz gerar uma doutrina como “base construtiva”. Não por acaso o título da palestra que assistimos proferida pelo Comandante ser intitulada: “O GEOsAC como uma ferramenta estratégica da Polícia Militar para a ordem pública”.

Nesse contexto, a gestão do GEOsAC sustenta o argumento da existência de uma identidade organizacional com missão, visão e valores estabelecidos para assegurar qualidade a partir não apenas das ações desenvolvidas, mas também da avaliação dos resultados e das metas que foram atingidas. Pelo que observamos, essa condição se mostra presente tanto na concepção do COSAC, quanto na rotina administrativa até à construção do que eles denominam de “cultura de análise pós-ocorrência” (que foi adotada a partir de 2018, o que indica que não surgiu juntamente com a criação do GEOsAC, mas a partir da reflexão de processos anteriores pensados para a melhoria do processo de gestão). Este tipo de análise pós-ocorrência seria o estudo de tudo o que foi realizado durante a operação desde a elaboração até o fechamento, não importando se as “missões” foram exitosas ou tiveram desfechos negativos

pelo surgimento de descompassos nas diretrizes programadas ou ainda por variáveis inesperadas ao longo do processo. Essa perspectiva ainda é enriquecida com a realização do Curso de Ações Policiais de Comandos, uma espécie de aperfeiçoamento em relação ao COSAC visando a atuação em situações futuras.

Nesse ponto, a presença da quarta etapa de um PDCA ficou ainda mais nítida pelas palavras do Comandante quando ele nos relatou que: “Doutrina não é loucura, não é rigidez, não é uma coisa fixa e impensada. A gente tem que entender que doutrina é base construtiva. Se a doutrina de hoje não será a doutrina daqui dez anos, então daqui dez anos eu tenho que vir com um processo de avaliação, dentro da gestão do conhecimento pra que eu possa chegar a um ajuste contemporâneo. Então por que muitas tropas se perderam durante o tempo? Porque a mesma doutrina do curso de 1998 é a de hoje. O crime mudou! Hoje o novo cangaço está em decadência!⁶⁵ Nós hoje passamos por um processo de mudança, os níveis vão diminuir tanto que vão voltar os roubos diurnos. Se eu hoje no GEOsAC, tem-se como foco principal, crimes contra instituições financeiras, eu não mudo para operações em ambientes politicamente sensíveis, eu corro o risco da Unidade (entenda-se GEOsAC) acabar ou ser subempregada. Então, isso é processo!”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relato de experiência, pudemos compreender alguns dos aspectos que fazem parte da cultura organizacional do Grupamento Especializado de Operações em Área de Caatinga,

⁶⁵ Modalidade criminosa realizada por bandos armados que roubam especialmente carros-fortes e sitiam cidades interioranas para o assalto a agências bancárias. Ao analisarem essa modalidade criminosa, Pontes e França (2020) preferem compreendê-la enquanto um tipo de “criminalidade sistêmica complexa”, mas para fins de conhecimento do modus operandi do que a imprensa rotula de “novo cangaço ver Pontes e França (2020).

ou melhor, o GEOsAC, o qual faz parte da Polícia Militar da Paraíba atuando em operações complexas (crimes contra instituições financeiras e o narcotráfico) em todo o estado, mas com particular ênfase em ocorrências que aconteçam na região semiárida de caatinga, já que o treinamento pelo qual passam seus integrantes os habilitam para essa expertise.

Assim, tentamos descrever circunstâncias histórico-institucionais e gerenciais que nos possibilitassem mostrar que o que ocorrera com o GEOsAC diz respeito a um ciclo de PDCA, mesmo que tenha ocorrido em um recorte temporal alongado, desde a ideia de formação do Grupamento até sua existência física e sucessos alcançados em operações policiais. O que concluímos, a partir da análise da documentação e pela visita técnica realizada à sede do Grupamento, além da escuta atenta da narrativa promovida pelo Comandante do GEOsAC, foi um modelo de gestão continuada assertivo sustentado pela busca constante de uma melhoria contínua de seus processos.

Por fim, com destaque para o campo simbólico construído em torno de elementos que estão dispostos em todo o Grupamento e compartilhados por uma crença coletiva de seus membros, algo como uma representação totêmica assim narrada por seu Comandante e com base na doutrina seguida pelo grupo, sustentada por estudos e busca de novos conhecimentos, chegamos à constatação de que a tríade história, tradição simbólica, cotidiano administrativo-operações doutrinariamente orientadas, cria um arcabouço organizacional coeso e de ciclo aberto (PDCA), sempre atento a assimilar novos desafios gestores para se pensar na continuidade do GEOsAC em meio a um mundo permeado por mudanças rápidas e constantes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. F. de. **O método de melhorias PDCA**. 2003. 169f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica da USP, 2003.
- ASSIS, L. O. M. de; RICARDO, C. **Balanco das políticas de gestão para resultado na segurança pública**. Rio de Janeiro: Instituto Sou da Paz, s. d. ISBN: 978-85-62387-11-1.
- BELLI, B. **Tolerância zero e democracia no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CASTRO, C. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- COSTA, A. T.; LIMA, R. S. de. Segurança Pública. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 482-490.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, 2005. Disponível em:
<file:///C:/Users/F%C3%A1bio/Desktop/CESP/Gest%C3%A3o%20por%20Resultados/A%20gaiola%20de%20ferro%20revisitada_%20isomorfismo%20institucional%20e%20racionalidade%20coletiva%20nos%20campos%20organizacionais.html>. Acesso em: 02 set. 2022.
- DURANTE, M. O. Gestão Orientada por Resultados: cartografia da violência e criminalidade. **O público e o Privado**, n. 15, p. 239-267, jan./jun. 2010. Disponível em: < [Gestão Orientada por Resultados | O Público e o Privado \(uece.br\)](#)>. Acesso em: 03 set. 2022.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 2008.
- FERREIRA, F. do E. S. R.; MAGALHÃES, E. M. Utilização do ciclo PDCA para melhoria de qualidade e aumento de produtividade em uma multinacional do polo industrial de Manaus. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. 01-17, out. 2021. Disponível em:
<<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/21609/19182/259861>>. Acesso em: 03 set. 2022.
- FRANÇA, F. G. de. **“Nunca serão!”: o BOPE e a caveira totêmica**. João Pessoa: Ideia Editora, 2020.
- FRANÇA, F. G. de; SILVA, R. R. da. “Caserna de símbolos”: Ação ritual, liminaridade, sofrimento e distinção na cultura policial militar. **Antropolítica**, v. 54, n. 3, p. 485-519, dez. 2022. Disponível em:
<<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/51257>>. Acesso em: 01 set. 2022.
- LIMA, V. C. de. **Aplicação do método PDCA: um estudo no Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba**. 2020. 24f. Artigo (Graduação em Gestão Pública-Tecnológico) – Universidade Estadual da Paraíba, 2020.
- MAJOR WHERICK LIMA GEOSAC DOCUMENTÁRIO, (27/10/2021). Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=T1dsFHGjo4Y>>. Acesso em: 02 set. 2022.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEDEIROS FILHO, O. de. Os tarairiús, extintos tapuias do Nordeste. In: ALMEIDA, L. S. de; GALINDO, M.; SILVA, É. (Orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 1999. p. 241-257.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

PERICÁS, L. B. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PONTES, R. A. de; FRANÇA, F. G. de. Novo cangaço?: reflexões sobre a lógica criminal dos assaltos a banco no Brasil. In: FRANÇA, F. G. de (Org.). **Pesquisas em Segurança Pública**. João Pessoa: Ideia Editora, 2020. p. 28-45.

SÁ, L. D. de. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Ceará**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA PARAÍBA. Mapa da violência. S. d. Disponível em: <<https://bancariospb.com.br/mapa-da-violencia/>>.

SILVA, C. O. et. al. A utilização do método PDCA para melhoria dos processos: um estudo de caso no carregamento de navios. **Revista Espacios**, v. 38, n. 27, 2017. Disponível em: <[Revista ESPACIOS | Vol. 38 \(Nº 27\) Año 2017](#)>. Acesso em: 03 set. 2022.

SILVA, R. R. da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”**: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SIMÕES, F. T. P. de A. **Implantação da gestão para resultados na segurança pública do Estado de Pernambuco: um olhar sobre o Território Agreste I**. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

STORANI, P. **“Vitória sobre a morte: a Glória Prometida”**: O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, 2008.

ZAVERUCHA, J. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999>2002**. Rio de Janeiro; São Paulo: editora Record, 2005.